

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC

Curso de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais

Dissertação de Mestrado

Sonale Diane Pastro de Oliveira

**A DISPUTA PELA MEMÓRIA DA ABERTURA POLÍTICA NO
BRASIL: ANÁLISE DA PRODUÇÃO EDITORIAL DOS MILITARES
(1974-1985)**

Santo André

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC

Curso de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais

Dissertação de Mestrado

Sonale Diane Pastro de Oliveira

**A DISPUTA PELA MEMÓRIA DA ABERTURA POLÍTICA NO BRASIL: ANÁLISE
DA PRODUÇÃO EDITORIAL DOS MILITARES (1974-1985)**

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Humanas e Sociais, sob orientação da Prof^a Dr^a Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho.

Santo André

2013



Universidade Federal do ABC

PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS

FOLHA DE ASSINATURAS

Assinaturas dos membros da Banca Examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata **Sonale Diane Pastro de Oliveira**, realizada em 07 de agosto de 2013:

Profa. Dra. Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho - Presidente (UFABC)

Prof. Dr. João Elias Nery - Membro Titular (Faculdade Cantareira/USP)

Prof. Dr. Sérgio Amadeu da Silveira - Membro Titular (UFABC)

Profa. Dra. Adriana Capuano de Oliveira - Membro Suplente (UFABC)

Prof. Dr. André Mota - Membro Suplente (USP)

Este exemplar foi revisado e alterado em relação à versão original, de acordo com as observações levantadas pela banca no dia da defesa, sob responsabilidade única do autor e com a anuência de seu orientador.

Santo André, 14 de agosto de 2013.

Assinatura do autor: _____

Assinatura do orientador: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a DEUS, por tudo o que sou...

Agradeço aos meus pais, Valdir e Lurdes, pelo amor, pela dedicação e por todos os sacrifícios que fizeram por nós, suas filhas; por sua capacidade de doação e pelo exemplo de vida. Dedico a eles esta conquista.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria Gabriela, pelo apoio e confiança; por compartilhar comigo suas ideias, sua amizade e seu entusiasmo contagiante.

Ao meu marido, Vani. Meu amor, meu companheiro e meu melhor amigo; alguém que acredita em mim mais do eu mesma, nunca me permitindo esquecer que posso chegar onde almejo.

Às minhas irmãs, Sandra e Sara, pelo carinho, pelo apoio incondicional e pelas conversas, verdadeiras terapias nos momentos de desânimo.

Aos meus filhos, Brunno e Pedro, por quem renovo minhas forças e minha determinação todos os dias.

À minha sobrinha, Rafaela, que, sendo um presente de Deus, veio revigorar nossas vidas.

A todos os professores do curso de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC, pela dedicação que dispensaram a esse sonho.

A todos os amigos da primeira turma do curso (um orgulho!), pela oportunidade de compartilhar angústias e, sobretudo, vitórias.

“(...) é por um estranho abuso de palavras que se fala da veracidade de um fato. Um fato possui dimensões, cor, duração, mas não a verdade; verdadeira ou falsa será a percepção que dele temos, assim como mais ou menos justo pode ser o juízo que sobre ele formamos”.

(Brunhes, J. apud CIE, 1987: 837)

RESUMO

O presente trabalho analisa a produção memorialista de militares de alta patente que estiveram à frente do Estado durante a ditadura militar no Brasil. O foco de análise é a disputa política que se instalou, entre 1974 e 1985, envolvendo dois segmentos no interior das Forças Armadas, ‘duros’ e ‘moderados’. Objetivando a compreensão mais precisa desse momento da história nacional, analisamos seis obras memorialistas de lideranças militares vinculadas aos grupos em disputa. A partir da identificação dos temas e dos recursos linguísticos selecionados, da análise da inflexão discursiva e do exame do plano narrativo, buscamos captar as incongruências e os pontos de consenso acerca da distensão política. O cotejamento das obras selecionadas, além de contribuir para a melhor caracterização do pensamento militar brasileiro, permite uma reveladora incursão pelos bastidores da abertura, ao expor os confrontos políticos e os aspectos que interferiram no processo de liberalização. A falta de coesão dos depoentes quanto à memória do período evidencia a disputa travada no plano político pelos protagonistas do processo, no caso os generais Ernesto Geisel e Sylvio Frota. A liderança exercida por ambos é reforçada pelo caráter complementar dos demais depoimentos, com destaque para a narrativa do general Hugo Abreu, fiel da balança nesse embate. A análise nos levou a concluir que o período de 1974 a 1979 foi o mais tenso nos meios militares e auge das disputas entre ‘duros’ e ‘moderados’, sendo a disputa sucessória de Geisel o momento decisivo para os rumos do regime autoritário. O trabalho pretende contribuir para os debates acerca da importância da recuperação e da valorização da memória, sobretudo em países que experimentaram regimes ditatoriais.

Palavras-chave: abertura política, militares, ‘duros’ e ‘moderados’, disputa memorialista.

ABSTRACT

The current work aims at analysing the memorialist production of high-potent military that ruled the country during the military dictatorship in Brazil. The analysis focuses on the political dispute from 1974 to 1985, involving two wings in the Armed Forces – the hard-liners and the moderate wing. Six works by military leadership linked to groups in dispute have been analysed to elucidate this period of the national history. Based on the identification of matters, the linguistic resources, the discourse and the narrative reports, we aim at capturing the inconsistencies and the common ground about the political loosening. The comparison among the selected works contributes not only to characterize the Brazilian military era but also allows a telling view of the dictatorship behind the scenes and the aspects which influenced on the process of political liberalization. The dispute between the leaders of the political process – General Ernesto Geisel and General Sylvio Frota – reflects their lack of cohesion concerning that period. Their leadership is enforced by other testimonies, counterbalanced mainly by General Hugo Abreu. The analysis made us conclude that the period between 1974 -1979 was the most tense among the military and it represented the peak of the disputes among hard-liners and the moderate wing. Ernesto Geisel successor's dispute expressed the decisive moment for the authoritarian regime. This work intends to add to the debates about the importance of the restoration and enhancement of the historical memory, mainly in countries which went through a dictatorial regime.

Keywords: liberalization, military, 'hard-liners', 'the moderate wing', memorialist dispute.

Lista de Siglas

AI – Ato Institucional
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CIE – Centro de Informações do Exército
CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CINEMAR – Centro de Informações da Marinha
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
ESG – Escola Superior de Guerra
FBI – Frente Brasileira de Informações
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN – Operação Bandeirante
PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PED – Plano Econômico de Desenvolvimento
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SNI – Serviço Nacional de Informações
UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. HISTÓRIA, MEMÓRIA E PODER: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA	19
2. A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL: DE GEISEL ÀS ELEIÇÕES DE 1989	24
2.1 A intervenção militar de 1964 na perspectiva dos estudiosos	27
2.2 Os Rumos da Abertura	29
2.3 A condução da abertura pelo governo Geisel	31
2.4 O governo Figueiredo: derrocada econômica e fragilização política	34
2.5 A abertura sob pressão da sociedade civil: a Campanha Diretas Já!	36
2.6 O ocaso da transição e o início da redemocratização	42
3. A DISPUTA PELA MEMÓRIA DA DISTENSÃO POLÍTICA NO BRASIL (1974 - 1979)	49
3.1 A construção da memória militar: considerações sobre o movimento de 1964	55
3.2 Legalidade e longevidade da intervenção militar: a disputa central no governo Castelo Branco	67
3.3 Os ‘anos de chumbo’: o recrudescimento político e a retórica da dissimulação	71
3.4 A abertura política (1974–1979): o ápice da disputa pelo poder entre ‘duros’ e ‘moderados’ e sua expressão memorialista entre os militares	80
4. ANOS 1980: TRANSIÇÃO E REDEMOCRATIZAÇÃO INCONCLUSAS	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

INTRODUÇÃO

“... lejos de seguir siendo prisioneros del pasado, lo habremos puesto al servicio del presente, como la memoria – y el olvido – se han de poner al servicio de la justicia.”

(T. Todorov, 2000: 59)

A partir da segunda metade do século XX, com o advento da Revolução Tecnológica, a experiência humana passou a ser influenciada por uma nova configuração das forças sociais que os estudiosos do tema denominam Pós-Modernidade.

A rapidez das inovações, particularmente no campo da informação e da comunicação, e seu caráter imediatista têm desencadeado uma série de transformações que alteram o referencial da existência humana em muitos aspectos.

Desse universo altamente tecnológico e predominantemente virtual emerge, segundo Debord (1997), a sociedade do espetáculo: consumista, hedonista e superficial.

Nessa sociedade, que Castells (1999) chama de informacional em função do domínio dos processos de difusão de mensagens via tecnologia eletrônica de massa, os indivíduos parecem sofrer uma dessubstancialização, vivenciando um sentimento de esvaziamento e de crise identitária; tudo é plural, inacabado, indefinido. O homem pós-moderno teria perdido a perspectiva da continuidade, vivendo e supervalorizando um presente instantâneo que, além de não projetar o futuro, não apresentaria nenhum referencial de passado (Santos, 2006).

Lechner afirma que

vivemos (...) de modo cada vez mais dramático o tempo como uma sequência de acontecimentos, de conjunturas, que não conseguem cristalizar-se numa ‘duração’, isto é, numa periodização estruturada de passado, presente, futuro. Vivemos um *‘presente contínuo’*. (LECHNER apud CARDOSO, 2005: 27)

De fato, a pós-modernidade transformou nossa percepção do tempo, tornando-o difícil de captar. A capacidade técnica de transmissão simultânea de numerosos eventos tem imposto às sociedades uma dificuldade maior de absorver os acontecimentos enquanto parte de sua própria história; fato que nos leva a viver uma situação de desnorreamento, uma espécie de crise de sentido, segundo Cardoso (2005).

O autor afirma que, nesse ambiente, a história parece seriamente ameaçada, relegada ao campo da irrelevância, colocando a todos sob o “risco de uma espécie de amnésia coletiva voluntária” (Cardoso, 2005: 16). Para Le Goff (2003: 208) é uma situação preocupante, pois

“(…) a ausência de um passado conhecido e reconhecido (…) pode também ser fonte de grandes problemas de mentalidade ou identidade coletiva”.

A partir dessas reflexões, podemos inferir que recuperar, valorizar e transmitir o passado para sucessivas gerações torna-se um imperativo das sociedades, e a memória, um precioso instrumento. Cabe ressaltar que é do sentimento de pertencimento a um grupo social que deriva a memória dos indivíduos sendo, pois, um componente que garante nossa inserção no todo social, nossas convicções e sentimentos.

Nesse panorama, provavelmente em função da necessidade de preencher o vazio observado nas sociedades atuais, a fim de criar um **sentido social** para uma vida hiperprivatizada - utilizando uma expressão de Santos (2006) -, vemos nascer um movimento não de recusa do novo, mas de recusa do esquecimento (La Taille, 2009), de revalorização da história, de resgate da memória, importante elo entre o passado e o presente.

Diante do efêmero, do imediato e do superficial, diferentes grupos, com destaque para as minorias, vêm desenvolvendo trabalhos de resgate da memória. São negros, mulheres, jovens, velhos e outros tantos indivíduos que parecem buscar nas memórias – “elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva” -, um fator de identificação, fortalecimento e coesão, algo indispensável para a afirmação de direitos e de reivindicações. Tratar-se-ia de “uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (Le Goff, 2003: 469).

Considerando que a memória é “aquilo que os grupos fazem do passado” (Nora apud Le Goff, 2003: 467), o modo como determinada sociedade vive seu passado e como constitui sua memória coletiva e sua história diz muito a seu respeito, contribuindo para a compreensão da dinâmica social.

Logo, para além das funções e/ou mecanismos psíquicos ou biológicos que envolvem a memória, nos interessa apreendê-la naquilo que diz respeito às relações humanas e, para nossa pesquisa em particular, naquilo que envolve as relações de poder e sua legitimação.

Tendo em vista o papel do passado e o lugar da memória, Todorov (2000) alerta que é necessário distinguir e problematizar duas instâncias desse trabalho, quais sejam: a recuperação e a utilização do passado.

Voltando nossa atenção para o Brasil contemporâneo, essa perspectiva salta aos olhos. O país viveu, não faz muito, um longo período ditatorial, durante o qual o Estado, sob o comando dos militares, atribuiu a si o direito de controlar a seleção do que deveria ser

lembrado ou esquecido, de acordo com as necessidades político-ideológicas de legitimação do golpe de 1964 e da ditadura subsequente.

A abertura política no Brasil e a ‘redescoberta’ da memória

A partir de 1974, sob o governo do general Ernesto Geisel, um lento processo de abertura política acenaria para o fim de longo período ditatorial; emergiu daí a composição de um novo cenário político. A assinatura da Lei da Anistia, em 1979, um momento decisivo na reconfiguração do regime, possibilitou uma guinada da sociedade na luta pela redemocratização, favoreceu as manifestações de oposição, a libertação de presos e o retorno de exilados políticos. A historiografia que trata do tema apresenta relativo consenso acerca do significado desse momento. A voz das ruas ecoou e refletiu nos resultados eleitorais de 1982, revelando a fragilidade e o desgaste do Estado que, em 1985, passa o poder aos civis numa atmosfera que beira o constrangimento¹.

Desse modo, a segunda metade da década de 1970 constituiu um momento de importante significado no decurso da transição para a democracia, com implicações na percepção da sociedade acerca da história nacional, interferindo, particularmente, no que tange à memória coletiva relativa à ditadura.

Corroborando, Reis aponta que

sempre quando os povos transitam de uma fase para a outra da história, e quando a seguinte rejeita taxativamente a anterior, há problemas de memória, resolvidas por reconstruções mais ou menos elaboradas, quando não pelo puro e simples esquecimento. (REIS, 2004: 49)

De fato, suscitada por reformas, observa-se no período a “irrupção de memórias até então subterrâneas” (Pollak, 1989, 8), cujo produto é um profícuo trabalho de recuperação, reflexão e escrita da história nacional sob o governo militar, entre o final dos anos 1970 e meados da década seguinte.

São obras memorialistas² de personagens que participaram diretamente do confronto político-ideológico que marcou a ditadura militar brasileira. Esses indivíduos vivenciaram o

¹ As eleições para governadores, em 1982, registraram vitória expressiva dos partidos de oposição, como o PMDB e o PDT. Sobre o constrangimento citado, vale ressaltar que o presidente Figueiredo, ao deixar o poder, recusou-se a passar a faixa presidencial para José Sarney, então vice-presidente eleito, saindo do Palácio do Planalto pela garagem.

² Entre essas obras, destacamos algumas das mais expressivas: Tapajós, R. **Em Câmara Lenta** (1977); Gabeira, F. **O que é isso, companheiro** (1979); Sirkis, A. **Os Carbonários – memórias da guerrilha perdida** (1980); Frei Betto. **Batismo de Sangue – Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella** (1981); Arns, D. Paulo E.

processo de perto e sofreram a violência do regime: políticos, jornalistas, militantes de esquerda, religiosos e intelectuais. A partir do relato de suas experiências procuraram resgatar os embates que perpassaram todo o período, denunciando o Estado, dirigentes e colaboradores por crimes políticos, produção que muito contribuiu para os estudos acadêmicos acerca do tema.

Essas primeiras publicações, carregadas de grande apelo emocional, acabaram enfatizando questões específicas ligadas a experiências dramáticas de humilhação e sofrimento: desrespeito aos direitos humanos, torturas e inúmeros casos de desaparecimentos de opositores políticos que condicionaram a própria Lei da Anistia³ – para alguns, um pacto de esquecimento, para outros, um borrão na história nacional – numa acirrada disputa.

Ao que parece, o *estatuto* de vítima – citando Todorov (2000) - garantia a esses homens e mulheres o direito de protestar e de reivindicar. Nessas circunstâncias, a reconstrução do passado torna-se um ato de oposição ao poder, promovendo a não aceitação do esquecimento (Todorov, 2000). Desse modo, a convicção quanto ao dever da memória (Ricoeur, 2007) encoraja as “memórias proibidas, clandestinas” a invadirem o espaço público, passando da mudez à contestação (Pollak, 1989: 5).

Nessa mesma linha, Barbosa (2008: 28,29) afirma que a preservação da memória histórica, fundada na verdade, além de interferir nas relações humanas, orientar e transformar os valores e as ações sociais em defesa da liberdade é também um ato de resistência, uma vez que as ditaduras utilizam-se da estratégia do esquecimento e do silêncio para não “ajustar contas com o passado”, omitindo fatos históricos e deixando as futuras gerações na ignorância. Schilling (2010), adotando uma perspectiva foucaultiana, aponta a memória como arma libertadora, pois considera que o conhecimento empodera e abre caminho para a resistência.

Devemos considerar, entretanto, que, se por um lado essa produção editorial fortalecia o espírito combativo da sociedade em busca do retorno à normalidade constitucional democrática, na mesma medida comprometia a imagem do governo militar junto à sociedade,

(org.) **Brasil Nunca Mais** (1985) e Gorender, J. **Combate nas Trevas** (1987). Sobre o tema, ver MARTINS FILHO, 2002.

³ Lei 6683/79 - Concedeu anistia a todos quantos, no período compreendido entre setembro/1961 e agosto/79, cometeram crimes políticos ou conexos com estes. Consideram-se conexos os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm. Acesso em 21 de Janeiro de 2012.

o que nos remete, então, aos desdobramentos políticos que essa produção editorial poderia acarretar.

Isso por que as disputas políticas no contexto da abertura não se limitavam ao choque entre governo e oposição, mas incluíam diversos segmentos que se manifestavam contra a permanência dos militares no controle do Estado.

Além disso, o crescimento da produção editorial da esquerda alimentava a insatisfação de uma ala mais radical das Forças Armadas – os chamados ‘linha-dura’, explicitamente contrários à abertura política - situação que poderia atentar contra o projeto político de Geisel e justificar uma reação nos meios militares rumo a um novo recrudescimento do regime.

Importante ressaltar que, dentro de um contexto histórico de crescente insatisfação popular, para além do controle do processo de abertura - levado a efeito pelos próprios militares - emergia entre eles uma nítida preocupação quanto à imagem que ficaria desses governos, seriamente ameaçada caso essa produção editorial ‘delatora’ conseguisse jogar por terra o trabalho de legitimação da ditadura pela propaganda, intensamente desenvolvido desde 1964.

Pollak (1989: 9,10) nos chama a atenção para a importância da credibilidade da memória oficial. Afirma ele que “o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos”. No caso brasileiro, em que a memória oficial estava cada vez mais comprometida, manter essa coerência tornava-se fundamental para a estabilidade social e institucional, sobretudo considerando a crescente contestação ao regime militar.

Para os militares, a ameaça representada pelos ataques ao regime que começava a se fraturar derivava de um inusitado porvir, de indagações sobre seu futuro num governo democrático. Segundo Pollak (1989: 5), “uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória”.

A título de exemplo, destacamos a publicação do livro **Brasil Nunca Mais** (1985), sob a coordenação do então cardeal arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns. Tal obra resultou da análise de vasta documentação e acabou por apresentar graves denúncias contra os militares no que concerne à violação aos direitos humanos no período. Segundo Martins (2002), sua publicação repercutiu de maneira decisiva para o início da ‘contra-ofensiva’ dos militares, levando-os a abandonar a postura em favor do ‘esquecimento’ que até esse momento prevalecia.

Desse modo, avançando pela década de 1990, verificou-se o aumento da produção editorial memorialista que tem por base a versão dos militares acerca do período. São lideranças, oficiais e colaboradores que contam sua versão dos fatos, caracterizando uma disputa pela memória entre dominantes e dominados..

Nesse embate, o tema da tortura predominou e sensibilizou o público. Interessante destacar que a discussão acerca das responsabilidades do Estado e da impunidade dos acusados pelas torturas ainda está em curso, tendo sido alimentada recentemente pela ampliação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3 - 2010), sob o governo Lula, bem como pela criação da Comissão Nacional da Verdade, no atual governo.

Sem desconsiderar o embate que ainda não se esgotou, mas buscando avançar no estudo da temática da disputa pela memória, voltamos nossa atenção para os bastidores do regime - a luta interna entre ‘duros’ e ‘moderados’ - importante para os rumos da política nacional, ainda que menos nítido aos olhos do observador comum.

Vale ressaltar a existência de sensível lacuna bibliográfica no que se refere às origens e à caracterização mais precisa dos grupos em questão, fato que dificultou o trabalho proposto. Nesse sentido, entendemos que identificar e analisar atentamente o posicionamento de alguns dos personagens centrais desse embate interno nos permitirá avançar nessa caracterização.

Apesar de um discurso geral em defesa do regime, vislumbramos nessa produção memorialista o panorama tenso dos meios militares e a falta de coesão quanto à memória que esses dois segmentos – ‘duros’ e ‘moderados’ - produziam acerca do período, refletindo justamente as dissensões que marcaram a decisão e o processo de abertura.

Partindo desse pressuposto, e analisando atentamente as produções editoriais de caráter memorialista de personagens que estiveram à frente do estado brasileiro no período, busca-se discutir e compreender a disputa entre os próprios militares pela memória da distensão política (1974-1985), uma produção que, pelo seu posicionamento mais conservador, tem sido negligenciada nas pesquisas acadêmicas.

Nesse sentido, selecionamos seis obras. Representando os militares que atuaram mais diretamente no comando político do Estado analisamos os livros **Ernesto Geisel**, obra organizada por Maria Celina S. D´Araujo e Celso Castro (SP: FGV, 3ª edição, 1997); **Ideais Traídos**, do general Sylvio Frota, (RJ: Zahar, 2ª edição, 2006); **Um Híbrido Fértil**, do coronel Jarbas Passarinho (RJ: Expressão e Cultura, 4ª edição, 1997) e **O Outro Lado do Poder**, do general Hugo Abreu (RJ: Nova Fronteira, 1979).

Além deles, foi analisado também o livro do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, **A Verdade Sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça** (Brasília: Ser, 7ª edição, 2011). Ustra atuou à frente de órgãos de segurança e tornou-se uma voz ativa em defesa do regime militar e de suas ações controversas.

Por último, selecionamos a obra **ORVIL** (1987), fruto de pesquisa realizada pelo Centro de Informações do Exército (CIE), que nos permitiu conhecer uma perspectiva de caráter institucional. O livro em questão foi publicado recentemente (dezembro de 2012) pela editora Schoba, estando disponível, até então, somente em formato digital.

A partir do cotejamento dessas obras, e adotando pressupostos teóricos acerca da relação existente entre história, memória e poder, nosso objetivo é resgatar (pela análise dos depoimentos dos personagens acima citados) o discurso utilizado para legitimar o regime. Buscamos também, considerando o esgotamento do regime militar na década de 1970, analisar a percepção e os argumentos dessas lideranças para explicar a perda da legitimidade.

Confrontando as narrativas e identificando a seleção de temas e interpretações que cada autor privilegiou, pretendemos captar incongruências e pontos de consenso quanto à decisão e ao processo de abertura política no final do regime.

Devemos ressaltar, ainda, no que tange à metodologia, que a palavra, *a priori*, é neutra, porém sua articulação retórica encontra-se ligada à organização discursiva, a fim de garantir a adesão a um ponto de vista. Infere-se, portanto, que a articulação das palavras é determinante para o resultado da narrativa que instaura um compromisso ideológico.

Socialmente construídos, a narrativa e o discurso tornam-se um modo de ação em relação à sociedade, interferindo em sua estrutura e sendo por ela limitados; seriam práticas de representação e de significação do mundo. Reforçando essa idéia de discurso como construção social, Fiorin (1997, 41) afirma que ele “é a materialização de formações ideológicas”, reflexo de um projeto implícito e decorrente de uma visão de mundo específica.

Sabendo que a ideologia é disseminada por meio da linguagem, o discurso adotado nessas obras nos permitirá esclarecer ou vislumbrar aspectos propositadamente difusos na construção textual, de modo a evidenciar a relação entre discurso, ideologia e poder. Devemos considerar, ainda, que a manipulação também ocorre por meio de recursos linguísticos, a começar pela escolha de termos-chave, tal como o uso de adjetivos que conduzem para uma determinada linha interpretativa.

Buscamos, assim, a partir da compreensão dos componentes e da dinâmica dessa reação memorialista, construir um painel significativo do pensamento militar sobre o período

da distensão no Brasil. Desse modo, a pesquisa poderá, eventualmente, também contribuir para o debate acerca da construção da memória coletiva recente.

Uma vez que o trabalho de reinterpretação do passado é algo incessante, sempre respondendo aos questionamentos do presente, resgatar esse embate poderá enriquecer nossa compreensão não apenas do período em questão, mas também do Brasil que emergiu após a volta do governo civil. Conforme afirma Pollak (1989: 11), “o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural”. Nesse sentido, a instalação da Comissão da Verdade tornou este trabalho ainda mais instigante e desafiador.

Para o desenvolvimento da proposta, a dissertação foi estruturada em quatro capítulos. No capítulo 1, apresentamos o debate teórico que analisa a relação entre história, memória e poder. O capítulo 2 apresenta a abordagem historiográfica dos períodos da abertura e da redemocratização, inseridos no contexto internacional. Os capítulos 3 e 4 estão dedicados a apontar e analisar de que maneira a disputa política em torno da distensão, já conhecida *a priori*, se manifesta nas memórias das lideranças militares. Optou-se por dividir a apresentação da análise em dois capítulos, em decorrência da distinção feita pelas narrativas selecionadas. Assim, o capítulo 3 abordará as memórias dos militares acerca do período da abertura política (1974-1979), enquanto o capítulo 4 é dedicado à análise da década de 1980, avançando, brevemente, pelo período da redemocratização (1985-1989).

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA, MEMÓRIA E PODER: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

A relação indissociável entre memória, história e poder tem resultado em debates teóricos intensos.

A história nos remete ao resgate do passado e a sua relação com o presente. Essa relação é garantida, em parte, pela memória que, enquanto parte do tempo presente, permite relativa subtração do distanciamento entre ambos por meio do testemunho, considerado “(...) a estrutura fundamental da transição entre a memória e a História” (Ricoeur, P. 2007: 41).

A priori, entende-se a memória enquanto fenômeno individual e interno. Entretanto, Halbwachs (2006) atribui a memória a uma entidade coletiva: a sociedade, e Pollak (1989: 9) afirma ser a memória uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”.

Portanto, uma vez que o indivíduo está inserido na sociedade, sofrendo influências da mesma, ele não se lembra sozinho; a recordação é um fenômeno mnemônico fundamental que temos “enquanto membros de um grupo” (Ricoeur, 2007: 131), havendo, então, mútua interferência entre memória individual e memória coletiva.

Nesse sentido, podemos afirmar que existem memórias coletivas, originárias da percepção interna de um grupo inserido no tempo e no espaço, uma vez que

cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. (HALBWACHS, 2006: 69)

Para Cardoso, a memória coletiva pode ser entendida como

um conjunto de elementos estruturados que aparecem como recordações, socialmente partilhadas, de que disponha uma comunidade sobre sua própria trajetória no tempo, construída de modo a incluir não só aspectos selecionados, reinterpretados e até inventados dessa trajetória como, também, uma apreciação moral ou juízo de valor sobre ela. (CARDOSO, 2005: 17)

Desse modo, a memória coletiva “se converte em um **discurso** (...) em algo comunicado e em elemento de comunicação, converte-se em um componente da cultura e, em consequência, em algo construído pela própria cultura” (Aróstegui, 2006: 290).

Assim, através da interferência das narrativas coletivas (acerca de acontecimentos da história coletiva) na memória individual “a sociedade acaba por constituir uma espécie de

patrimônio comum da memória com que o indivíduo coexiste e interage desde sua infância” (Cardoso, 2005: 18).

Disso decorre que, mesmo nos remetendo à memória de outros, adotando o ponto de vista do grupo, cremos que somos “autores de nossas crenças” (Ricoeur, P. 2007: 133). Essa situação, não apenas fortalece nossa convicção acerca de nossa percepção do mundo, mas também reforça nossa identidade em relação à trajetória histórica da sociedade à qual pertencemos.

Tendo em vista essa ‘historicidade’ da memória, infere-se que o indivíduo/grupo seleciona, a partir de sua compreensão e percepção de mundo, aquilo que deve ser lembrado, o que impede que haja neutralidade no ato de lembrar ou de escrever sobre o passado. Nossa posição na sociedade e as convicções que alimentamos serão decisivas para a seleção e para a interpretação dos fatos lembrados ou esquecidos; logo, para além de memórias individuais, a memória é social e pode estar a serviço de projetos políticos específicos.

Isso nos remete a uma questão central em nossa análise: os usos (ou abusos) que se faz da memória. Citando Pollak, trata-se de analisar e compreender “como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989).

Ricoeur (2007) afirma que lembrar é buscar uma imagem do passado. Entretanto, ainda que a pretensão da memória seja a verdade, esse exercício de rememoração incorre no risco da incerteza, comprometendo essa ambição pela verdade. Para o autor, “o exercício da memória é o seu uso”, que traz em si o risco do abuso, evidenciando “a vulnerabilidade fundamental da memória, que resulta da relação entre a ausência da coisa lembrada e sua presença na forma da representação” (Ricoeur, P. 2007: 72).

Para Todorov (2000), a memória pressupõe seleção simultânea dos fatos que serão lembrados e esquecidos, uma interação entre conservação e apagamento, em geral, ligados a eventos de identidade ou, conforme Le Goff (2003), de constrangimento na história de determinado povo.

Segundo T. Todorov (2000), essa seleção, *a priori*, não representa exatamente um problema no que se refere à verdade, visto ser uma dinâmica intrínseca da atividade mnemônica. As questões de importância fundamental dizem respeito aos atores e interesses envolvidos nesse processo de construção e fixação da memória coletiva, bem como aos usos que se pretende desse passado recuperado, uma vez que, sendo a memória uma seleção

há sido preciso escoger entre todas las informaciones recibidas, em nombre de ciertos criterios; y esos criterios, hayan sido o no concientes, servirán también, con

toda probabilidad, para orientar la utilización que haremos del pasado. (TODOROV, 2000©: 17)

Importante ressaltar, portanto, que o passado memorável é uma construção que resulta de escolhas, implicando em seleção e interpretação de documentos, determinação de critérios adotados para o ‘esquecimento’ de certos eventos, cujos resultados podem estar a serviço de um grupo social, de uma ideologia ou de um regime político. Nesse sentido, Pollak (1989) destaca que a memória nacional – para Halbwachs (2006), compêndio da memória coletiva – tem caráter opressor.

Le Goff nos alerta para o fato de que

tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003: 422)

Reforçando essa tese, Cardoso afirma que

o presente depende em muito do passado, mas a retenção e reconstrução do passado se dão no presente e nele estão ancoradas, pelo qual, entre outras consequências, existirão sempre, simultaneamente, ‘memórias herdadas’ e ‘memórias inventadas’. (CARDOSO, 2005: 20)

Logo, ao transitar da memória para a história, o indivíduo que se aventura no registro histórico, não desprovido de objetivos, estará manejando e interferindo na memória coletiva, na visão que os indivíduos terão da trajetória histórica da qual fazem parte, na “passagem da recordação através das gerações” (Bloch apud Le Goff, 2003: 534).

Corroborando essa ideia, Lefort (apud Cardoso, 2000: 4) afirma que a memória coletiva “retém do passado o que convém à sua representação do presente, e é moldada em nossa época, cada vez mais insistentemente, pelo pequeno número que dispõe dos meios para difundir estas representações (...)”.

Inferimos, portanto, que memória é poder em função dos diferentes usos que se faz dela. Recordar ou esquecer é importante instrumento daqueles que se outorgam a responsabilidade pela “criação” da memória coletiva, “solo de enraizamento da historiografia”, segundo Ricoeur (2007: 83).

O autor afirma que a ideologia – que permeia o trabalho de reconstrução da história a ser lembrada – é o fator fundamental no que tange à manipulação da memória, pois atua distorcendo a realidade, legitimando a ordem social e garantindo credibilidade ao sistema de poder.

Desse modo, Todorov (2000) nos alerta para o fato de que a busca pela memória, a priori, não está imbuída de legitimidade; para tanto é fundamental definir-se o uso que dela se pretende fazer. Além disso, é imprescindível estarmos cientes de que, com frequência, a narrativa memorialista encontra-se influenciada ou a serviço de um projeto político específico.

Em vista disso, temos a necessidade de problematizar a memória enquanto objeto de manipulação e instrumento de poder (Le Goff, 2003), e de questionar os resultados dos atos que se pretendem fundados sobre a memória do passado (Todorov, 2000).

Sobre o tema, Ricoeur afirma

a memória imposta está armada por uma história ela mesma 'autorizada', a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente. De fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum. (RICOEUR, 2007: 98)

Reconhecendo que a linguagem é portadora da memória (Ricoeur apud Silva, 2002), destacamos que a memória coletiva, para se estruturar a partir da memória individual, depende de um trabalho deliberado de reconstrução da memória no interior do grupo, e essa reconstrução, invariavelmente, está atrelada a um trabalho narrativo realizado por indivíduos localizados no tempo e imbuídos de posições ideológicas.

A narrativa tem a capacidade de organizar tanto as lembranças pessoais como coletivas. Nesse último caso, é imprescindível que a mesma seja aceita pelo grupo – aqui apresentado como agente coletivo dos eventos a serem destacados - o qual o narrador diz representar (Cardoso, 2005). Da narrativa pode resultar um trabalho editorial, permitindo a superação dos limites físicos da memória por meio de seu registro artificial.

Nesse sentido, o debate acerca da verdade vem à tona nos meios acadêmicos, em função da distância existente entre o relato e os fatos que descreve, o que incita vários questionamentos. Cardoso (2005), por exemplo, afirma que os mais céticos apontam a narrativa como uma construção do imaginário, ainda que baseada em fontes. Isso porque a narrativa, além de apresentar uma estrutura com começo, meio e fim - própria do texto e que não condiz com a realidade -, depende de organização e seleção dos fatos que serão relatados (em geral, a menor parte) em seu processo de construção textual.

Além disso, a realidade encontra-se marcada por toda ordem de interferências que não ficam explícitas no texto, o que facilita a manipulação da memória e da História.

Segundo Ricoeur (2007: 98), a narrativa permite incorporar a memória à constituição da identidade, sendo possível, em função de “recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração da narrativa”, contribuir na promoção de uma “ideologização da memória”. Para o autor, além da função seletiva da narrativa, que muito contribuiria no propósito de esquecimento ou rememoração, “é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se vêem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece”.

Em que pesem tais críticas, Cardoso (2005: 20) afirma que “a tentativa de manipular a recordação existe, mas o passado está dotado de firme consistência e resiste às manobras de distorção e livre reconstrução”. Em outros termos, devemos reconhecer que a história existe e que, desse modo, é passível de ser narrada uma vez que existe continuidade entre os fatos. Para Le Goff (2003), a continuidade é um elemento que permite a transição da memória coletiva para a narrativa histórica, da mesma maneira que existe relação entre passado e presente.

Nesse debate, também devemos considerar os fatores que concorrem no processo de recepção de qualquer mensagem, principalmente aqueles que se relacionam à memória. Considerando a tradição hermenêutica, a interpretação de mensagens de conteúdo simbólico – a exemplo da narrativa histórica - ocorre de forma contextualizada, ou seja, socialmente vinculada, construtiva e ligada a conjecturas e expectativas pessoais e/ou sociais.

Nesse processo de apropriação, os indivíduos se servem dos recursos de que dispõem para interpretar, dar sentido e incorporar (ou não) o conteúdo recebido e a ele responder de forma diferenciada (Thompson, 1995). Essa dinâmica impede que as pessoas se transformem em receptores acríticos e passivos de manipulação ideológica, garantindo a eles algum nível de autonomia para organizar e decidir comportamentos frente a qualquer mensagem de conteúdo simbólico (Castells, 1999).

Essas considerações nos permitem perceber a complexidade que envolve a temática da memória. Devemos salientar, entretanto, que todas as variáveis que concorrem para sua construção e apreensão não invalidam o relato memorialista; antes, o fortalece enquanto espelho das ideias e embates político-sociais de um tempo social específico.

CAPÍTULO 2

A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL: DE GEISEL ÀS ELEIÇÕES DE 1989

Para melhor compreendermos esse momento da história brasileira devemos recuperar brevemente o panorama mundial por ocasião do golpe de 1964, localizando a importância da América Latina e do Brasil, em particular, na segunda metade do século XX.

Segundo Hobsbawm (2008: 224), “a Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar”. Hobsbawm refere-se à Guerra Fria, que opôs Estados Unidos e União Soviética e seus regimes, capitalista e socialista, respectivamente.

A peculiaridade a que se refere o autor decorre da capacidade de aniquilação global que os arsenais nucleares garantiam às duas superpotências. Nesse contexto que aterrorizou gerações, supunha-se que “só o medo da *destruição mútua inevitável* (...) impediria um lado ou outro de dar o sempre pronto sinal para o planejado suicídio da civilização. Não aconteceu, mas por cerca de quarenta anos pareceu uma possibilidade diária” (Hobsbawm, 2008: 224).

Apesar do peso dessa questão na geopolítica mundial, o autor enfatiza que a mais importante consequência da Guerra Fria foi o fato de ter dividido o mundo em dois polos antagônicos ou zonas de influências, com forte impacto na história de todos os países envolvidos até o início da década de 1990, quando esse confronto se esgotou.

Durante esse período, enquanto os soviéticos ampliavam o alcance de sua influência pela Europa do leste, os EUA procuravam impor aos seus aliados um “anticomunismo apocalíptico” (Hobsbawm, 2008: 232), extremamente útil tanto para sua política interna, justificando o financiamento de sua indústria bélica, como externa, garantindo ao país um ‘natural’ direito de intervenção em ‘defesa’ dos países do bloco capitalista.

O fim da Guerra da Coreia (1950-1953), a ascensão de Nikita Krushev (1956) à frente do governo soviético e a eleição de John F. Kennedy nos Estados Unidos pareciam criar condições para um diálogo mais promissor entre as superpotências.

Contrariamente, os desdobramentos da Revolução Cubana de 1959 trouxeram a ameaça iminente de uma hecatombe nuclear. Aproveitando-se do isolamento econômico e político imposto à Ilha pelos norte-americanos, os soviéticos se aproximaram dos revolucionários e, em troca de apoio financeiro, começaram a instalar bases militares nesse país, situação que culminou na chamada Crise dos Mísseis de 1962.

O recuo soviético favoreceu um desfecho pacífico para a crise, porém, a adesão de Fidel Castro ao bloco socialista abriu, na perspectiva norte-americana, um perigoso precedente na região, tradicional zona de influência dos EUA. A partir de então, o governo norte-americano decisivamente orientou sua política externa a partir da ‘teoria do dominó’, e a América Latina tornou-se um ponto bastante sensível.

Nesse contexto, qualquer novo sinal de ameaça à hegemonia americana na região tornava-se problema urgente. Nessa perspectiva, as intervenções militares que marcaram a realidade política latino-americana nas décadas de 1960 e 1970 podem ser compreendidas como conflitos periféricos da Guerra Fria, contando com amplo respaldo dos EUA.

Voltando nossa atenção especificamente para o Brasil, o país aderiu ao bloco norte-americano e à Doutrina Truman (1947) durante o governo do general Dutra, rompendo relações com a URSS. Nesse governo também foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG).

A ESG, fundada em 1949, atuou como um “locus de poder simbólico” (Santos, 2007: 161), construindo e disseminando uma ideologia que, importada dos Estados Unidos, nortearia o posicionamento e o papel político dos militares frente aos problemas e às crises políticas vivenciadas pelo país; trata-se da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Apesar de ser anterior às novas necessidades de defesa impostas pela Guerra Fria, por ocasião do golpe de 1964 a DSN transformou-se em sustentação doutrinária do regime autoritário, justificando-o ao apresentá-lo como uma medida inevitável em defesa dos interesses nacionais contra a expansão comunista.

Os três volumes do Manual Básico da ESG (2009)⁴ apresentam o embasamento da DSN. Segundo o manual, os fundamentos da Escola foram estabelecidos levando-se em consideração os traços culturais da sociedade brasileira, ocidental e fortemente marcada pelos princípios cristãos. Destaca, assim, a primazia do indivíduo livre, vivendo em condições de igualdade e fraternidade, princípios básicos para a “construção de uma ordem social de natureza democrática” (ESG, 2009, v.1: 13). Nesse sentido, e tendo em vista sua irrefutável condição de ser social, defende a subordinação dos interesses e das necessidades individuais aos da coletividade, do que deriva o conceito de bem-comum, tido como um objetivo-síntese.

Na tentativa de garanti-lo, afirma a ESG, a nação se organiza politicamente em torno de instituições que conformam o Estado. Para além dos aspectos mais específicos que perpassam essas instituições, o manual enfatiza a importância da participação da sociedade no

⁴ O fato de haver uma edição tão recente do Manual é indicativo de que os preceitos da DSN ainda norteiam o pensamento militar brasileiro; sugere que, para as Forças Armadas, tais diretrizes continuam atuais e pertinentes.

exercício do poder, que deve ser legítimo e representativo da maioria, nos remetendo ao conceito de governo democrático, apontado como ideal. Explicitamente, afirma

propugnarem pela construção de uma sociedade pluralista, sob a forma de Estado de Direito, onde o poder emane do povo e sejam asseguradas as garantias fundamentais da pessoa; nessa visão, o Estado deve estar a serviço do homem, a quem cabe o direito e o dever de participar, ativa e permanentemente, das decisões nacionais. (ESG, 2009, v.1: 18)

Apesar de defender essa intensa participação política da sociedade, reconhece que o comando dessa coletividade deve ser exercido por uma elite, “conjunto de pessoas que, no governo ou nos diferentes segmentos da sociedade nacional, exercem papéis de condução ou representação das necessidades, dos interesses e das aspirações coletivas” (ESG, 2009, v.1: 28). Cabe a esses indivíduos, cujos referenciais de atuação devem ser a justiça e a ética, “a tarefa histórica de encontrar e apontar à Nação os meios pelos quais possa ela valer-se de seus condicionantes históricos para, sem perder sua identidade, superá-los e construir seu futuro” (ESG, 2009, v.2: 20); ou seja, o dever de captar tais aspirações e fixar esses objetivos enquanto política de governo. Tais objetivos podem ser resumidos em: soberania, integração nacional, integridade territorial, progresso e democracia. Para que sejam alcançados esses objetivos, dois elementos são fundamentais: desenvolvimento e segurança nacional, esta última sua meta máxima.

Para a ESG, **desenvolvimento** não deve ser confundido com crescimento material; abrange “o processo global de fortalecimento e de aperfeiçoamento do Poder Nacional, particularmente de seus fundamentos (Homem, Terra e Instituições), visando à conquista, à manutenção dos objetivos nacionais e à consecução do Bem-Comum” (ESG, 2009, v.1: 54). **Segurança** é definida como “a sensação de garantia necessária e indispensável a uma sociedade e a cada um de seus integrantes, contra ameaças de qualquer natureza” (ESG, 2009, v.1: 59).

Tais aspirações nacionais seriam responsabilidades do Estado, a quem cabe a **defesa nacional**. Entretanto, afirma a ESG (2009, v.1: 63), “a responsabilidade pela preservação da Segurança Nacional (...) não é exclusiva do Estado, mas de toda a Nação, cuja sobrevivência reclama a cooperação da comunidade nacional e de cada indivíduo”.

Segundo a Escola, a negligência dessas aspirações por parte dos governos pode desencadear crises que colocam em risco toda a coletividade e a **ordem interna ou pública** - “situação de tranquilidade e normalidade cuja preservação cabe ao Estado, às Instituições e aos membros da Sociedade” (ESG, 2009, v.1: 62) -, panorama que prevê a intervenção das Forças Armadas na política nacional, instituição claramente identificada como uma elite.

Interessante destacar que a garantia da segurança nacional contra o ‘inimigo interno’ – no contexto da Guerra Fria, os pretensos agentes comunistas infiltrados - previa a “denúncia contra o Estado liberal-democrático, tido como incapaz de garantir sua segurança” (Miguel, 2002:44), pressuposto contraditório frente ao discurso militar de compromisso para com a defesa da democracia.

2.1 A intervenção militar de 1964 na perspectiva dos estudiosos

No início dos anos 1960, o Brasil viveu um período de ebulição política. Tal realidade, impactada pelos acontecimentos internacionais, foi interpretada pelos militares como sintoma da penetração do comunismo internacional; à luz dos preceitos da ESG, as Forças Armadas decidiram-se pela intervenção.

Para Lucila de Almeida Neves Delgado (2004: 26), a intervenção militar de 1964 resultou da intersecção de “fatores inerentes aos tempos históricos de longa e curta duração (...) conformando uma crise complexa”; um desfecho talvez previsível diante da conturbada conjuntura nacional.

Segundo Florestan Fernandes

a democracia típica da sociedade capitalista é uma democracia burguesa, ou seja, a democracia na qual a representação se faz tendo como base o regime eleitoral, os partidos, o parlamentarismo e o Estado constitucional. A ela é inerente forte desigualdade econômica, social e cultural com alta monopolização do poder pelas classes possuidoras-dominantes e por suas elites. A liberdade e a igualdade são meramente formais, o que exige, na teoria e na prática, que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico de preservação do fortalecimento e da expansão do ‘sistema democrático capitalista’. (FERNANDES, 1979: 7)

Considerando essa democracia minoritária e elitista, o autoritarismo seria intrínseco a determinadas sociedades capitalistas, situação na qual se enquadra o caso brasileiro.

Esse autoritarismo de base econômica, quando ameaçado, abre espaço para o autoritarismo político, numa postura de autodefesa dos interesses das classes dominantes, permitindo a exacerbação das formas de dominação burguesa.

Portanto, o Estado Autoritário, necessidade temporária e imprescindível num contexto de crise, nasce do Estado Democrático capitalista e burguês. Além da transitoriedade, ao autoritarismo é atribuído um papel vital a ser desenvolvido pelo Estado (hipertrofiado) na promoção de um tipo específico de capitalismo, com pesado intervencionismo estatal e em detrimento da representatividade política do governo.

De fato, passado o período de crescimento econômico sustentado pela convenção econômica desenvolvimentista – que remonta à Revolução de 1930 -, o país vivenciava um momento extremamente complicado no quinquênio Jânio/Jango, marcado pela elevação das taxas de inflação e pelo crescente endividamento externo, gerando crise de credibilidade e estagnação.

No campo político-social, a radicalização dos movimentos populares no meio rural e urbano a partir de 1963 e as propostas de Reformas de Base do governo Jango pareciam indicar, além do esgotamento da política populista e da convenção econômica vigente, o fortalecimento de um programa nacionalista e distributivista, supostamente influenciado pela infiltração do comunismo internacional, cujo objetivo maior seria uma revolução nos moldes cubanos, quiçá, sob a liderança do próprio presidente João Goulart/PTB.

Segundo Dreifuss (1981), o movimento de 1964 foi uma reação das elites nacionais, aliadas ao capital externo, frente a esse panorama de ameaça a interesses e privilégios historicamente arraigados na sociedade brasileira.

Corroborando essa tese, Bielschowski enfatiza que a intervenção militar de 1964

abortou os primeiros passos do que talvez viesse a tornar-se um lento, porém firme, processo político de conquistas sociais e, ao mesmo tempo, que possivelmente iria constituir-se (...) um novo ciclo ideológico, 'reformista' ou de 'desenvolvimentismo reformista' em substituição ao ciclo desenvolvimentista puro, que se havia esgotado. (BIELSCHOWSKI, 2000: 434)

Necessário destacar que a posição desses autores reforça a definição desse movimento como um golpe, inevitável para a estabilização e a retomada do crescimento econômico sem, entretanto, superar o *status quo*.

Influenciado pelo ideal salvacionista que remonta às origens do Exército, os militares usurparam o controle político do país impondo-se a tarefa da defesa nacional, numa ação preventiva. Era março de 1964 e o Brasil ingressava no ciclo das ditaduras militares na América Latina, tendo como pano de fundo as disputas internacionais da Guerra Fria.

Desse golpe nascerá um regime cuja denominação também foi alvo de discussão nos meios acadêmicos: ditadura, para estudiosos como Florestan Fernandes (apud Prado Jr; Fernandes, ©2000), estado autoritário para outros, como Linz e Stepan (1999).

Não desconsiderando a pertinência desse debate, cabe ressaltar que não temos a pretensão de recuperá-lo; desse modo, partindo do pressuposto de que todo regime ditatorial é, por excelência, um regime autoritário, adotaremos certa liberdade em relação a essa nomenclatura.

Norteados pela Doutrina de Segurança Nacional, sobretudo os primeiros presidentes militares - Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco⁵, General Artur da Costa e Silva e General Emílio Garrastazu Médici – terão suas administrações pautadas pelo binômio ‘segurança e desenvolvimento’, demandas indissociáveis como se pode verificar numa rápida análise de seus governos.

A adoção dessa doutrina não impediu, entretanto, que divergências passíveis de serem observadas logo após a tomada de poder aos poucos se acentuassem, levando a fissuras que até 1969 polarizariam o Exército entre: ‘moderados’ ou ‘castelistas’, cujos principais representantes seriam – além do próprio Castelo Branco – Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, ligados à ESG; e ‘radicais’ ou ‘linha dura’, liderados por Costa e Silva e, posteriormente, pelo general Sylvio Frota. Trata-se de uma questão central em nossa proposta, uma vez que tais divergências atingiram o auge no período da abertura política, alvo de nossa pesquisa.

2.2 Os Rumos da Abertura

A dinâmica da transição brasileira também deve ser considerada no contexto de transformações políticas, econômicas e ideológicas internacionais que marcaram as décadas de 1970 e 1980.

A *détente* contribuiu para novas configurações da geopolítica mundial, minimizando a ameaça de expansão do comunismo e esvaziando o discurso legitimador do golpe de 1964 no Brasil. Em termos econômicos, os sucessivos choques do petróleo (1973 e 1979) criaram dificuldades para a economia capitalista mundial, contribuindo para o esgotamento do modelo desenvolvimentista que prevaleceu durante a ditadura.

Nesse contexto, passados dez anos do golpe, ascende ao poder, em 1974, o general Ernesto Geisel; a partir de então, o debate acerca da abertura vai dominar a cena política nacional. Os fatores determinantes para o desencadeamento desse processo, as etapas do mesmo e o rumo adotado têm sido alvos de debates nos meios intelectuais.

A discussão em geral está centrada em dois aspectos fundamentais: de um lado, a disposição e iniciativa do governo em favor à abertura, acirrando uma disputa interna com a ala mais radical das Forças Armadas; de outro, o peso da pressão exercida pela sociedade civil para o retorno à normalidade constitucional.

⁵ Identificando a falta de uniformidade na grafia de seu nome nas obras consultadas, cabe esclarecer que adotaremos em nosso trabalho a grafia Castelo Branco (e não Castello Branco).

Considerando o primeiro aspecto, Diniz (1985) afirma que, no conjunto das ditaduras latino-americanas, o Brasil viveu um dos mais singulares e longos processos de transição, sendo esse controlado pela elite dirigente preocupada em limitar as mudanças dentro de padrões por ela tolerados; tratar-se-ia de colocar em prática um projeto de abertura ‘pelo alto’. Desse modo, adota a perspectiva da distensão como uma agenda política do governo Geisel.

Nessa mesma linha, afirma Couto (2003: 148) “a decisão de fazer a distensão teria realmente sido da nova corrente militar hegemônica, liderada pelo próprio general Ernesto Geisel”. Para o autor, a estratégia da abertura política, como podemos chamar esse processo, “não legitimava o regime militar (...) legitimava o governo que a promovia” (Couto, 2003: 149).

Desse modo, a liberalização, utilizando a terminologia presente na análise de Martins (apud O’Donnell; Schmitter, 1988b) precederá a democratização. As mudanças liberalizantes são introduzidas no regime sem superá-lo de imediato ou colapsá-lo, num processo marcado por avanços e retrocessos, arranjos entre situação e oposição, e cujo desfecho pode não ser uma democracia plena.

Segundo esses autores, com essa **transição pelo alto** busca-se garantir maior segurança na agenda de prioridades políticas da elite oposicionista aceita pelo regime. Esse, por sua vez, ao adotar uma agenda de liberalização pretende garantir não apenas segurança contra supostas forças de esquerda, mas também preservar os militares e seus colaboradores após a passagem do poder aos civis, daí que, apesar de fazer concessões, considera imprescindível ter o controle do desfecho político.

Outra questão fundamental a ser apreciada para a compreensão dos processos de transição de regimes ditatoriais na América Latina é o fato de que, conforme apontam O’Donnell e Schmitter (1988a: 41), “não há transição cujo início não seja consequência – direta ou indireta – de importantes divisões no próprio regime autoritário”.

No que se refere ao Brasil, essa divisão podia ser observada desde os primeiros anos de ditadura, opondo militares ‘moderados’ e ‘linha-dura’, tornado-se mais acirrada frente à possibilidade de devolução do poder aos civis.

Dessa forma, o choque com lideranças civis e militares - muitos deles à frente de importantes órgãos de repressão contrários ao projeto de liberalização do regime - tornou o período da distensão ainda mais longo e conturbado. Procurando garantir um referencial comparativo para a narrativa memorialista dos militares em relação à abertura, optamos por recuperar a abordagem historiográfica do período.

2.3 A condução da abertura pelo governo Ernesto Geisel

Considerando o projeto de abertura ‘pelo alto’, deve-se procurar compreender a estreita correlação entre a política econômica e a proposta de distensão do presidente Ernesto Geisel, que assumiu em 1974.

No contexto marcado pelos efeitos do choque do petróleo (1973) na economia mundial, a ameaça ao crescimento econômico brasileiro levou o governo a adotar uma nova orientação econômica, ela própria e seu legado alvos de muita polêmica. Castro (Castro; Souza, 1985) afirma que para não prejudicar as metas de crescimento e, sobretudo, objetivando concluir o processo de desenvolvimento nacional, Geisel lançou o II Programa Nacional de Desenvolvimento (II PND), optando pelo financiamento da economia⁶.

Segundo Skidmore (1988: 403), “confrontados com a opção entre baixar a inflação e manter o crescimento, os assessores de Geisel decidiram pelo crescimento”. Andrade (2002: 27) afirma que “é possível que semelhante obsessão desenvolvimentista seja inerente ao próprio regime, cuja justificativa histórica fundamental foi a construção de uma Grande Potência”.

Entretanto, o cerne da questão estava muito além de simples obsessão, envolvendo tanto uma nova perspectiva para a economia nacional no longo prazo, como o projeto político proposto.

Corroborando essa tese, Prado (2011) afirma que essa estratégia econômica está ligada à opção pela abertura política. Uma vez que o projeto oficial era de encaminhar o país rumo à redemocratização de forma ‘lenta, gradual e segura’, era imprescindível manter elevados os índices de crescimento econômico, garantindo a necessária estabilidade e o controle político do processo.

Cabe salientar, que

ao criar uma atmosfera ligeiramente menos rígida para a imprensa, o regime Geisel tornou possível uma opinião pública mais bem informada e mais facilmente mobilizada. E essa opinião estava se inclinando maciçamente, especialmente nas cidades, para a oposição, como ficou provado nas eleições de 1974. (SKIDMORE, 1988: 369)

⁶ O II PND priorizava os investimentos públicos nas seguintes áreas: prospecção de petróleo, expansão da siderurgia, transportes urbanos, saneamento básico, ferrovia do aço, telecomunicações, III Pólo petroquímico, programa rodoviário, programa nuclear e Itaipu. (Castro; Souza, 1985, 43). Contando com a disponibilidade de capitais provenientes do setor petrolífero em mãos de bancos internacionais dispostos a emprestar a países ‘viáveis’, o governo contraiu grande volume de empréstimos que financiavam os déficits em transações correntes do país, bem como obras de infraestrutura.

O expressivo aumento da representação do MDB no Congresso Nacional, além de demonstrar o posicionamento da opinião pública em relação ao autoritarismo, criava dificuldades para a aprovação de medidas defendidas pelo governo, o que poderia comprometer sua capacidade de controle da distensão.

Esse fato reforça a tese de que uma crise econômica, nesse momento, poderia alimentar uma intensa pressão de diferentes segmentos da sociedade, sob a liderança do MDB, em favor de uma redemocratização imediata, e isso poderia ter desdobramentos políticos imprevisíveis, talvez fortalecendo os militares 'linha-dura', empenhados em barrar a abertura.

Apesar do empenho do governo, e visto serem projetos de longo prazo, os resultados positivos do II PND demorariam mais tempo para aparecer, o que talvez não tenha sido compreendido pela sociedade em geral, alarmada pelo crescente endividamento externo.

Isso talvez explique o fato de que, embora a estratégia do governo Geisel tenha garantido a continuação do crescimento econômico (menor que o do período anterior, mantendo-se entre 6 e 9,5%), alcançado parte da almejada transformação estrutural produtiva e algum equilíbrio nas transações comerciais (Castro; Souza, 1985), isso não resultou em respaldo político; ao contrário, alimentou duras críticas que foram se avolumando até o final de seu mandato.

De fato, essa estratégia de liberalização enfrentará dificuldades crescentes, sendo o ano de 1975 um marco. Nesse ano, nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo, ocorreu a morte do jornalista Vladimir Herzog, preso para prestar depoimento quanto ao seu envolvimento com o PCB.

Contestando a versão oficial de suicídio, a família, amparada por autoridades religiosas e pela comunidade judaica, responsabiliza o Estado pela morte e mobiliza oito mil pessoas no ato ecumênico realizado, uma semana depois de sua morte, na Catedral da Sé, que contou com a presença do rabino Henry Sobel e do pastor protestante James Wright, além do cardeal D. Paulo Evaristo Arns. A indignação da sociedade era visível e seu repúdio foi manifestado por diversas entidades, a exemplo da Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), do Sindicato dos Jornalistas e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Era a primeira grande mobilização popular na vigência do AI-5, frente à qual o governo não apresentou condições para a repressão. No ano seguinte, o líder sindical, Manuel Fiel Filho também seria morto em condições bastante semelhantes; seria o último 'suicidado' pelo regime.

Novamente, as divergências internas das Forças Armadas tornam-se nítidas, apesar de não serem comentadas explicitamente pelo presidente Geisel ou por seus aliados, em nome da suposta neutralidade militar no que se refere a questões políticas (Skidmore, 1988).

Um dos grandes problemas do presidente era manter o “controle do aparelho de informação e repressão política, que se tornara um poder forte e independente dentro do próprio poder” (Couto, 2003: 151). Os responsáveis pelas mortes estavam justamente sob o comando dessas lideranças da ala mais radical e extremista das Forças Armadas e precisavam ser contidas, o que justificaria a demissão do general Ednardo D’Avila Mello, comandante do II Exército, por ordem do presidente.

Ao que parece, a coluna de sustentação do regime, qual seja sua capacidade de repressão, aliada aos elevados índices de crescimento econômico e sustentada pelo discurso ufanista desenvolvimentista, começava a vergar. A partir de então, as denúncias de tortura, os protestos e as críticas ao regime, ainda que tímidas, serão cada vez mais significativas, favorecendo o início de um lento e conturbado processo de desmantelamento da estrutura repressiva.

Procurando manter o controle da situação, mas fortalecendo o discurso em favor do restabelecimento do Estado de Direito, o governo adotou uma estratégia de avanços e retrocessos no processo de abertura⁷. Dentre os objetivos estavam postergar o fim do regime e controlar a sucessão, além de proteger os militares de possíveis acusações e/ou punições pelas arbitrariedades cometidas, após a passagem do poder aos civis.

As dificuldades econômicas, entretanto, não garantiram sustentação política, uma vez que os resultados econômicos ficam aquém do esperado. O endividamento e a crescente inflação solapavam a ação do Estado de financiar o desenvolvimento proposto.

Além disso, a incapacidade do governo de promover crescimento e distribuir renda concomitantemente foi um grande problema, pois além da questão social em si, essa situação comprometeu o fortalecimento do mercado interno e criou dificuldades de legitimação política, estimulou greves e criou espaço para um novo avanço eleitoral do MDB, em 1978.

Apesar desses problemas, a questão sucessória deixou claro o fortalecimento do projeto de distensão e o poder acumulado por Ernesto Geisel, que conseguiu impor seu

⁷ Estamos nos referindo à Lei Falcão (1976), ao Pacote de Abril (1977) e à extinção do AI-5 (1978), principal instrumento de repressão do Estado autoritário.

candidato, o general João Batista de Oliveira Figueiredo; eleito, assumiu em 1979. Mais que uma simples vitória eleitoral, foi a vitória de um projeto em direção ao fim do regime militar.

2.4 O governo Figueiredo: derrocada econômica e fragilização política

Logo de início, além das questões econômicas, o governo terá pela frente a questão da anistia, aspectos centrais do processo de liberalização.

Promovendo um debate que se intensificou e mobilizou número expressivo de pessoas, a Campanha Nacional Pró-Anistia reuniu em suas fileiras familiares, pessoas influentes e, principalmente, o cidadão comum que se identificou com a causa por seu significado político e humano.

A luta resultou na assinatura da Lei da Anistia, em 1979. A citada lei, apesar de ter libertado presos políticos, permitido a volta de exilados e restabelecido seus direitos políticos, excluiu os acusados por atos de resistência armada ao governo. Em contrapartida, foi estendida a colaboradores do governo que, dessa forma, não poderiam ser punidos pelo envolvimento em crimes de tortura e morte de opositores políticos, por exemplo. Tal fato alimentou as críticas ao governo, abalando sua popularidade.

Visando às futuras eleições, o governo decide extinguir os partidos criados pelo AI-2 e restabelecer o pluripartidarismo (1979), permitindo a reorganização de partidos políticos, exceto as legendas comunistas.

Trata-se de uma medida de avanço democrático que, entretanto, pretende enfraquecer a oposição, visto a possibilidade de fragmentação do MDB, cuja composição era bastante heterogênea, o que efetivamente ocorreu. A Arena tornou-se PDS e o MDB originou vários partidos, sendo o PMDB o grande herdeiro do antigo partido. Além dele, surgiram o PTB, o PDT e o PT, esse último, originário do novo sindicalismo.

No que tange à economia, o Brasil não seria refratário aos efeitos do segundo choque do petróleo, em 1979. O panorama de queda nas exportações e de colapso do sistema de crédito internacional acirrou o debate acerca dos rumos da economia no início do novo governo.

Mais uma vez, o imperativo político imposto pelo projeto de liberalização foi decisivo na tentativa de manutenção do crescimento. Entretanto, o agravamento da crise internacional e a aceleração inflacionária (em 1980, a inflação atingiu a marca inédita de 110%), obrigam o governo a adotar, a partir de 1981, uma “terapia convencional” de ajuste econômico (Castro;

Souza, 1985: 53) e o Brasil ingressará em um longo e profundo ciclo recessivo⁸, que culminou na chamada crise fiscal⁹ ou crise da dívida de 1982.

Nesse ambiente, ocorreram as eleições legislativas de 1982, além das eleições diretas para governadores de Estado. Esse pleito foi um termômetro do desgaste político do governo, uma vez que “votar contra os candidatos do PDS era, para o eleitor comum, o melhor meio que encontrava para se manifestar contra o governo militar de Brasília” (Skidmore, 1988: 454).

Cabe ressaltar que as ações de terrorismo reacionário levadas a efeito pelos extremistas que objetivavam abortar o processo de abertura política, com destaque para o atentado do Riocentro (1981), contribuíram para minar ainda mais a credibilidade do governo já muito criticado pela crescente crise econômica.

Apesar de não ter conquistado a maioria no Congresso, o crescimento do PMDB sugere a migração de votos da classe média, cujo poder aquisitivo havia declinado sensivelmente pela corrosão inflacionária. Sem dúvida, trata-se do elemento mais nítido da crise econômica para o cidadão, assolado pelos desdobramentos perversos da grave conjuntura e, por extensão, o que mais pesa negativamente sobre a classe dirigente.

A crise econômica se aprofunda e, em 1983, o país enfrenta a ‘estagnação’. Nesse ano, a recessão e a aceitação da ‘cartilha do FMI’¹⁰ foram inevitáveis.

A falência do modelo econômico hegemônico durante a ditadura trouxe à tona, não apenas os abusos políticos, mas também as mazelas sociais que o mesmo produziu, alimentando vozes de oposição e impondo uma agenda política democratizante.

Os efeitos políticos disso serão visíveis na deterioração progressiva da imagem do Palácio do Planalto e no esvaziamento do discurso ufanista que legitimou a ditadura, contribuindo, de forma incontestável, para o fortalecimento do projeto de abertura.

⁸ Entre as medidas de ajuste, destacam-se: redução do intervencionismo estatal, maxidesvalorização monetária e choque antiinflacionário, defesa da expansão dos setores mineral e agrícola (esse último fortemente atingido pela queda do valor das *commodities*), ambos voltados para a exportação, cujas divisas seriam fundamentais na busca pelo equilíbrio de nosso déficit na balança de pagamentos.

⁹ Segundo Bresser-Pereira (1990: 17), crise fiscal é um ‘desequilíbrio financeiro estrutural do setor público’, nesse caso, diretamente associado ao modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil, centrado em substituição de importações e altamente dependente de financiamento externo. O autor identifica cinco ingredientes compondo a crise fiscal do Estado: déficit público, poupança pública negativa, imensa dívida pública - externa e interna, falta de crédito do Estado e falta de credibilidade dos governos (1991: 9).

¹⁰ Segundo essa instituição, o remédio consistia na aplicação de medidas clássicas: reduzir taxa de expansão da base monetária, apertar o crédito, diminuir o déficit do setor público, fazer desvalorizações monetárias, eliminar subsídios e aumentos salariais. (Skidmore, 1988, 460.)

2.5 A abertura sob pressão da Sociedade Civil: a Campanha Diretas Já!

Como se pode observar, a análise que assume a abertura como uma agenda do Estado considera as variáveis que concorrem no processo, porém não reconhece como decisiva a correlação de forças entre os protagonistas do regime e a sociedade civil organizada.

Linz e Stepan (1999: 28) afirmam que “uma sociedade civil robusta, com a capacidade de gerar alternativas políticas (...) pode ajudar a dar início à transição, a oferecer resistência a retrocessos, a forçar a transição até seu termo”. Especificamente no caso do Brasil, Stepan (apud Linz; Stepan, 1999: 205) destaca que, iniciada a liberalização controlada, o processo foi marcado por “concessões do regime e **conquistas da sociedade**”.

Desse modo, procurando melhor avaliar o peso da sociedade na abertura, recorreremos a Canclini (1997), que aponta os movimentos sociais dos anos setenta e oitenta, no Brasil, como marcos da ação transformadora de uma sociedade que passa a refutar a dominação e o autoritarismo do bloco de poder vigente, visando a estabelecer um novo equilíbrio na sua relação com o Estado. Corroborando com essa perspectiva, Gohn (2003) destaca a importância dos movimentos sociais no alargamento da vida democrática.

Tais mobilizações teriam sido deflagradas pelo movimento operário, que ressurgiu no governo Geisel. Desvinculado do sindicalismo atrelado ao Estado Populista da década de 1930, o novo sindicalismo traz uma nova proposta, cujas raízes remontam ao ‘chão de fábrica’, aos debates e às comissões surgidas em grandes unidades industriais, com destaque para a região do ABC paulista, de onde emergiram lideranças que estiveram à frente das greves de 1978 e 1979 e na gênese das grandes centrais sindicais: CUT (1983) e CGT (1986).

Importante destacarmos que não se tratava de um movimento isolado. Apesar das peculiaridades desse novo sindicalismo – a independência em relação ao Estado, a organização e as novas lideranças, livres da influência da esquerda tradicional -, o movimento refletia a agitação vivida pelo país em face do empobrecimento resultante de um modelo econômico nitidamente esgotado.

Sinais de emergência de novas identidades coletivas de luta, os movimentos sociais urbanos das décadas de 1970 e 1980 significavam o aprendizado político no cotidiano das práticas sociais, numa década de efervescência política na cidade e no campo (Sader, 1988).

Para o debate proposto, é relevante percebermos que as reivindicações centradas, num primeiro momento, em questões específicas ou de caráter classista, acabaram por se ampliar

de tal forma que dominaram o cenário político nacional como campo de resistência em nome da redemocratização.

É nesse ambiente, e parafraseando Ricardo Kotscho (1984), que veremos explodir um novo Brasil. Essas lutas sociais se propagaram e ganharam uma dinâmica e uma abrangência jamais vistas em nossa história, imprimindo um ritmo inesperado ao processo de transição, cujo auge seria a **Campanha Diretas Já!**

Tendo em vista que a análise mais apurada dessa campanha mostrar-se-á relevante para a discussão ensejada pelas obras memorialistas que são nosso objeto de estudo, dedicaremos especial atenção à caracterização da mesma pelos estudiosos.

Deflagrada em abril de 1983, ano em que se iniciou o debate acerca da sucessão presidencial do presidente Figueiredo, a campanha pelas eleições diretas ganhou fôlego em janeiro de 1984, às vésperas da votação da proposta de emenda constitucional do Deputado Federal Dante de Oliveira/PMDB-GO, que propunha o restabelecimento de eleições diretas para presidente já em 1985.

Reunindo um número cada vez mais expressivo de participantes, foi interpretada como o resultado de uma “revolução subterrânea” (Rodrigues, 2003: 11), o coroamento de um processo de organização, conscientização e fortalecimento da sociedade civil, ocorrido ao longo da última década.

Após um longo período de sufocamento político, os brasileiros voltavam a se posicionar como cidadãos, como sociedade amadurecida politicamente, sujeito histórico capaz de promover as esperadas mudanças.

Para Canclini (1997: 22), ser cidadão “não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento (...)”.

Usando a expressão de Eder Sader (1988), o que se vê é a ação do “sujeito coletivo”, um sujeito social, histórico e autônomo. São estudantes, operários, intelectuais, sindicalistas, artistas, jogadores de futebol, mas, sobretudo, cidadãos comuns; milhares de indivíduos anônimos e dispersos – em geral, não envolvidos diretamente em lutas políticas –, que nesse momento assumem, coletivamente, uma posição favorável à emenda.

Nun (apud Moura; Silva, 2008) chama de a “rebelião do coro”, ou seja, atores sociais tradicionalmente marginalizados da cena política se colocam como protagonistas da mudança, uma vez acreditando que poderiam promover a reestruturação do sistema político e a superação de nossa triste realidade social a partir do restabelecimento das eleições diretas.

Qualquer observador, mesmo o mais desatento, logo concluiria que estávamos diante de algo inédito em nossa história. Segundo Marcondes Filho (1989: 171) “ninguém previa a explosão tão intensa e enérgica das massas”. Entretanto, a proposta ganhou as ruas dos grandes centros, tornando-as palcos contundentes de demonstração do projeto político que tomava conta dos cidadãos.

Na praça, segundo Bakhtin (apud Martin-Barbero, 2006: 101) “o lugar no qual o povo assume a voz que canta”, surge a multidão, “uma realidade viva, forte, surpreendente, assustadora, deslumbrante” (Ianni, 1989: 5).

Analisando a trajetória dessas mobilizações, desde o primeiro comício ocorrido em 15 de junho de 1983, em Goiânia, até o comício de São Paulo, em 16 de abril de 1984, véspera da votação no Congresso, observa-se um tom cada vez mais cerimonial e sentimental nos comícios: a abertura, a presença de artistas com grande apelo popular, os discursos sucessivos e o *gran finale*, quando os presentes entoavam, visivelmente emocionados, o Hino Nacional Brasileiro.

Simmel (2006) destaca a força política dessas manifestações sociais dos sentimentos, que acaba por se concretizar em práticas e discursos que ampliam os espaços de solidariedade e, portanto, a identidade coletiva e a força da reivindicação.

Trata-se de um novo projeto emancipatório, a partir de uma mobilização que envolve diferentes setores da sociedade, transcendendo suas esferas de atuação originais em grandes manifestações públicas, que buscam produzir impacto e visibilidade através da mídia, forma importante de pressão política no espaço público contemporâneo.

Entre os comícios realizados em 1984, destacam-se aqueles que ocorreram nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, com expressivo apoio dos governos estaduais.

Os comícios suprapartidários contavam com a presença de políticos de renome nacional - Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro, Lula, entre outros. Fica nítido, portanto, que o PMDB procurou assumir a liderança da campanha, visto seu incontestável alcance popular, tendo inclusive sido o responsável pelo seu lançamento em nível nacional, em Goiânia.

Esse panorama demonstra o interesse das lideranças da base oposicionista em arregimentar a massa, e sugere que a autonomia do movimento foi eliminada.

Segundo Nery

uma campanha que nasce no seio do Parlamento e que é conduzida para aprovação, neste mesmo Parlamento, (...) tem seu limite imposto pelo próprio papel do Estado capitalista. Neste sentido, as classes dominantes brasileiras foram bastante eficientes, pois conseguiram dirigir um movimento de massas, que teve a presença

de muitos milhões de pessoas nas ruas e praças, dentro de limites suficientemente estreitos para preservarem inteiramente os dispositivos de dominação capitalista na formação social brasileira. (NERY, 2010: 118)

Por outro lado, ao observarmos o movimento, identificamos iniciativas independentes dos participantes dos comícios pró-diretas. Não se tratava de uma mobilização personalista e clientelista. Os novos atores incorporavam a si próprios nessa luta como sujeitos históricos, independentes de um elemento que atuasse como motor da ação política conjunta.

Rodrigues (2003: 102) destaca que, em editorial, a Revista Veja ressaltou essa vontade coletiva afirmando que seria “engano acreditar que a multidão se agrupa para se convencer com discursos. As pessoas vão às ruas simplesmente para mostrar ao governo e ao Congresso que elas querem votar para presidente”.

Corroborando essa perspectiva de análise, Sader (1988: 56) afirma que o sujeito autônomo “não é aquele que seria livre de todas as determinações externas, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade”.

Superando cada vez mais seu caráter partidário - e em que pese a presença de diferentes associações e entidades representantes da sociedade civil (partidos políticos, igreja, sindicatos) que, de início, possam ter coordenado a mobilização desses atores coletivos -, não se pode negar que a luta invadiu o cotidiano dos cidadãos, seu mundo privado, promovendo um envolvimento autônomo e contribuindo para diminuir o grau de controle de lideranças políticas ditas tradicionais.

Ao contrário do que afirmavam as elites dirigentes quando desclassificavam os comícios - segundo eles, baderna -, o que se via era uma campanha organizada e cujos desdobramentos preocupavam, pela maturidade e pelo envolvimento social inesperados. Não se tratava de um movimento desprovido de consciência política, mas do “ressurgimento do espírito cívico com uma dimensão sem precedentes (...). Era uma dramática mensagem da sociedade civil que firmemente reconquistava a sua voz” (Skidmore, 1988: 472).

Em virtude disso, a campanha será apreendida pelo governo como uma ameaça latente ao ‘seu’ projeto de transição, uma vez que a abertura defendida considerava apenas duas forças políticas: PDS (situação) e PMDB (oposição). Essa proposta de emenda constitucional representaria um revés na trajetória escolhida pelos ditadores para o retorno à normalidade institucional, no caso, a vitória de um candidato civil aceito pelo governo, nas eleições presidenciais indiretas de 1985.

Outro aspecto que nos parece significativo do peso dessa mobilização e de seu potencial para interferir no desfecho da situação política foi o posicionamento dos opositores políticos aceitos e reconhecidos pelo Estado.

Com a proximidade da votação da emenda (precisamente, 25 de abril de 1984), algumas lideranças deixam de comparecer aos comícios, tentando promover o enfraquecimento da mesma. Observa-se, então, um nítido recuo de figuras influentes, que passam a avaliar favoravelmente a possibilidade de uma transição negociada, como viria a confirmar o próprio Tancredo Neves, em entrevista¹¹, quando disse ser necessário “evitar a radicalização que pode levar o País à situação de um retrocesso que gerará para o povo condições mais difíceis e penosas do que aquelas que ele enfrenta no momento (...)”.

Em outras palavras, a oposição via com preocupação essa mobilização popular. Na sua avaliação, a mesma ameaçava a volta dos civis por transferência de poderes, sendo indesejável um caminho mais radical e violento, que poderia provocar novo recrudescimento; daí o imperativo de desencorajar o movimento popular. Segundo Rodrigues (2003: 69) “o ponto principal da agenda da oposição conciliadora era a montagem de uma candidatura capaz de derrotar, pela via indireta, o candidato do PDS”.

Não se tratava de um temor infundado. Desde o início do ano de 1984, o governo Figueiredo já atirava contra a campanha pela eleição direta para a presidência, acusando-a de ter “caráter meramente perturbador”¹². Nos dias que antecederam à votação da Emenda, o governo tomou medidas emergenciais¹³, temendo os possíveis desdobramentos e as reações da sociedade diante do resultado.

Portanto, tornou-se evidente a tensão que envolvia o governo frente à crescente expectativa do cidadão comum, para quem o retorno do Brasil às eleições diretas parecia cada vez mais inconteste. Segundo Couto (2003), pesquisas mostravam que 80% dos brasileiros davam como certa a aprovação da emenda, e essa convicção não permitiu que a ausência de lideranças políticas enfraquecesse o movimento, que chegou a reunir mais de um milhão de

¹¹ Entrevista de Tancredo Neves à Folha de São Paulo, 24 de abril de 1984.

¹² Revista *Veja*, 4 de Janeiro de 1984.

¹³ Essas ‘medidas emergenciais’ foram estabelecidas por decreto pelo Presidente Figueiredo e executadas pelo general linha-dura, Comandante Militar do Planalto, Newton Cruz, sobretudo para o Distrito Federal. Resultava de pressões de grupos mais conservadores que pretendiam coibir possíveis manifestações com a finalidade de ‘coagir parlamentares’ a votarem em favor da emenda. Incluíam, por exemplo, a censura das telecomunicações para impedir a transmissão da votação para todo o país.

pessoas nos comícios de SP e do RJ, às vésperas da votação. A sociedade havia, de fato, “tomando a palavra de ordem ‘Diretas Já’ como sua” (Rodrigues 2003: 102).

Para Meyer e Montes (1985) o povo criou uma formidável ‘festa cívica’; mostrou-se capaz de romper uma organização inicial e criou suas próprias palavras de ordem que contaminavam seu universo particular e garantiam a identidade de indivíduos que buscavam liquidar o regime militar por ocasião da sucessão presidencial.

Também nos meios mais intelectualizados da sociedade brasileira podia-se verificar a convicção da vitória, a exemplo do depoimento do jornalista Ricardo Kotscho

Depois desse comício do Rio de Janeiro [10/04/84], apoteose de uma travessia que começou timidamente em São Paulo, com umas 15 mil pessoas pedindo eleições diretas, em frente ao estádio do Pacaembu, no longínquo mês de novembro do ano passado – e faz apenas seis meses – ninguém, nunca mais, ousará falar em consenso ou negociação, que não seja o consenso das eleições diretas já, aqui e agora. (KOTSCHO apud RODRIGUES, 2003: 77)

Fruto da empolgação que a todos contagiava, a avaliação mostrou-se equivocada, pois toda essa movimentação não garantiu a aprovação da emenda¹⁴. Talvez um olhar mais atento desses observadores tivesse revelado a negociação de bastidores entre o governo e os líderes da oposição que, à revelia do que ocorria nas ruas, continuavam conduzindo o processo de acordo com os ditames das lideranças políticas. Afirma Couto (2003: 328) “Só por milagre, contrariando a lógica e a realidade congressual, a emenda passaria”.

A oposição, obcecada com a possibilidade de um golpe que poderia abortar a abertura, buscou o consenso. Prevaleceu, assim, a opção pela transição negociada, o que demonstra a enorme (e histórica) distância entre a voz das ruas e o Congresso.

A partir de então, e superada a frustração da derrota, todos os olhares se voltam para a sucessão, que ocorreu via Colégio Eleitoral. A Aliança Democrática, uma coligação PMDB/PFL – esse último formado por dissidentes do PDS - elegeu Tancredo Neves e José Sarney para conduzirem o Brasil na reconstrução da democracia.

Apesar de reconhecermos a importância indiscutível da campanha pelas eleições diretas, síntese da capacidade de organização das novas forças político-sociais que emergiram a partir de meados da década de 1970, a mesma não foi suficiente para solapar as negociações que ocorriam nos bastidores da política nacional, predominando uma postura conciliadora entre as elites políticas.

¹⁴ Analisando o tema, Boris Fausto (2000: 509) destaca que havia ‘uma distância entre a manifestação de rua e o Congresso com maioria do PDS. A eleição direta dependia de uma alteração constitucional, pelo voto de dois terços dos membros do Congresso. Para que isso acontecesse, seria necessário que muitos congressistas do PDS votassem a favor das diretas’. Perdeu por 22 votos. Eram necessários 320 votos de um total de 479 congressistas.

Devemos considerar que esse desfecho reforça a perspectiva da transição pelo alto. Mesmo diante de uma crise econômica de grandes proporções, a ala moderada do Exército logrou levar a termo o regime via transferência de poderes, evitando, assim, rupturas abruptas.

Abandonando as paixões políticas, devemos compreender essas negociações e esse desfecho enquanto parte da dinâmica dos processos de liberalização, marcados por fluxos e refluxos que, invariavelmente, não redundam em regimes democráticos consolidados.

2.6 O ocaso da transição e o início da redemocratização

Na perspectiva de Kinzo (2001), o período entre 1985 e 1990 configura a última etapa do processo de transição democrática no Brasil.

A eleição de Tancredo Neves, ainda que via Colégio Eleitoral, tornou-se, aos olhos dos cidadãos, um símbolo da ruptura com o regime anterior, o que em parte se explica pelas características singulares do processo de transição no Brasil, “um processo implicitamente negociado” (Lamounier, 1990: 16).

De fato, havia uma enorme expectativa em relação às transformações que deviam ser encaminhadas pelo novo presidente, em atendimento às inúmeras demandas da sociedade.

Entretanto, o estado de saúde de Tancredo Neves já inspirava cuidados ainda durante a campanha, tendo piorado nos meses que antecederam a posse. Temendo uma crise política que colocasse em risco a ascensão do novo governo, esse fato foi, na medida do possível, ocultado.

Com a internação do presidente eleito às vésperas da posse, a transição ficou ameaçada. Após intenso debate acerca da constitucionalidade da questão, o vice-presidente eleito, José Sarney, assumiu, liderando uma coalizão formada por PFL-PMDB; esse último partido representava a maioria no ministério formado por Tancredo.

Cabe ressaltar que alguns desses ministros haviam sido cassados durante o período ditatorial, o que poderia ter sido um foco de tensão com os meios militares. Entretanto, segundo Skidmore (1988: 497) “tanto o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, quanto o chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, estavam fortemente comprometidos com o êxito da transição para o governo civil”, o que garantiu maior estabilidade num momento já bastante tenso.

Nas palavras de Skidmore (1988: 498), o governo provisório de José Sarney encontrava-se “virtualmente paralisado” diante da indefinição e das dúvidas que pairavam em

relação à saúde de Tancredo Neves, depositário de um verdadeiro projeto político de reconstrução nacional.

Temia-se pelo desfecho dessa situação e pelos rumos da redemocratização. Nesse sentido, a questão que se coloca pelos estudiosos é quanto ao peso político de Tancredo Neves nesse processo, em virtude de sua confiabilidade pessoal e dos compromissos assumidos com as Forças Armadas e com as elites civis que negociavam a transição (Arturi, 2001).

Com a morte do presidente eleito, em 21 de abril de 1985, e em meio à forte comoção nacional, oficializou-se o nome de José Sarney como primeiro presidente civil após vinte e um anos de governo militar; Sarney tornava-se, portanto, “fiador da transição”, segundo Lamounier (1990).

Apesar de experiente, pesava contra Sarney o fato de ter participado ativamente do poder nas últimas duas décadas, o que comprometia a legitimidade de seu governo na perspectiva de um regime democrático. Além disso, não fora eleito pelo voto popular e não pertencia ao PMDB, a maior bancada no Congresso Nacional, o que acabou por comprometer a governabilidade.

A seu favor, aponta Skidmore (1988: 502), existia uma atmosfera política favorável, “o consenso, do qual nem a extrema esquerda nem a extrema direita discordavam, de que o Brasil precisava continuar sua transição para a democracia”. Em outras palavras, ao menos explícita e publicamente, ninguém ousava cogitar, nesse contexto, outro caminho para a solução dos problemas nacionais que não fosse o processo democrático, a livre participação da sociedade política e civil.

Em termos políticos, o maior desafio do governo Sarney era justamente remover a herança autoritária que pairava sobre o país, num momento político de grande vulnerabilidade. Nesse sentido, foram aprovadas algumas medidas iniciais, tais como o fim da censura prévia e do colégio eleitoral, o restabelecimento das eleições diretas para presidente e a legalização de todos os partidos políticos, inclusive as legendas comunistas. Skidmore (1988) assinala que a legalização do PCB e do PC do B – sob protesto dos militares, temerosos da atuação de seus representantes na futura assembleia constituinte - acabou por fragmentar a esquerda, fragilizando-a; em contrapartida, esvaziou o tradicional discurso da direita, que sempre procurou alimentar o temor da sociedade frente ao comunismo.

Não obstante, existiam ainda outros pontos altamente sensíveis e potencialmente desestabilizadores da almejada redemocratização. Destaque-se a atuação do SNI que, de posse de arquivos/informações comprometedoras, poderia ameaçar a transição. Considerando que

seus integrantes respondiam diretamente aos chefes das pastas militares, a liderança do general Ivan de Souza Mendes à frente do Serviço é apontada como decisiva, garantindo ao presidente civil a capacidade necessária para controlar o órgão.

Além disso, vale ressaltar que, apesar de declarar que não pretendia utilizá-los, o presidente tinha à sua disposição recursos políticos do período ditatorial - como o decreto-lei e o decurso de prazo -, que mantinham o poder Legislativo enfraquecido.

Para superar esse quadro de indefinição institucional, era urgente a elaboração de uma nova Constituição, responsável por edificar a ordem política democrática. Segundo Skidmore (1988: 496), os grupos mais à esquerda defendiam a imediata formação de uma assembleia nacional constituinte, fundamental para “desmantelar o mais rapidamente possível os remanescentes do autoritarismo”; já os partidos de centro-direita queriam adiar essa decisão, posição que prevaleceu. Assim, somente em 1986 ocorreram as primeiras eleições legislativas da Nova República.

Nesse momento, a Câmara dos Deputados e dois terços do Senado foram renovados. O Congresso empossado assumiu o poder Constituinte, de cujo trabalho deveria resultar a Carta Constitucional, base para uma estrutura política renovada.

Na análise de Souza e Lamounier (1990: 82) “convocar uma assembleia constituinte foi, na verdade, um componente essencial do acordo que possibilitou a volta a um regime civil democrático, após vinte anos de governos militares”.

Na avaliação de Kinzo,

A elaboração da Constituição de 1988 (...) foi ilustrativa da complexidade que cercou o processo de democratização brasileiro. Do início ao fim, o processo envolveu um embate entre os mais variados grupos, cada um tentando aumentar ou restringir os limites do arranjo social, econômico e político a ser estabelecido. (KINZO, 2001: 8)

De significado político incontestável, o trabalho constituinte inspirou mobilizações e incitou a participação de diferentes segmentos da sociedade civil. Apesar do amadurecimento político que promoveu, não devemos ignorar a atuação de forças conservadoras temerosas frente à possibilidade de mudanças mais drásticas, a fragilidade e o oportunismo ideológico dos partidos e a atuação de velhos caciques, pautada por práticas políticas arcaicas alimentadas por vinte anos de arbítrio.

Nos debates que marcaram a elaboração da nova Carta, uma questão central emergiu, elevando o tom da discussão: o papel das Forças Armadas. O cerne da questão girava em torno da possibilidade de intervenção militar para assegurar a ordem interna, posição defendida por muitos militares.

Para Skidmore (1988: 522), “Os militares queriam, com efeito, um mandato para continuar a desempenhar seu papel de *poder moderador*”, defendendo que, para o bem do povo, não abriam mão do “direito de desempenhar um papel tutelar sobre o regime civil” (Souza; Lamounier, 1990: 95).

Segundo Oliveira e Soares (2000), o protagonismo militar no processo negociado de transição brasileiro e a debilidade política do governo Sarney dificultaram o estabelecimento de limites mais adequados ao regime democrático no que se refere às relações civis-militares. Assim, o lobby junto aos constituintes garantiu, para além de sua função tradicional, a manutenção dos preceitos referentes à segurança nacional e as prerrogativas de intervenção militar na política interna (segundo julgassem necessário), a existência de ministérios militares e a não subordinação completa ao poder civil, situação que, na perspectiva dos autores, compromete a consolidação da democracia.

Para esse desfecho, vale salientar a pressão exercida sobre os parlamentares constituintes pelo então ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. O ministro, que “costumava apresentar-se como a garantia da transição política” (Oliveira; Soares, 2000: 101), defendia a manutenção do presidencialismo, considerado mais condizente com os “interesses militares”.

Nesse debate, outro ponto delicado era a acusação de violação dos direitos humanos durante a ditadura militar e a pressão de alguns setores para que respondessem por isso judicialmente.

Analisando a questão, Skidmore (1988: 516) destaca que, além do menor número de mortos, comparativamente com outras ditaduras da América do Sul, “a veia conciliadora da cultura política nacional” contribuiu para a aceitação da essência da Lei da Anistia.

Na realidade, essa “lógica da protelação” (Oliveira; Soares, 2000: 102) é mais um exemplo da força da área militar nesse momento da transição. A sociedade política parecia convencida da inviabilidade e dos prejuízos de um confronto com as Forças Armadas, nesse contexto. Corroborando essa perspectiva, afirma Santos (2007: 170) que “desde os primeiros movimentos do governo, a Aliança Democrática já havia assumido compromissos inarredáveis com os militares (...)”.

Provavelmente alheios a esses entendimentos prévios, alguns atores sociais, sobretudo familiares de vítimas da ditadura e grupos de direitos humanos, não abriam mão do julgamento da opinião pública; “queriam que os brasileiros tomassem conhecimento dos custos em vidas humanas do governo repressivo” (Skidmore, 1988: 513), deixando a

discussão sempre latente e com potencial político altamente explosivo, como podemos observar até os dias atuais.

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a nova Constituição Federal recebeu de Ulisses Guimarães o codinome de ‘Constituição Cidadã’, visto seu alcance no que se refere às garantias fundamentais dos cidadãos. Entre outros avanços importantes, determinou o fim da censura prévia e o direito à informação, a condenação da tortura, a ampliação de direitos trabalhistas e a não interferência do Estado na organização sindical, além de garantir o fortalecimento dos poderes Legislativo e Judiciário.

Em que pesem as possíveis críticas ao texto, é inegável que representou um importante avanço rumo à estabilização política ao “fornecer parâmetros estáveis para a continuidade do processo democrático” (Lamounier, 1990: 18).

Dentre esses parâmetros, vale destacar o princípio jurídico da soberania popular, que inclui voto, iniciativa popular de legislação, plebiscito e referendo, possibilitando uma nova distribuição de poder, segundo uma noção de democracia mista (representativa e participativa).

Para Souza e Lamounier

a nova Constituição do Brasil pode ser vista, não simplesmente como uma resposta a demandas e pressões imediatas e de curto prazo, mas como um esforço coletivo para passar a limpo o país, desafiando atitudes profundamente arraigadas de hostilidade ou de ceticismo com relação ao regime democrático (LAMOUNIER, 1990: 101)

Corroborando essa perspectiva, Moisés (1989: 67) afirma que “(...) com a emergência da nova Constituição, começaram a criar-se as condições para uma alteração mais de fundo, no sistema político, em relação ao período autoritário”. Tratar-se-ia de uma linha tênue, mas que demarca, segundo o autor, o fim da transição e o início da consolidação democrática no país, uma vez que estabelece novas regras institucionais, abre espaços para novas práticas políticas e gera um ambiente favorável “para que se restabeleça a confiança popular nos mecanismos democráticos de deliberação”.

Se no campo político podemos registrar expressivas conquistas, frente aos problemas econômicos e à enorme dívida social deixada pelos governos anteriores o governo Sarney não mostrou a mesma capacidade de avançar.

O fracasso da política de estabilização econômica, a forte resistência de setores abastados e conservadores frente às reivindicações populares, as denúncias de corrupção e os ventos do neoliberalismo deram o tom da campanha sucessória. Desse modo, o PMDB, que tinha sido hegemônico nas eleições anteriores, conquistando a maioria dos governos

estaduais, segue para as primeiras eleições presidenciais diretas, em mais de vinte anos, desgastado e impopular.

Lamounier (1990) assinala uma expectativa positiva quanto à legitimidade do primeiro governo escolhido pelo voto direto, uma vez que seria alçado ao poder por sufrágio universal e secreto, em eleições livres e diretas. Além disso, a lei eleitoral previa a realização do segundo turno, garantindo o respaldo da maioria ao candidato vitorioso, o que, na trajetória de um país que saía de um longo regime ditatorial sem rupturas abruptas pode ser bastante expressivo.

Refletindo sobre o significado dessa eleição para a história brasileira – independentemente de seu resultado –, o autor reconhece-a como o momento em que o país ultrapassou um limiar fundamental para o restabelecimento da democracia. Nesse sentido, destaca a “ampliação do corpo de votantes até aquele limite onde não há mais exclusões ou discriminações injustificáveis” e o “pleno reconhecimento da legitimidade do adversário” (Lamounier, 1990: 30).

Esse último dado é muito importante se considerarmos a debilidade dos partidos hegemônicos - PMDB e PFL - e o potencial de crescimento revelado pelos dois candidatos que chegaram ao segundo turno, simbolizando a rejeição do eleitorado aos políticos mais tradicionais. Nesse momento, os protagonistas do processo eleitoral reconheciam (e aceitavam) o princípio da incerteza, ou seja, a possibilidade da derrota eleitoral, aspecto fundamental nos regimes democráticos.

Citando Przerworski

o momento crucial em qualquer transição do autoritarismo à democracia não é necessariamente a retirada do exército para os quartéis ou a abertura do Parlamento eleito (...). Democratizar é o processo de submeter todos os interesses à competição da incerteza institucionalizada. (PRZERWORSKI, 1984: 37)

De fato, a trajetória, os avanços e mesmo os constrangimentos enfrentados ao longo do processo de transição brasileiro devem ser considerados como produtos próprios da singularidade desse processo (Arturi, 2001).

Segundo Kinzo (2001: 9), para compreendermos essa trajetória, devemos considerar que “a reconstrução do sistema político deu-se através de acomodações e do entrelaçamento de práticas e estruturas novas e antigas, combinação esta que estruturou as opções e estratégias seguidas pelos principais atores do processo político”.

Moisés (1989) afirma ser ingenuidade imaginar que a democracia é uma decorrência natural do fim do autoritarismo. Particularmente, no caso brasileiro, o longo período de

transição foi também um longo período de incertezas, de dilemas envolvendo velhos problemas estruturais e novas demandas de uma sociedade mais moderna, de negociações entre elites políticas mais interessadas no continuísmo do que na mudança. A consolidação do regime democrático, que teve início com as eleições de 1989, demandaria um longo processo de amadurecimento, ainda em curso, e a superação de sérios problemas econômicos e sociais.

Nesse processo, o potencial democrático do aparato institucional brasileiro foi colocado à prova pelo *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Melo (1992). O desfecho dentro dos limites da legalidade fortaleceu as instituições e trouxe para a agenda política a questão ética, tema caro à democracia, abrindo um profícuo caminho para que governantes e governados construam uma nova cultura política nacional.

CAPÍTULO 3

A DISPUTA PELA MEMÓRIA DA DISTENSÃO POLÍTICA NO BRASIL (1974-1979)

Chegamos ao ponto central do trabalho, desenvolvido a partir da análise de obras memorialistas. Em que pese o caráter seletivo da atividade mnemônica, essas obras foram tratadas como fontes primárias, corpo empírico de nossa pesquisa.

A relevância desses depoimentos decorre da posição que esses indivíduos ou instituições ocuparam na estrutura do regime militar, interferindo nos rumos da política nacional nesse período bastante delicado.

Para o melhor aproveitamento e a compreensão mais profunda do processo de construção de suas versões acerca da **abertura política (1974 - 1985)** - foco central da pesquisa -, a leitura das obras mostrou imprescindível examinar a percepção desses personagens relativamente à decisão pela intervenção militar em 1964 e a fatos ocorridos nos governos anteriores à ascensão de Geisel. Cabe ressaltar que essa necessidade nos foi imposta pelo enlevo (ou, ao contrário, pela negligência) dos próprios autores em relação a determinados aspectos.

Antes de iniciarmos propriamente a análise dos livros, apresentaremos seus autores. Para tanto adotamos a ordem cronológica e utilizamos somente informações que os mesmos destacaram como relevantes em suas narrativas. São dados referentes à origem social e ao ambiente familiar, motivações para o ingresso na vida castrense, valores e concepções ideológicas, formação e trajetória no Exército bem como suas expectativas em relação ao depoimento que se dispuseram a registrar.

O primeiro é o general **Ernesto Geisel**. Nascido em 1907, no Rio Grande do Sul, filho de descendentes de imigrantes alemães, relata que recebeu uma educação rígida. Segundo ele, sua família era relativamente pobre e a vida era muito simples. Seus pais mantinham os filhos sob severa inspeção, cultivando valores morais e o apreço ao trabalho. Como influência para seu ingresso na carreira militar aponta as oportunidades profissionais que a mesma oferecia e a experiência contagiante de seus irmãos já militares (caso do general Orlando Geisel). Além disso, destaca o ambiente vivido no Rio Grande do Sul, segundo ele “*um estado belicoso*” (D’Araújo; Castro, 1997: 24), cujo envolvimento em guerras e revoltas já era tradição, o que teria contribuído para o prestígio dos militares aos olhos do pai e da sociedade em geral.

Ingressou no Colégio Militar de Porto Alegre, em 1921 e na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1925, onde optou pela Artilharia. Concluiu o curso em 1928, como aspirante a oficial, tendo participado de inúmeros eventos da vida política nacional, a exemplo da Revolução de 1930. Antes de chegar à Presidência da República, foi adido militar no Uruguai, membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra, na qual ingressou em 1952. Destaca sua participação como Chefe do Gabinete Militar do governo Castelo Branco e como presidente da Petrobrás, durante o governo Médici. Foi Presidente da República entre 1974 e 1978. Morreu em 1996.

O livro **Ernesto Geisel** é parte de um amplo projeto sobre memória militar recente do país, levado a efeito pelos pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Organizado a partir de depoimentos coletados entre 1993 e 1995 e editado em 1997 pela Fundação Getúlio Vargas, quando o país transitava para um momento de relativa estabilidade econômica e certa maturidade democrática.

Texto de leitura fluida, convidativa, em alguns momentos aproxima-se muito da oralidade, o que nos faz sentir como se estivéssemos conversando com o entrevistado.

Tem a forma de história de vida e representa, segundo seus organizadores, “*o que Geisel quis deixar como testemunho para a posteridade*” (D’Araújo; Castro, 1997: 10), alerta relevante para o caráter seletivo desse tipo de narrativa.

O segundo personagem é o general **Sylvio Frota**, nascido em 1910, no Rio de Janeiro, numa família de classe média-baixa e extremamente católica. Apesar dos poucos recursos, a dedicação aos estudos lhe garantiu o ingresso no Colégio Pedro II e, em 1928, na Escola Militar do Realengo (RJ), de onde saiu, em 1932, como aspirante a oficial da Arma de Cavalaria. Sua opção pela carreira militar seria fruto de vocação. Kursou a Escola de Estado-Maior do Exército, tendo sido diplomado oficial. Depois de ocupar outros postos de comando, em 1967 foi designado Chefe de Gabinete do Ministro do Exército do presidente Costa e Silva, General Aurélio de Lyra Tavares. Em 1972, foi nomeado comandante do I Exército; em março de 1974, chefe do Estado-Maior do Exército e, finalmente, Ministro do Exército, entre maio de 1974 e outubro de 1977, durante a gestão Geisel. Morreu em 1996.

O livro de memórias **Ideais Traídos** foi escrito entre 1978 e 1980 e publicado pela Zahar (2006) somente dez anos após a morte do autor por decisão do filho Luiz Pragana da Frota. Prefaciando a obra, o filho afirma que o testemunho do pai, registrado no calor dos acontecimentos que narra, pretendeu “*legar aos historiadores do futuro sua contribuição à restauração da verdade*” (Frota, 2006: 24). A não publicação em vida é explicada pelo

compromisso do general com o Exército, cuja imagem poderia ser maculada com a revelação de certos fatos envolvendo oficiais de alto escalão.

Inicia contando parte de sua trajetória pessoal e profissional, pretendendo demonstrar a origem dos valores e dos princípios morais que nortearam sua vida, que, afirma o autor, coincidem com os da instituição militar à qual pertenceu; tratar-se-ia de um militar por vocação. Procurando dar maior credibilidade à sua narrativa e na tentativa de trazer ao leitor, no contexto da história nacional, aquilo que considera a essência do pensamento militar, Sylvio Frota cita autores cujas ideias reforçam sua perspectiva de análise, e esclarece os conceitos adotados visando à melhor compreensão de seus posicionamentos. Cabe ressaltar que, ao remontar episódios mais relevantes, preocupa-se com datas, nomes, eventualmente, recupera diálogos que possam reforçar seus argumentos.

Além disso, ao final de vários capítulos foram anexadas cópias de documentos, alguns deles oficiais e apresentados como confidenciais, demonstrando profunda preocupação em afirmar que a narrativa não é estritamente uma versão pessoal, mas tem a pretensão de construir uma ‘história oficial’.

Considerando o objetivo do livro e seu compromisso com a veracidade dos acontecimentos narrados, move-se pelo desejo de *“impedir sejam deturpados na História e que o juízo da posteridade venha a assentar-se em versões forjadas”* (Frota, 2006: 235). Apresentando algumas reflexões sobre ética e verdade, o autor afirma que não se pode sacrificar a segunda em favor da primeira, uma vez que mentir não é, de modo algum, um comportamento ideal, estando, sim, a serviço de interesses políticos e pessoais escusos.

Aponta a verdade como uma questão central na trajetória humana - elemento fundamental para a justiça -, e enfatiza o papel do historiador no trabalho árduo de recuperação dos fatos que marcam a vida social. Detalhista, descreve o cotidiano da vida castrense, os trâmites institucionais, as condições de trabalho e os problemas enfrentados pelos militares do Exército, na intenção de levar o leitor a esse universo, segundo ele, marcado por muita dedicação e desprendimento.

O terceiro personagem é o general **Hugo Abreu**, nascido em Juiz de Fora (MG), em 1916. Em seu relato, não faz menção à família e nem a acontecimentos mais remotos de sua trajetória pessoal. Quanto à carreira, destaca sua passagem pela Escola Militar de Realengo na década de 1940 e sua passagem pela FEB, tendo participado da 2ª Guerra Mundial comandando uma Companhia de Fuzileiros do 11º Regimento de Infantaria Expedicionário. No pós-guerra, ascendeu profissionalmente, tendo ocupado diversos postos de comando.

Nesse período, assume ter adotado uma posição política de oposição aos governos populistas e participado ativamente dos vários movimentos militares nas décadas de 1950 e 1960. Foi Chefe de Estado-Maior do Comando da Vila Militar (1964) e Comandante do Batalhão de Guardas entre 1964 e 1967. Em 1967, ainda no governo Castelo Branco, foi designado Adjunto do Adido do Exército nos EUA. Promovido a General-de-Brigada, em 1969, assumiu, em 1970, o Comando da Brigada Aeroterrestre (Brigada Pára-Quedista), posição da qual diz ter o maior orgulho.

Mesmo enfatizando algumas de suas qualidades e valores – lealdade, idealismo, caráter e inteligência, capacidade de decisão, coragem física e moral, segundo ele, atributos essenciais a um líder -, acredita não ter perfil para “*palaciano*”, indicando que sua “*alma de soldado*” (Abreu, 1979: 29) não se enquadra na vida pública.

Apesar disso, durante o governo Geisel, entre 1974 e 1977, foi Ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, acumulando a função de Secretário-Geral do Conselho de Segurança, funções estritamente políticas, na sua percepção.

Considera sua obra, **O Outro Lado do Poder** (RJ: Nova Fronteira, 1979), “*uma contribuição à história de nosso país*” (Abreu, 1979: 7), e escrita em um momento decisivo do processo de abertura. Nela, o autor trata, quase que exclusivamente, do período em que esteve à frente da Casa Militar. Segundo ele, seu objetivo era “*alertar a Nação para os perigos a que está sujeita*” e convocá-la a “*retomar o domínio de si mesma*” (Abreu, 1979: 8). O próprio título dá o tom do depoimento e instiga o leitor: o general se dispõe a levar a público os bastidores da política nacional, aquilo que ocorre “*nas altas esferas do poder*” (Abreu, 1979: 7).

Trata-se de um livro bem escrito; a linearidade da narrativa facilita ao leitor compreender o desdobramento dos fatos. As inúmeras citações de nomes, datas e mesmo de trechos de diálogos em que o autor esteve envolvido procuram traduzir, segundo ele, “*a verdade ou, pelo menos, o que penso ser a verdade sobre fatos*” (Abreu, 1979: 7).

O quarto personagem é o coronel **Jarbas Passarinho**. Nascido em 1920, em Xapuri (AC), oriundo de uma família de classe média-baixa, filho de pais descritos como trabalhadores e determinados, faz questão de enfatizar sua convicção religiosa cristã. Mudando-se para Belém, em 1924, conseguiu estudar em escolas públicas até ingressar na Escola Preparatória de Cadetes do RS, em 1938. Seguiu seus estudos para a carreira militar na Escola Militar de Realengo (RJ), na Academia Militar das Agulhas Negras e na Escola de Estado-Maior do Exército. Demonstrando pendor para a vida pública, depois de 1964 ocupou

vários cargos, entre eles, Superintendente Adjunto da Petrobrás na Região Amazônica, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, governador e senador pelo estado do Pará (chegando a presidir o Congresso Nacional). Além disso, foi ministro do Trabalho e Previdência Social no governo Costa e Silva, da Educação e Cultura no governo Médici, e presidente da Comissão de Minas e Energia na gestão Geisel; Ministro da Previdência e Assistência Social no governo Figueiredo e da Justiça, no governo Collor.

A obra **Um Híbrido Fértil**, de sua autoria, é concebida como o cumprimento de um dever particularmente importante por parte “*de quem teve por destino influir nos rumos históricos de sua terra*” (Passarinho, 1997, 15). Interessante destacar que, em outra passagem, recupera um provérbio pertinente para a análise aqui proposta: “*todo fato tem três versões: a minha, a sua e a verdadeira*” (Passarinho, 1997, 15), denotando compreender o caráter seletivo de seu relato, mas afirmando seu compromisso com a verdade, um valor que apregoa enquanto pessoa e militar.

Apesar da leitura fácil, o autor mostrou-se rigoroso com fontes, datas, dados e nomes. Cita periódicos e inúmeros autores e intelectuais, indicando erudição. Descreve detalhes de eventos e diálogos, sendo enfático, porém não agressivo, ao comentar seus posicionamentos.

O personagem seguinte é o coronel **Carlos Alberto Brillante Ustra**, nascido em 1932, no Rio Grande do Sul. De origem classe média-baixa, destaca o papel dos pais em sua formação moral. Afirma que sua motivação militar decorreu das histórias contadas pelo pai sobre a participação do mesmo nos levantes tenentistas da década de 1920 bem como o exemplo de um tio, morto em combate. Ingressou na Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre, em 1949. Transferiu-se para o RJ, como cadete da Academia Militar das Agulhas Negras, em 1951 e em 1954 foi declarado aspirante a oficial. Entre 1958 e 1964 fez inúmeros cursos, chegando a instrutor na Escola de Defesa Antiaérea, no RJ. Em 1969 concluiu a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Entre 1970 e 1974 chefiou o DOI/CODI do II Exército (SP), período mais conturbado de sua carreira, cujos desdobramentos ainda perduram. Cabe destacar que, durante o governo Geisel, trabalhou no Centro de Informações do Exército (CIE), chegando a chefiar a Seção de Operações. Em 1980 foi designado para o Estado-Maior do Exército, em Brasília e, em 1983, para adido militar no Uruguai. Hoje é coronel reformado.

Seu livro **A Verdade Sufocada** encontra-se em sua 7ª edição (Editora Ser, 2011), segundo o autor uma verdadeira vitória frente ao “*boicote da mídia, das editoras e livrarias*” (Ustra, 2011). Trata-se de um dado interessante se considerarmos a análise de Chartier (2006)

que ressalta a relação entre a ‘materialidade do texto e a historicidade do leitor’, ou seja, a decisão do setor editorial de publicar determinado conteúdo considerando as expectativas do público leitor, definidas no tempo e no espaço. O próprio autor reforça essa perspectiva ao salientar a pequena produção editorial dedicada à ‘luta’ dos militares.

Assim como o outro livro que escreveu¹⁵, explica que também esse foi motivado por sua indignação frente ao trabalho revanchista das esquerdas que, derrotadas militarmente e – segundo afirma, hoje infiltradas em diferentes setores da sociedade, inclusive no governo-, “*reescrevem a história e a transmitem distorcida às novas gerações*” (Ustra, 2011). Em outra passagem assinala, em tom de superioridade, que não pretende contrapor-se a esse revanchismo, procurando convencer o leitor de que não se igualaria aos indivíduos que repudia.

Tal abordagem domina completamente a narrativa. Tratar-se-ia de uma reação contundente e comprometida com o esclarecimento da verdade à juventude – uma verdade “*que não interessa aos derrotados seja do conhecimento da sociedade brasileira*” (Ustra, 2011: 117). Trata-se de uma iniciativa estimulada pelos debates incitados pela proposta de instalação da Comissão da Verdade; apesar disso, afirma que “*não tem a finalidade de reacender conflitos, nem de alimentar ressentimentos*” (Ustra, 2011: 565).

Partindo de breves descrições de fatos e de lideranças que marcaram a trajetória política nacional desde a década de 1930, o autor se dedica a apresentar as ações de organizações de esquerda em tentativas violentas de tomada do poder. Procura fortalecer o relato citando trechos de matérias jornalísticas, incluindo fotos e indicando ao leitor livros e sites que podem supostamente comprovar os dados apresentados.

A última obra selecionada é **ORVIL** (1987), um nome-código – LIVRO, ao contrário – para um projeto confidencial desenvolvido desde 1986 pelo **Centro de Informações do Exército (CIE)**, órgão de inteligência criado no início do governo do presidente Costa e Silva, e que fez parte do aparato repressivo do regime militar.

O objetivo inicial do projeto era recuperar os fatos que marcaram a história nacional após 1964, tendo o escopo sido ampliado para a década de 1920. Concluído em 1987, pretende apresentar ao leitor, ao longo de dois volumes e quase mil páginas, um olhar institucional acerca das quatro **Tentativas de Tomada do Poder** (subtítulo da obra) pelos comunistas desde 1922. Essas ameaças são o pretexto ideológico da obra.

¹⁵ USTRA, C. A. B. Rompendo o silêncio. 3ª ed. Brasília: Editerra, 1997.

Mais uma vez, o elemento motivador identificado é a vasta produção editorial da esquerda. Nesse sentido, o propósito da obra é “*dar ao leitor a possibilidade de ver o outro lado dos fatos, de comparar suas interpretações, de refletir sobre eles com espírito crítico e encontrar sua própria verdade*” (CIE, 1987: 837), além de ser uma homenagem aos companheiros “*esquecidos e vilipendiados*” que tomaram nessa “*luta contra a subversão*”. As fontes são documentos secretos do Exército, fato que pode até suscitar a desconfiança de alguns, mas que, com certeza, desperta a curiosidade de todos. Vale ressaltar que a proposta de trabalho ora apresentada restringe o material analisado ao conteúdo exposto nas obras selecionadas, o que não nos habilita a garantir a confiabilidade e/ou a veracidade dos documentos citados, bem como a representatividade dos mesmos em relação aos temas tratados. Além disso, deve-se ter em mente que os documentos indicados pelos autores respondem ao caráter seletivo da memória que os narradores pretendem perpetuar.

Logo após a conclusão, em 1987, foi classificado como ‘reservado’ – status que lhe rendeu a pecha de ‘O Livro Secreto do Exército’ -, não sendo autorizada a publicação pelo então ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, supostamente comprometido com as pretensões pacificadoras da lei da Anistia. A decisão do ministro revela a tensão dos anos iniciais da redemocratização, em que o poder acabava de passar para as mãos dos civis. Consideramos que a relato, pelo seu caráter institucional, é uma ‘versão oficial’ dos militares e pode servir de contraponto às demais obras selecionadas¹⁶.

3.1 A construção da memória militar: considerações sobre o movimento de 1964

As narrativas estudadas remontam aos acontecimentos que marcaram a história brasileira nos anos 20, período de turbulência na história nacional e que teria profunda influência em suas trajetórias. As abordagens são congruentes, tendência que se mantém até o golpe de 1964, quando têm início as divergências. Como apontado anteriormente, a exceção é o depoimento do general Hugo Abreu, que procurou concentrar-se no período militar, particularmente no governo Geisel. O consenso revela a sedimentação da memória acerca do período pré-1964, situação que se altera quando os militares assumem o protagonismo da vida

¹⁶ Cabe ressaltar que, durante a pesquisa, o livro encontrava-se disponível somente em formato digital. Segundo a editoria do site http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=737&Itemid=78, que o disponibilizou para *download*, sua divulgação (após o prazo de sigilo imposto pela lei) foi uma iniciativa de militares inconformados com os ataques revanchistas da esquerda e causou grande celeuma. Desse modo, devemos alertar que, apesar de ter sido recentemente publicado pela Editora Schoba (2012), as citações presentes neste trabalho remetem ao formato digital, ainda disponível. Último acesso: 21.05.2013.

política nacional. A partir de então, será possível observar a cisão do grupo, do que decorrem as distintas versões que apresentam frente a questões cruciais para o futuro do regime militar, conforme se pode perceber na análise que segue.

A idealização do Exército: *ethos* militar

No contexto político da república oligárquica, dominada pela elite cafeeira, pela corrupção e pelas grandes desigualdades, os depoimentos iniciam com considerações a respeito do movimento tenentista, discorrendo, todos, de maneira entusiástica, acerca da influência deste sobre a geração de militares à qual pertenceram.

Geisel afirma que os levantes da década de 1920 forjaram a mentalidade revolucionária daqueles jovens, pois serviram como exemplos de idealismo; experiência decisiva para o desenvolvimento de um espírito combativo, conforme declara, literalmente: “*Já saíamos da Escola Militar revolucionários*” (D’Araújo; Castro, 1997: 42).

Segundo Frota, para além do ensino técnico e disciplinar, a formação recebida na Escola Militar do Realengo-RJ legava aos tenentes uma instrução moral rígida, que acabou moldando as virtudes dessa juventude em busca de uma causa a defender (e não do poder). Nesse sentido, afirma que o tenentismo mostrou “*que os homens superiores lutam e morrem por seus ideais, na defesa dos valores morais que adotam*” (Frota, 2006: 40), mensagem internalizada pela juventude militar, cuja ideia-força passaria a ser servir à Pátria. Desse modo, apesar do fracasso, a experiência “*deixou na História um marcante e convidativo rastro*” (Frota, 2006: 38). Tais afirmações sugerem uma correlação estreita entre o tenentismo e o movimento de março de 1964, que pretendemos aprofundar em futuras pesquisas.

Nesse sentido, nos parecem relevantes a conjugação e a valorização de dois fatores principais: formação militar e origem social (a classe média) desses indivíduos. Essa condição os teria transformado em elite intelectual e ‘moral’, capaz de assumir uma postura crítica frente à realidade nacional e a responsabilidade na condução dos destinos do país¹⁷.

¹⁷ Sobre o tema, ver John Schulz (1994). Segundo o autor, que em sua análise remonta ao período imperial, apesar de não ser completamente correta a perspectiva de que o Exército (em particular, a baixa oficialidade) representasse a classe média, é fato que alguns de seus anseios coincidiam com os desse grupo social, em oposição à elite governante composta por latifundiários: ambos alimentavam um desejo de modernização política e econômica que aproximaria o Brasil das modernas nações europeias. Quanto à formação, afirma Schulz (1994, 31) que desde meados do século XIX, ‘a academia militar [era] uma ilha de instrução em uma sociedade constituída por uma maioria analfabeta’. Além disso, as exigências de instrução e o princípio da meritocracia para a ascensão na carreira tornou-a menos atraente para os filhos da aristocracia agrária; em contrapartida, passou a ser vista como alternativa para indivíduos oriundos de classes menos abastadas, que se transformariam em oposição à elite política, desde o período imperial avançando pelos anos 1920.

Esses aspectos aparecem nos relatos como o motor dos levantes da década de 1920. Nos depoimentos, os militares revelam a percepção de que a experiência do movimento tenentista seria a raiz dos supostos ideais revolucionários, liberais e democratas dessa geração; “*herois e salvadores da Pátria*” (Ustra, 2011: 32) a quem caberia garantir condições sociais dignas para a “*camada inferior do nosso povo – infelizmente ainda em estado de primitivismo cultural*” (Frota, 2006: 42). A imagem paternalista e elitista das classes populares - que se repete nos relatos de Geisel e Ustra, este último, beirando o depreciativo – nos remete à visão de mundo dos militares, revelando uma concepção de povo enquanto grupo destituído da condição de sujeito, uma massa amorfa e incapaz.

Essa percepção se mostrará determinante, alimentando a crença na necessidade de liderança e justificando a atuação dos militares na política, visto que, segundo o pensamento militar

as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem à sua formação e desenvolvimento, e que só num grau já elevado de civilização elas conseguem emancipar-se da tutela da força, que assim se recolhe e se limita à sua verdadeira função. (Revista A Defesa Nacional, 1913, In: FROTA, 2006, 37)

Cabe ressaltar que o general Frota, aparentemente mais preocupado em esclarecer seu entendimento dos conceitos que adota em sua narrativa, reforça sua argumentação explorando os fundamentos que perpassam a formação militar. Constrói, assim, uma imagem idealizada do Exército, pautada em um código moral identitário: “*escola de civismo*” (Frota, 2006, 168), “*sólido pilar dessa Pátria*” (Frota, 2006, 35). Palavras como honra, ética, moral, dever, coragem e altruísmo são recorrentes na caracterização do *ethos* militar, e nos remetem à imagem de supostos ‘pais fundadores’ da nação, que remontariam à proclamação da República. Seguindo a mesma linha discursiva, Ustra (2011, 85) cita uma afirmação atribuída ao tenente Siqueira Campos, líder tenentista, e que parece resumir esse espírito militar: “*à Pátria tudo se deve dar e nada pedir, nem mesmo compreensão*”.

Observa-se, ao longo das obras – ainda que em diferentes graus de intensidade narrativa -, uma convicção inabalável nessa mística: um Exército que, cioso de seus deveres para com a Pátria, abandona os quartéis e passa para a ação somente quando a vê sob perigo iminente.

A participação dos militares na política nacional

Reforçando a tese de que a intervenção militar na vida política do país, particularmente a partir de 1964, teria sido uma imposição das circunstâncias, vários autores insistem em afirmar que condenam a participação dos militares na política.

Frota, por exemplo, salienta que a formação militar é incompatível com a atividade política, pois segundo ele, a firmeza de princípios da educação militar produz uma incapacidade de transigir para acomodar interesses divergentes, prática corriqueira no jogo político. Jarbas Passarinho (1997: 235) argumenta que são *“inconciliáveis a política partidária e o exercício da profissão das armas, já que esta requeria equidistância das disputas políticas”*. Disso decorre, afirma Hugo Abreu, que *“o Exército olha com desconfiança para um oficial seu que entra ostensivamente na política”* (Abreu, 1979: 175).

Para além dessa suposta incompatibilidade, o CIE (1987: 161) identifica um risco de ordem institucional, uma vez que *“a propalada unidade militar só é verdadeira enquanto organizacional; desfaz-se no momento em que os militares se imiscuem na política”*. Sem dúvida, trata-se de uma afirmação bastante apropriada, considerando-se as divergências que abalaram o meio militar no pós-1964.

Interessante assinalar que a descrição da atividade política vem carregada de um tom pejorativo, que, em última análise, desqualifica o debate e o convívio político democrático. Referindo-se à atividade política e, em especial, aos políticos, no texto de Frota (2006) destacam-se palavras e expressões como politicagem, lesiva, vantagem, pernicioso e apaniguados.

Ponderando sobre a atividade política (e sobre a atuação de militares nesse universo), Jarbas Passarinho (1997: 624) atenua o julgamento negativo, afirmando tratar-se de um *“equivoco de militares que julgam todos os políticos impatriotas, hedonistas ou corruptos (...) um erro nocivo à nossa convivência em sociedade”*. Diante de tais críticas, e reconhecendo seu pendor para a vida pública, procura defender-se: *“político, nunca me despi da condição de militar educado na escola da lei e da ordem”* (Passarinho, 1997: 624); tais colocações elucidam o título de sua obra: tratar-se-ia de um ‘híbrido fértil’.

Apesar dessa suposta inaptidão para a vida política, consideram inaceitável uma postura alienada, passiva ou subserviente dos militares. Percebe-se, portanto, uma predisposição nos meios militares para interferir nos destinos do país, motivados, segundo eles, pela indignação e pelo inconformismo frente às mazelas sociais e políticas e ao atraso

econômico. Daí que, para além de sua participação individual, via sufrágio, “*sua intervenção armada, na vida política do país, tem sido em defesa das grandes causas que encerram as aspirações do Povo*” (Frota, 2006: 622). Mais uma vez, nos remetem à autoimagem de liderança da elite militar, a quem caberia conduzir o país a bom termo.

Tais considerações justificam a alegada legitimidade da ação empreendida em 1964: tratar-se-ia do cumprimento da missão militar, explicitada na própria Constituição Federal.

As razões para o golpe de 1964

Apesar de nossa proposta de análise estar centrada no período da distensão, ao qual personagens como Ernesto Geisel, Sylvio Frota e Hugo Abreu dispensam particular atenção, os autores não prescindem de descrever a situação vivida pelo país às vésperas do movimento de 31 de março de 1964, bem como os fatos marcantes dos primeiros governos militares.

A realidade brasileira no início da década de 1960 é apresentada como fruto de sucessivos governos populistas que, além de incapazes de encaminhar o país rumo ao progresso econômico e social, permitiram a disseminação da corrupção, do caos moral e da desordem, sob influência dos comunistas. Essa interpretação é unânime entre os memorialistas analisados, que se mostram bastante convictos quanto às razões para a intervenção.

O auge desse processo seria a ascensão do presidente João Goulart, acusado de se cercar de elementos subversivos e de compactuar com suas teses. Segundo o CIE (1987: 67), já em 1963 “*a pressão pelas reformas deixa de ser iniciativa das bases e atinge a cúpula governamental. O Presidente da República, o governador de Pernambuco e o ministro do Trabalho fazem sucessivos pronunciamentos em seu favor*”; quanto ao Ministro da Justiça, representando o Presidente, teria dito que “*os cabos e soldados são os trabalhadores fardados*”. (CIE, 1987, 77). Sobre o tema, as obras fazem referências nominais a Leonel Brizola, Miguel Arraes e Estilac Leal, ministro da Guerra de Jango, além de destacarem a proximidade do presidente com o movimento sindical, para os militares, antessala do comunismo. Nas palavras de Geisel, Jango era “*um homem fraco, dominado pelas esquerdas*” (D’Araújo; Castro, 1997: 141), e que se mostraria ideologicamente incompatibilizado com as Forças Armadas, instituição que já lutava contra a ‘*infiltração comunista*’ em suas fileiras desde a Intentona Comunista de 1935.

A citada infiltração – tratada com o uso de termos depreciativos como infestação, horda, ‘comunistazinho’ e demagogia – é mencionada por todos os autores analisados, sendo bastante valorizada na narrativa do CIE (1987), que recupera – inclusive com menções à história da ex-URSS e de sua influência sobre o Brasil - a trajetória do comunismo no país desde a fundação do Partido Comunista, em 1922. Com esse propósito, o órgão procura esclarecer aspectos teóricos do pensamento marxista, ancorado em suas concepções, e as supostas estratégias de expansão ideológica e de tomada de poder. Sobre a adesão de militares, a exemplo de Luis Carlos Prestes, afirma ser decorrência do “*idealismo revolucionário, e até certo ponto ingênuo, do movimento tenentista*” (CIE, 1987: 12).

Voltando ao Brasil da década de 1960, o general Frota reconhece que a posse de João Goulart foi legal e legítima e afirma que os militares têm profundo respeito à legalidade. Não obstante, em certas circunstâncias, o general defende que a legitimidade - “*estado daquilo que sendo em essência, por imperativos consuetudinários da razão e da moral, uma lei natural, torna-se válido para os efeitos da lei convencional*” (Frota, 2006: 71) - seja superposta à legalidade, assim encaminhando o debate e justificando, ideologicamente, a decisão dos militares pela derrubada de Jango. Geisel é direto: “*O governo do Jango, para mim, pelo que fazia, era ilegal*” (D’Araújo; Castro, 1997: 163).

Nessa mesma perspectiva, o CIE (1987: 99) afirma que, apesar das oposições existentes dentro das Forças Armadas - que, conforme Geisel (1997) chegou a cogitar impedir a posse do vice-presidente - “*a imensa maioria de seus quadros era legalista*”; desse modo, João Goulart, “*sucessor constitucionalmente eleito*”, poderia ter concluído seu mandato caso não tivesse adotado “*medidas que ferissem a Constituição*”¹⁸.

Geisel, apesar de não se dedicar a grandes elucubrações para a idealização do Exército e mesmo criticando o uso da força intrínseca à instituição para a imposição de seu pensamento político, defende, com veemência, que

em ocasiões de crise, quando o país está ameaçado por graves dissensões internas, fomentadas por dirigentes políticos que se desviam de seu encargo de conduzir o país à realização das aspirações nacionais (...), a nação fica em perigo, e os militares, em conjunto, poderão ter que atuar com suas forças para afastar drasticamente o perigo manifesto. (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997: 111).

Em sintonia temos as declarações dos demais militares: Hugo Abreu (1979: 184), citando uma circular do Estado Maior do Exército, de 20 de março de 1964, destaca que “*não sendo milícias, as Forças Armadas (...) destinam-se a garantir os poderes constituídos e sua*

¹⁸ Segundo dados do CIE (1987: 107), em 1963, cerca de 80% dos militares eram legalistas, 10% eram pró-Jango e os outros 10% eram ativistas da revolução.

coexistência”. Ustra (2011: 85) mostra-se convicto de que tinham “*de defender a Nação e o estado e não o governo, que vinha, sistematicamente, ferindo a Constituição*”. Passarinho (1997: 533) resume: “*o papel das Forças Armadas, (...) desde a Constituição de 1891 tem sido a mesma: a defesa da Pátria e da manutenção da lei e da ordem*”.

Trata-se do discurso salvacionista, que remonta às origens do Exército e às influências positivistas do século XIX, bem como à década de 1920, emergindo com muita força nesse momento.

Confirmando-se as expectativas negativas iniciais, as agitações e radicalismos que marcaram a administração de João Goulart, segundo os depoentes, sob forte influência de elementos de esquerda que se infiltravam no governo, e beirando a ilegalidade, acabaram sendo decisivos. Comentando a situação, Passarinho – que se declara um católico convicto e, portanto, irremediavelmente incompatibilizado com o ateísmo marxista - é enfático ao afirmar que “*para o Exército (...) o perigo mais sério seria o dos comunistas*” (Passarinho, 1997: 297).

Essa certeza teria sido alimentada por declarações alarmantes feitas por Luis Carlos Prestes, em Pernambuco, no início do governo Jango: “*Nós comunistas estamos no Governo, mas ainda não no poder*” (Passarinho, 1997: 147)¹⁹; ou por Marighela: “*O partido precisa se preparar, pois está em vias de assumir o poder*” (Ustra, 2011: 67).

Descrevendo, com riqueza de detalhes, a deterioração política da ordem nos dias que antecederam ao golpe, o CIE destaca o Comício da Central do Brasil, no qual, em defesa das Reformas de Base, “*o presidente atacou a Constituição, tachando-a de arcaica e obsoleta*” (CIE, 1987: 109). O texto revela a certeza, existente entre muitos militares, da iminência da revolução comunista.

O próprio presidente da República pedia a pressão das massas. Contra quem? O Congresso, obviamente. O PCB, eufórico, conclamava o povo à luta por ‘decisivas vitórias’ e o CGT entrava em estado de alerta. As greves (...), os discursos de Arraes e Brizola, cada vez mais audaciosos, mantinham a população excitada e angustiada. As invasões de terras prosseguiram. Tudo parecia conduzir (...) para uma revolução de esquerda. (CIE, 1987: 72,73)

Para Ustra, essa realidade seria uma prova de que

os comunistas não lutaram contra a ‘ditadura militar’, após 1964, como apregoam as esquerdas até hoje. Lutaram, sim, desde muito antes, para a implantação no Brasil de uma ditadura do proletariado... A fase maior de toda essa preparação ocorreu no governo João Goulart, portanto em plena democracia e Estado de Direito’ (USTRA, 2011: 77)

¹⁹ A declaração de Luis Carlos Prestes também é citada por Frota (2006: 631) ‘Já temos o governo, só nos falta o poder’.

Caos, indisciplina, contaminação. Assim é descrito o contexto brasileiro pré-64. Diante desse panorama, tornava-se inevitável, na percepção dos autores, a adesão de inúmeros militares, legalistas e vilipendiados, à conspiração que vinha sendo articulada pela ala mais radical das Forças Armadas, fortalecendo a coesão em torno da proposta de intervenção.

Para isso, a adesão do general Castelo Branco, então chefe do Estado-Maior do Exército, é apontada como decisiva. Descrito por Geisel como um legalista convicto, cioso dos valores militares e da responsabilidade que cabia ao Exército, acabou convergindo para o movimento e assumindo sua liderança, juntamente com o general Costa e Silva.

Para o CIE, para além dessas questões, pesou em favor da intervenção militar a insegurança causada pelos “*atos de rebeldia de outros militares, que, não coibidos com rigor, iam rachando os pilares da disciplina e da hierarquia*” (CIE, 1987: 86). Percebe-se, portanto, que as decisões de Goulart, por ocasião dos motins das baixas patentes, eram entendidas como uma ameaça à unidade das Forças Armadas. Para o Centro, a intervenção reveste-se, portanto, de um instinto de autopreservação, preocupação que fica somente subentendida nas demais narrativas.

À exceção de Hugo Abreu (cujo relato, já referimos, concentra-se no governo Geisel), os demais narradores convergem quanto ao papel central desempenhado por personagens como Luis Carlos Prestes, João Goulart e Castelo Branco, contribuindo, cada qual à sua maneira, para a decisão dos militares em favor da intervenção.

Como se pode observar, os argumentos são construídos de modo a convencer o leitor de que havia uma indisposição dos militares para a intervenção, legítima porém ilegal, como se esperassem o surgimento de uma solução alternativa e menos radical. Por outro lado, o repetido uso da palavra ‘*conspiração*’ particularmente por Geisel, Frota e pelo CIE revela o deliberado planejamento de uma ação cujos articuladores só esperavam o melhor momento para desfechá-la.

A tomada de poder e o posicionamento da sociedade

Convencidos da gravidade da situação vivida pelo país no início de 1964, os militares transformaram-se em “*delegados de um poder de emergência*” (Abreu, 1979: 17), em resposta a diferentes setores da sociedade que “*apelavam para o bom senso dos militares e exigiam a sua intervenção, para que o Brasil não se tornasse mais uma nação comunista*” (Ustra, 2011: 85). Compartilhando desses pontos de vista e procurando rebater as clássicas

críticas e o suposto revanchismo frente à decisão dos idos de 1964, Passarinho argumenta que *“os fatos históricos têm de ser interpretados na moldura do seu tempo”* (Passarinho, 1997: 194).

Segundo Geisel, havia a preocupação de fazer um movimento organizado, algo que transmitisse segurança à Nação. Para tanto, considerava imprescindível que o movimento ficasse a cargo das Forças Armadas, sem qualquer envolvimento de civis, possibilidade nem remotamente considerada pelos demais depoentes. A expectativa era de que não haveria resistência capaz de sustentar Jango; acreditava que sua base de apoio era restrita. Apesar da conspiração visível, Jango não recua, certo de contar com o apoio de um dispositivo militar que lhe daria sustentação. Para o general, um grave erro de avaliação.

Deflagrado o movimento militar, o que se viu foi o profundo isolamento do então presidente, conforme observou Geisel (D’Araújo; Castro, 1997: 164): *“(...) praticamente ninguém defendeu o Jango dentro das Forças Armadas, nem os próprios janguistas. Todos acabaram se entregando sem esboçar qualquer reação”* assim como o CIE (1987: 111): *“Ninguém moveu ou esboçou resistência em defesa de Goulart, ou de suas reformas”*. Nem mesmo as forças populares teriam se mobilizado em sua defesa, revelando, na visão do general Geisel e do coronel Ustra, mais um equívoco dos aliados janguistas e, em contrapartida, o acerto da decisão militar.

O isolamento de Jango reforçaria a tese da legitimidade da ação. Ao mobilizarem tropas para derrubar o poder, os militares teriam agido em nome de um *“dever maior para com a pátria, consideração que absolve os revolucionários”* (D’Araújo; Castro, 1997: 73). Vale ressaltar que esse discurso não encontra respaldo na análise dos especialistas, a exemplo de Fernandes (1979) e Dreifuss (1981); para eles, o golpe foi uma ação em defesa dos interesses da burguesia nacional e da manutenção do modelo econômico e social adotado no país.

O apoio dos EUA ao movimento aparece somente em duas narrativas, cujas abordagens são conflitantes. O coronel Ustra (2011:118) afirma: *“hoje, está provado que a versão da participação dos norte-americanos na contra-revolução de 1964 se fundamentou em documentos forjados pela espionagem tcheca que, em 1964, atuava pela KGB no Brasil”*. Contrariando essa percepção e aproximando-se de estudiosos do tema, tais como Couto (2003) e Napolitano (1998), Geisel (D’Araújo; Castro, 1997: 155) diz que *“o embaixador americano no Rio, Lincoln Gordon, era (...) francamente favorável à revolução”*; desse modo, apesar de negar ter conhecimento mais concreto do assunto, considera *“plausível*

admitir que, se a revolução tivesse dificuldades, os Estados Unidos nos apoiariam”, em função do alinhamento do Brasil no contexto da Guerra Fria.

Interessante salientar a falta de consenso quanto à denominação do movimento – ora tratado como revolução, ora contrarrevolução ou mesmo golpe -, o que pode revelar a origem mais remota de fissuras que, posteriormente, marcariam o período ditatorial: a falta de clareza dos militares quanto aos propósitos a serem alcançados ou quanto ao caminho a ser seguido para alcançá-los.

Para Frota (2006: 75), *“foi uma reação quase unânime do povo e das Forças Armadas para a restauração da ordem democrática”*. Argumenta que não estando alicerçada em uma doutrina e tendo como proposta restaurar ou preservar – e não alterar as bases da organização social – *“jamais foi uma revolução”* (Frota, 2006: 72), mas uma contrarrevolução, considerando a crença na iminente revolução socialista. Em outra passagem, o autor afirma que o *“golpe de Estado (...) vitorioso, enroupou-se de Revolução”* (Frota, 2006: 633). Desse modo, a revolução – um eufemismo que oculta a quebra da ordem institucional - seria fruto do golpe, algo conceitualmente incompatível.

Por fim, assumindo que foi um ato autoritário e pragmático, chega a afirmar que *“foi apenas um golpe”* (Frota, 2006: 213), tendo os militares sido movidos por necessidades imediatas, pela consciência dos graves problemas enfrentados pelo país e, sobretudo, em resposta aos apelos da sociedade em favor da intervenção do Exército na defesa da ordem democrática. Desse modo, *“restaurar a economia do país, sanear moralmente a nação e combater a subversão constituem a trindade da redemocratização revolucionária”* (Frota, 2006: 626).

Jarbas Passarinho (1997: 197), sempre fazendo referência à sua filiação religiosa, define como *“movimento cívico-eclesiástico-militar”*. Em outra passagem, mais preciso e trazendo o contexto mundial para o debate, enfatiza que, naquele contexto, *“o comunismo já havia chegada a 90 milhas da costa norte-americana da Flórida, desafiando a maior potência militar do mundo. Por isso, insisto em que 1964 foi uma contra-revolução”* (Passarinho, 1997: 194). Quanto aos objetivos pretendidos, esclarece que *“ser revolucionário, entre nós, não é apenas ser anticomunista. (...) Ser anticomunista era muito pouco para o que devíamos fazer pelo Brasil e seu povo”* (Passarinho, 1997: 238).

Na mesma linha, Geisel, define essa intervenção como *“um movimento político, militar e popular. Foi um movimento quase que espontâneo”* visando a *“pôr ordem no país, combater a inflação, assegurar o desenvolvimento”* (D’Araújo; Castro, 1997: 150-162).

Para Hugo Abreu (1979: 189), “*as Forças Armadas, sob pressão incontrolável da opinião pública, saíram à rua para dar um basta aos desmandos do governo João Goulart*”. Passarinho (1997: 196) completa, citando o que observava no Pará: “*A indiscutível popularidade do novo governo tornou louvada e respeitada a Revolução de 1964 (...)*”; uma “*Revolução Democrática (...), clara opção do povo brasileiro...*” (CIE 1987: 139).

Como se pode observar, com o nítido propósito de ocultar conflitos e divergências, prevalece o discurso universalista que enaltece o apoio da sociedade. Apesar disso, não se dedicam a descrever ou documentar, detalhadamente, esse apoio ou consentimento que legitimaria o movimento, o que gera certa inconsistência em relação a esse ponto das narrativas.

Talvez as exceções, nesse caso, sejam os depoimentos de Ustra, que reproduz inúmeras matérias jornalísticas destacando “*as manifestações populares de júbilo pela vitória da Contra-Revolução*” (Ustra, 2011: 117), e do CIE, que identifica grupos e organizações declaradamente adeptas da intervenção militar, a exemplo do IBAD e do IPES, além da imprensa, de escritores, jornalistas, artistas e outras entidades cujas atuações teriam sido fundamentais “*no esclarecimento e mobilização da opinião pública*” (CIE, 1987: 102). O Centro destaca também o apoio de algumas lideranças, citadas nominalmente, como os governadores de Minas Gerais e São Paulo, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros. Em tom apoteótico, e como que pretendendo contagiar o leitor, o Centro tenta trazer o espírito das ruas, no dia seguinte ao golpe.

Na tarde do dia 2 de abril de 1964, mais de um milhão de pessoas lotavam as ruas e praças centrais do Rio de Janeiro. A população irmanada – operários, estudantes, senhores idosos e crianças, todas as profissões, todas as categorias sociais e todos os credos – reunia-se na maior manifestação popular que o Brasil jamais vira. (...) Faixas repudiavam o comunismo. (...) pessoas carregavam flores, rejubilando-se pela vitória da democracia. (CIE, 1987: 111)

Percebe-se que, conforme era conveniente aos militares, a participação do povo teria limitado-se, segundo os relatos, às comemorações.

As origens da fissura entre ‘duros’ e ‘moderados’²⁰

²⁰ Com base nos depoimentos, podemos identificar alguns nomes, incluindo civis, vinculados a ambos os grupos. Em relação aos moderados, destacam-se: Castelo Branco, Ernesto Geisel, Golbery do Couto e Silva, Petrônio Portela, Armando Falcão, Hugo Abreu, João Baptista de Oliveira Figueiredo e Antonio Marco Maciel. No grupo dos ‘duros’ os expoentes são: Artur da Costa e Silva, Emílio G. Médici, Sylvio Frota, Jarbas Passarinho, Carlos Alberto Brilhante Ustra, Mário Andreazza, Jaime Portela, Delfim Neto, Lyra Tavares e Albuquerque Lima. Vale ressaltar que alguns nomes transitam entre os dois segmentos.

A despeito da suposta coesão militar em torno da necessidade de derrubar Jango, de recuperar a economia e de combater o comunismo, a espontaneidade citada por Geisel muito comprometeria o governo pós-revolucionário. Segundo ele, *“pela maneira como a conspiração se desenvolveu, em diferentes grupos, sem uma chefia efetiva, sem planejamento e com a ideia fixa de derrubar o regime janguista, não era possível traçar uma estratégia para o futuro governo”* (D’Araújo; Castro, 1997: 162-163). Tanto Geisel quanto Ustra destacam a falta de um projeto prévio e de um comando único como importantes equívocos iniciais, que gerariam dificuldades para o governo militar que se iniciava. Alimentando esse debate, afirma o CIE

As forças vitoriosas, porém, estavam perplexas ante o rápido desfecho. Não tinham preparo ideológico e nenhum plano político definido. (...) Com a ausência de princípios doutrinários rígidos e bem definidos para orientar os caminhos da revolução, (...) começaram a vir à tona interesses contraditórios, reunidos e abafados sob o objetivo maior do movimento revolucionário. (CIE, 1987: 117, 118)

O general Sylvio Frota também aponta que as dificuldades para o cumprimento dos objetivos do movimento de 1964 começaram logo após a tomada do poder, em virtude da citada falta de uma doutrina, fato que minava a coesão e a convicção em torno dos propósitos a serem alcançados. Essa situação justificaria a adoção das premissas da Escola Superior de Guerra, em geral identificada com a ala castelista, como citado anteriormente. Para Frota – o único que pondera sobre a questão - tais premissas eram inadequadas, visto terem sido elaboradas em uma época de estabilidade democrática interna.

O confronto dessa e de outras declarações de Frota ao conteúdo do Manual Básico da ESG (2009) torna inconsistente sua afirmação e revela muitos pontos comuns entre o seu pensamento e o da Escola. Tal inconsistência – aliada ao fato de que essa suposta inadequação não é abordada pelos demais depoentes - sugere que as divergências não fossem propriamente ideológicas, mas talvez envolvessem indefinições quanto à estratégia a ser adotada ou simplesmente, disputas de poder.

Corroborando com essa percepção, Miguel (2002) identifica uma plataforma comum no posicionamento de ‘duros’ e ‘moderados’: a convicção quanto à necessidade de combater o ‘inimigo interno’ por meio de um regime autoritário e desenvolvimentista. Para o autor

os conflitos ocorridos entre setores das forças armadas, especialmente do exército, durante o regime militar foram mais a expressão de tensões conjunturais, provocadas muitas vezes pelas disputas sucessórias, do que propriamente o enfrentamento entre programas divergentes (Miguel, 2002: 52).

Essas colocações confirmam nossa proposição anterior quanto à necessidade de aprofundamento dos estudos acerca da ESG, apontada como componente importante para a

compreensão das fissuras internas nos meios militares entre moderados ou castelistas (adeptos da ESG, entre os quais, o general Geisel) e duros, cuja liderança coube a Costa e Silva e, posteriormente, ao general Frota; divergências essas facilmente percebidas na narrativa memorialista desses militares.

Cabe ressaltar que, além deles, Geisel ainda aponta a existência de outro grupo bastante expressivo de militares que não se posicionavam, mantendo-se alheios e apoiando o governo qualquer que fosse. Desse modo, moderados e linha-dura seriam as forças decisivas nesse embate que já de imediato se apresentava.

Os dissensos entre militares, para além das ambições pessoais de lideranças civis, contribuíam para a indefinição acerca da natureza e do alcance da intervenção. Essa disputa comprometia os destinos do movimento, que poderia se perder “*na luta que as desinteligências dos grupos originais geram*” (Passarinho, 1997: 237).

As disputas permearão o regime recém-instaurado e estarão no cerne no debate que envolveu a decisão pela abertura em 1974, como será analisado adiante.

3.2 Legalidade e longevidade da intervenção militar: a disputa central no governo Castelo Branco

Com a posse de Castelo Branco, em abril de 1964, os primeiros pontos sensíveis das divergências entre duros e moderados vêm à tona, comprovando que o movimento já nasce sob o signo da divergência.

Nesse momento, em que ainda há espaço para discussões mais ‘teórico-filosóficas’, é possível perceber a emergência de dois pontos centrais no choque entre os militares: a legalidade e a duração da intervenção militar; aspectos cruciais que, desde o início, renderam ao governo duras críticas e muitas pressões.

Conforme observou o CIE

já no dia da vitória, começaram as divergências quanto aos seus objetivos, prioridade e formas e modos de alcançá-los. O próprio restabelecimento da ordem e da tranquilidade nacionais, que era uma aspiração generalizada e a que se entregaria nesse ano o governo revolucionário, imporia a adoção de medidas que sacrificavam, na essência, o que era um dos objetivos prioritários da Revolução – a manutenção e o aperfeiçoamento do regime democrático. (CIE, 1987: 140)

Como se poder perceber havia um estado de incerteza quanto aos rumos da intervenção, alimentando a crença de alguns líderes políticos de que o movimento se reduziria à deposição do presidente, sem promover alterações na estrutura institucional vigente. Tratava-se de definir os limites e alcances do golpe.

Para essa situação teria contribuído a postura de Castelo Branco, líder dos moderados. Segundo o CIE (1987: 121,122) Castelo era um homem “*voltado para a profissão e dotado de profundo sentimento legalista*”, a quem caberia “*encontrar o ponto de equilíbrio entre as diferentes correntes revolucionárias*”, mesmo respeitando sua “*férrea disposição (...) de não se eternizar no governo*” (Ustra, 2011: 127).

Primeiro presidente militar, Castelo Branco é descrito por Frota (2006) como homem íntegro, porém fraco, excessivamente tolerante e institucional, preocupado em não exceder o tempo de seu mandato (inicialmente, apenas concluiria o mandato do presidente deposto); faltava-lhe, segundo Frota, um verdadeiro espírito revolucionário. Frente a isso, aponta o general Costa e Silva como a liderança mais apta para assumir a presidência, nesse momento em que se exigiam mudanças profundas, “*em que a acomodação é ridícula ingenuidade e a persuasão estéril, durante os quais só a força é argumento entendido e obedecido*” (Frota, 2006: 638). Nas palavras do próprio Costa e Silva, citadas por Geisel, o movimento deveria “*remontar aos ideais das revoluções de 22, 24 e 30!*” (D’Araújo; Castro, 1997: 166), uma vez que, nesse momento, “*não existiam condições para conciliar, em tão curto espaço de tempo, a Revolução com a legalidade formal*” (CIE, 1997: 146).

Na perspectiva dos ortodoxos, nessa circunstância delicada, o profundo apreço militar à legalidade foi responsável por indefinições - haja vista a manutenção do Legislativo, do Judiciário e da própria Constituição de 1946 – que dificultariam o início da necessária ‘depuração’ política e institucional, com cassações e prisões de indivíduos comprometidos com o governo anterior. Essa situação, segundo Frota (2006), exigia uma postura mais flexível no que tange ao cumprimento das leis e a aprovação de medidas de exceção, cuja duração não poderia ser estabelecida *a priori*. Interessante salientar que, recuperando algumas afirmações do general, apontadas anteriormente, encontramos certa incoerência nesse posicionamento, pois nesse momento defende uma atuação mais transigente e política, logo, menos militar.

Ustra (2011: 123), em uma de suas poucas menções a aspectos político-administrativos, aponta outro aspecto, segundo ele, responsável pelas dificuldades iniciais para a “*restauração da ordem*” e o “*combate à subversão*”: a atuação corporativista do Congresso, que não colaborou com a necessária “*limpeza na casa*”. Ao invés disso, afirma o coronel, “*o Congresso (...) agiu como se a contra-revolução não fosse diferente de outras crises por que já passara o país*”.

Tal afirmação nos permite considerar que, mesmo para os parlamentares aliados e favoráveis ao golpe, a intervenção militar não se devia prolongar, estando a serviço das pretensões políticas de líderes civis. Uma vez frustrados, tais indivíduos passariam a se opor ao governo militar, a exemplo de Carlos Lacerda e sua proposta de formação da chamada Frente Ampla, comprometendo ainda mais o governo Castelo Branco e reforçando o discurso dos ‘linha-dura’.

Confirmando o posicionamento de Castelo Branco, Passarinho (1997: 200) afirma, em tom elogioso, que *“a contra-revolução de 1964 teve pressa em autolimitar-se e logo caracterizar a transitoriedade das medidas excepcionais”* para *“coibir o despotismo”*. Declara, ainda, que o presidente *“desejava ver o exército desde logo afastado do prélio político”* (Passarinho, 1997: 217), postura que, segundo Ustra (2011: 125), revelava o *“receio do Alto Comando Contra-Revolucionário de que o movimento parecesse apenas um golpe”* e, segundo o CIE (1987), o desejo de reduzir, ao mínimo, as medidas repressivas.

Geisel, Chefe da Casa Militar do governo Castelo Branco, critica a intransigência do revolucionário que *“não quer saber de lei”* (D’Araújo; Costa, 1997: 190), mas concorda que, nesse momento, *“sobre o embasamento jurídico prevalecia a revolução”* (D’Araújo; Costa, 1997: 176), reiterando a necessidade de expurgos e cassações para eliminar elementos ligados à administração anterior. Apesar disso, salienta que o grupo dos moderados pretendia solucionar, rapidamente, os problemas deixados pelos governos populistas e devolver o poder aos civis, restabelecendo a normalidade constitucional. É categórico ao afirmar que *“Castelo sempre procurava a normalização (...). Ele realmente pensava que poderia encerrar o período revolucionário, queria a eleição de um presidente civil, da área política, para que o país entrasse em regime normal”* (D’Araújo; Costa, 1997: 189).

Ponderando sobre essas divergências, o CIE (1987: 122) aponta que elas poderiam ser previstas antes da tomada de poder, em virtude da heterogeneidade do grupo que apoiou o movimento e da *“ausência de objetivos políticos definidos”*. Tal situação é justificada nestes termos: *“antes da Revolução, essa discussão não fora aprofundada, porque poderia tornar impossível a coligação que a tornou vitoriosa”*. Mesmo considerando essa uma situação rotineira nas disputas pelo poder, o órgão é taxativo sobre o peso negativo para o futuro da intervenção, podendo *“provocar cisões irremediáveis nas forças revolucionárias (...)”*.

Em consonância com o discurso de Frota, o Centro - mais preocupado com questões de segurança interna do que com disputas de ordem política - destaca o *“descontentamento (...) no setor militar, com a atitude legalista do governo”* (CIE, 1987: 123) e o inconformismo

“pela prevalência dos mandatos judiciais sobre decisões que consideravam da alçada exclusiva da Revolução” (CIE, 1987: 144).

O debate reforça a percepção de que a falta de coesão entre os militares (e mesmo destes com os civis aliados) teve início já no ano de 1964, vindo a acentuar-se rapidamente. Se, por um lado, concordavam com a necessidade de depuração política, os dissensos envolviam questões relevantes como a liderança de Castelo Branco, a duração de seu mandato e o respeito à Constituição, aspectos contestados por Frota, pelo CIE e também pelo coronel Ustra.

Desse modo, o projeto dos moderados, segundo Geisel, começava a ser obstaculizado pela linha-dura, entre os quais havia inúmeros civis, indicando a cisão e a radicalização no interior do Exército, questões que comprometeriam o futuro do governo militar.

A sucessão de Castelo Branco: o primeiro embate

Por ocasião da sucessão do primeiro presidente militar, delineiam-se mais nitidamente os grupos em disputa, indicando que, de fato, a homogeneidade dos militares em torno do movimento de 1964 era superficial. Ainda que seja possível identificar objetivos comuns e relativa identidade ideológica, conforme já apontamos, percebe-se a discrepância quanto ao modelo político a ser adotado. Enquanto os ‘duros’ defendem o caminho do autoritarismo, os ‘moderados’ aceitam a incorporação política de outros segmentos da sociedade, desde que enquadrados num padrão de comportamento considerado aceitável sob a óptica dos militares.

Nesse momento, com as divergências se acentuando, os radicais se aglutinaram em torno do general Costa e Silva. Geisel assinala, em tom de repúdio, que para além de sua suposta liderança, Costa e Silva teria se tornado *“um instrumento na mão daquela gente”* (D’Araújo; Costa, 1997: 200) em virtude de suas pretensões à presidência. ‘Aquela gente’ reunia Jaime Portela, Mário Andreazza, Albuquerque Lima e outros militares que conseguiam impor a eleição de Costa e Silva à presidência para suceder Castelo Branco que, por sua vez, *“não pode obstar a candidatura do Gal Costa e Silva para a Presidência da República, que não seria o candidato de sua preferência”* (CIE, 1987: 161). Desse modo, Geisel reconhece que

os que estavam em torno do Castelo tendiam para a normalização da vida do país. E os outros achavam que não, que era preciso continuar o expurgo. (...) O divisionismo vinha daí e foi se acentuando ao longo do tempo. Castelo lutou terrivelmente contra isso, mas a eleição do Costa e Silva em 1967 foi uma vitória da linha dura. (D’Araújo; Castro, 1997: 169)

Confirma-se, portanto, que a intervenção não seria tão rápida e cirúrgica como apregoavam os castelistas; além disso, reafirma-se, não se configura uma divergência de cunho ideológico, mas relacionada ao caminho ou à estratégia a ser seguida para o alcance dos objetivos ‘revolucionários’.

Interessante perceber que, apesar da nítida tensão, esse clima de disputa pelo poder parece não ter contaminado outros escalões. Jarbas Passarinho (1997: 257) identifica esse momento como “*o início do fim da unidade da contra-revolução*”, e afirma que “*desconhecia a luta travada na surdina, em Brasília*” (Passarinho, 1997: 227); Ustra não faz nenhuma menção ao tema. Sobre o mesmo episódio, Hugo Abreu declara

na ocasião, não entendi bem por que a saída do presidente Castello Branco e a transmissão do cargo ao presidente Costa e Silva era encarada como a entrega do poder a um partido adversário. Tratava-se somente – pensava eu – da transmissão de cargo entre dois presidentes revolucionários. (ABREU, 1979: 17)

Destaque-se que identificar a percepção das baixas patentes acerca do período estudado integrava os objetivos iniciais da pesquisa. Entretanto, deve-se assinalar a ausência de registros, nas obras analisadas, sobre possíveis manifestações desse segmento, desconsiderado enquanto componente político relevante. Identifica-se, portanto, outra temática a ser desenvolvida em pesquisas posteriores.

3.3 Os ‘anos de chumbo’: o recrudescimento político e a retórica da dissimulação

A posse de Costa e Silva e o falecimento de Castelo Branco projetariam Ernesto Geisel como liderança do grupo moderado. Geisel reconhece seu potencial para aglutinar uma possível oposição ao novo presidente, cuja administração tendia visivelmente para o recrudescimento político.

Para Frota e a ala radical, o governo do General Costa e Silva, iniciado em 1967, significaria uma guinada para corrigir os rumos da Revolução. O general enfatiza o compromisso de Costa e Silva com os propósitos revolucionários e democráticos, segundo ele, ameaçados por investidas de indivíduos e grupos de esquerda, que contaminavam inclusive as Forças Armadas, perspectiva compartilhada pelo CIE e por Ustra.

Refletindo o panorama mundial e, na visão dos militares, manipulados pela esquerda, manifestações estudantis, greves operárias e agressões de parlamentares ao Exército – cujo maior expoente teria sido o deputado Márcio Moreira Alves, “*concitando o povo a hostilizá-*

lo” (Frota, 2006, 82) – elevaram o clima de insatisfação entre os oficiais, situação que, para Frota, exigia medidas em defesa dos ideais de 1964.

Os anos de 1966, 1967 e 1968 e a suposta penetração do comunismo internacional – em particular, o comunismo cubano - sobre o movimento estudantil são descritos de modo contumaz. Para o Centro, a radicalização do processo subversivo rumo à luta armada revolucionária justificava e legitimava o recrudescimento do regime. As ações da esquerda revolucionária são o tema central do discurso de Ustra (2011). Sua narrativa denota uma revolta profunda frente às mortes de militares (e mesmo de civis), o que explica o tom de ‘denúncia’ de seu texto, cujo objetivo é sensibilizar o leitor, constantemente instado a refletir sobre seu próprio posicionamento diante da violência dos fatos descritos.

Interessante a maneira como retratam a juventude: “*a parte mais maleável e ingênua das populações*” (CIE, 1987: 284) submetida a uma verdadeira “*lavagem cerebral*” (Ustra, 2011:126). Talvez procurando ganhar a simpatia e a adesão do leitor jovem, tendem a inocentar os estudantes, “*verdadeiras crianças*” (Ustra, 2011: 429), “*iludidos, fanatizados e usados por experientes militantes comunistas*” (Ustra, 2011: 321). Em última análise, seriam ‘vítimas’ do aliciamento corruptor que se aproveitava do idealismo e da impetuosidade típicas dessa fase de afirmação para convencê-los de que a luta armada é a “*oportunidade de tornarem-se novos ‘guevaras’*” (CIE, 1987: 311), sendo, muitas vezes, levados à morte.

Afirma o CIE: “*hoje, passados quase 20 anos dos sangrentos episódios estudantis de 1968, pode-se concluir que, na realidade, os jovens foram levados à violência pela ação dos comunistas que dirigiam o movimento*” (CIE, 1987: 229); segundo Ustra (2011: 177), “*talvez (...) o pior crime cometido pela esquerda armada no Brasil*”.

Esse esvaziamento do sujeito denota a visão elitista e autoritária dos militares. Caracterizar esses jovens, agentes políticos atuantes e decisivos, como vítimas de um audacioso e violento projeto comunista, reforça o suposto altruísmo dos líderes militares e o discurso legitimador de sua intervenção na vida política do país. Mais uma vez vem à tona a concepção paternalista da elite militar acerca do povo, mais ostensiva nas narrativas da ‘linha-dura’.

Passarinho (1997: 308), mais objetivo, entende que os desafios se avolumavam, em sua percepção, uma vez que o comunismo internacional havia escolhido o Brasil como prioridade, portanto, “*já não restava a possibilidade de aplicar remédios constitucionais, como o estado de sítio, então julgado insuficiente e incapaz de neutralizar a escalada da*

guerrilha e do terrorismo”. Uma crise que culminaria com a assinatura do AI-5, cuja aprovação é defendida por todos os narradores.

Para Geisel

o pronunciamento do Márcio Moreira Alves, em si, não tem significação alguma. (...) É preciso, entretanto, ver o quadro que o país estava vivendo. Deve-se levar em conta o clima, os diferentes acontecimentos que iam se somando, criando um ambiente perturbador, um quadro subversivo e de desmoralização que ia se ampliando, tendo ressonância e acabando por descambar na reação. (...) Não justifico o AI5, mas entendo por que foi feito. (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997: 208)

Passarinho, que era Ministro da Educação, preocupa-se em justificar o AI-5, citando o teórico Karl Loewenstein

No intento de confrontar a ameaça totalitária aos seus próprios valores e existência, o Estado democrático constitucional se vê a braços com o maior dilema desde a sua implantação. Se se decide a usar fogo contra fogo e a negar aos agitadores totalitários o uso das liberdades democráticas, para evitar a destruição de toda liberdade, atuará precisamente contra os princípios da liberdade e da igualdade sobre os quais está baseado. Se, por outra parte, se mantém firme em suas verdades fundamentais democráticas, ainda que em benefício de seus inimigos declarados, põe em risco sua própria existência. (LOEWENSTEIN apud PASSARINHO, 1997: 334)

Em consonância com a argumentação de Passarinho, Frota acredita que a democracia, “*o sistema de governo ideal*” (Frota, 2006: 136) no qual a força deve estar na lei, é sempre apresentada como o objetivo maior a ser alcançado, o que transforma as medidas de exceção, devidamente aplicadas numa conjuntura nacional específica, em instrumentos a serviço desse ideal. Completando seu pensamento, afirma: “*o Estado não pode usar de seu poder para absorver e asfixiar o indivíduo, violentando-lhe a personalidade, nem o indivíduo deve ansiar por liberdades irrestritas que entrem a ação do Estado e ameacem a coletividade*” (Frota, 2006: 136), uma afirmação em consonância com a doutrina da ESG.

Na perspectiva do CIE (1987: 292,293), ao governo Costa e Silva se impunha um dilema, um verdadeiro “*nó*” entre o desejo manifesto de voltar à normalidade constitucional e a urgência de se combater a subversão crescente, visto que, sem dúvidas, “*se desenvolvia no país um processo de guerra revolucionária (...) com base na ideologia marxista-leninista (...)*”. No momento seguinte, contradiz-se: “*Hoje, pode parecer fácil concluir pelo exagero dessa preocupação, mas, à época em que se verificou – temos insistido –, não havia informações precisas e portanto não se tinha uma visão global da extensão do processo revolucionário*”.

Desse modo, contrariando as supostas pretensões de Costa e Silva, o AI-5 - “*um instrumento de força revolucionária para conter a subversão*” (Frota, 2006: 82), uma necessária “*resposta (...) contra a agressão das minorias comunistas*” (Passarinho, 1997:

334) -, aniquilaria as possibilidades e anseios “*da volta imediata à democracia em sua plenitude*” (Frota, 2006: 149), transformando-se em instrumento imprescindível nessa luta.

Como podemos observar, na perspectiva de Frota, o Brasil não vivia uma ditadura, apesar do recrudescimento com a decretação de algumas ‘leis de exceção’ tidas como necessárias no combate às ações de grupos que ameaçavam a estabilidade política do país.

Essa é uma avaliação predominante entre os militares. Ustra (2011, 127) é enfático ao negar a existência de um regime ditatorial, uma vez que, segundo ele, “*havia imprensa livre, oposição ao governo, Legislativo e Judiciário no exercício de suas atribuições e, fundamentalmente, apoio popular a um governo probo e realizador*”.

Passarinho (1997: 624) reconhece no regime instaurado em 1964, um regime autoritário, “*mas não exatamente ditatorial*”, alegando que o poder não era monopolizado, ao menos até a aprovação do AI-5. Afirma ele:

Vivíamos sob uma Constituição democrática, a de 1967. Funcionava a prescrição de Montesquieu sobre a divisão dos Poderes. O Legislativo provinha de eleições livres, realizadas em 1966, o Judiciário era independente, a imprensa era livre. As liberdades fundamentais, asseguradas. (PASSARINHO, 1997: 334)

Para o CIE (1987: 287), essa “*ideia-força – a da existência de uma ditadura militar -*” foi uma imposição dos segmentos de oposição, interessados em criar “*um condicionamento psíquico favorável à aceitação de suas teses pela população*”.

A argumentação em favor dessa tese é construída com base em aspectos enfatizados à exaustão. A convicção expressada revela enorme potencial de convencimento do leitor de que a ‘ditadura’ não passou de uma paranoia coletiva. Aproximando-se de Frota, e sustentando-se em Revel (1984)²¹, o Centro destaca a coragem dos governantes, cientes de que “*por medo de ser acusada de trair os seus princípios que as democracias têm perecido*” (CIE, 1987: 297). Trata-se de uma retórica que procura dissimular o autoritarismo das medidas adotadas, justificando-as como imprescindíveis na defesa do regime democrático ameaçado pelo crescente radicalismo da esquerda.

Confirmando o fortalecimento da linha-dura, em 1969, (segundo Frota, com expressivo apoio da alta oficialidade) foi eleito presidente o general Médici, que “*aceitou sua indicação como um dever militar a ser cumprido*” (Ustra, 2011: 233). Geisel admite que a instabilidade política em 1968 foi decisiva para que o vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, não sucedesse Costa e Silva quando de seu afastamento; para ele, esse teria sido o verdadeiro golpe de Estado, talvez decorrente da falta de confiança na atuação do vice, segundo o CIE.

²¹ Revel, J. F. Como terminam as democracias. RJ: Difusão Editorial, 1984.

Mais uma vez, a disputa revela as divergências no seio das Forças Armadas quanto ao alcance do movimento e à sua duração. Afirma Geisel: *“a base de todo problema era a divergência dos que queriam continuar com a linha-dura e dos que queriam normalizar o país, sabendo que a normalização tinha que ser progressiva e que não se podia fazê-la do dia para a noite”* (D’Araújo; Castro, 1997: 213).

Interessante notar como o debate sobre a normalização constitucional e a estratégia a ser adotada estivera presente muito antes de 1974. Geisel assegura que a eleição de Médici trazia uma perspectiva de normalização – o que justificaria a tensão interna e as possíveis pressões decorrentes do curso contrário dos acontecimentos ao longo de seu governo. Entretanto, entende que as ações armadas de oposição se intensificavam e precisavam ser combatidas, o que acabou por fortalecer a linha-dura e o aparato repressivo, aumentando as dificuldades para o projeto de liberalização que futuramente empreenderia.

Sobre isso, Geisel afirma, em tom pejorativo, irônico e até mesmo irritado: *“o problema é, depois que se solta a fera, conseguir dominá-la e prendê-la novamente. É realmente um problema difícil. Mas eles não tinham um lema de ir contra a subversão? Então eram o grupo mais indicado”* (D’Araújo; Castro, 1997: 216). Nesse clima, tem início o governo Médici, um dos momentos mais controversos do regime militar.

‘Heróis’ e ‘Vilões’

O governo Médici (1969-1973) é apontado pelos incontáveis estudos sobre o período como o mais violento e arbitrário de toda a ditadura. O acirramento da ‘luta antiterror’ domina o cenário e revela toda a truculência do regime, cada vez menos preocupado em dialogar com a sociedade. Esse comportamento arrogante alimenta as denúncias de abusos e torturas contra opositores, temática sensível nos depoimentos analisados e cada vez mais recorrente na atualidade, em virtude da instalação da Comissão da Verdade.

Segundo Frota (2006, 87), *“para enfrentar subversivos obstinados ao fanatismo”* e fazer frente a essa *“guerra de convicções, em que os homens dizimavam-se por ideais”* o governo entendeu ser imprescindível a participação das Forças Armadas, consideradas *“as únicas organizações capazes de obter êxito nessa luta”* (Frota, 2006: 87). Nesse sentido, Frota, Ustra e o CIE destacam o aperfeiçoamento do aparato administrativo-repressivo, com a criação dos órgãos de coordenação - OBAN e DOI-CODI –, medidas que garantiriam condições para o sufocamento da luta armada na década de 1970. Segundo eles, essa estrutura

contribuiu “para que os comunistas não conduzissem o Brasil para uma guerra civil prolongada e sangrenta” (CIE, 1987: 454), “evitando milhares de mortes e reduzindo o número de famílias enlutadas” (Ustra, 2011: 319).

Chama a atenção o apelo emocional das narrativas quando descrevem o envolvimento dos militares, sua ‘coragem’, ‘inteligência’ e ‘abnegação’ no combate ao ‘terrorismo’, uma missão impregnada de “verdadeiro ardor patriótico e de grande firmeza ideológica” (Ustra, 2011: 226).

O inimigo interno é retratado como traiçoeiro e ardiloso, vingativo e mesquinho, capaz de ações terroristas violentas contra inocentes, em nome de uma ideologia nefasta e financiadas pelo Movimento Comunista Internacional. Colaborando para essa caracterização, os trabalhos de Ustra e do CIE pretendem ser mais precisos ao descreverem “uma guerra diferente, anônima, unilateralmente declarada pelo inimigo” (CIE, 1987: 447). Citam projetos, grupos, dissidências, nomes, estratégias e ideário; descrevem as ações de guerrilha, situam as ‘quedas’ e denunciam os ‘justiçamentos’ no intuito de provar a deslealdade e as atrocidades de que eram capazes os militantes de esquerda.

Segundo o CIE (1987: 253), as ações (assaltos, sequestros, assassinatos) “pretensamente revolucionárias” dos chamados terroristas primavam pela virulência indiscriminada, pela completa falta de escrúpulos e profundo desrespeito à vida; são descrições que pretendem chocar o leitor. Indignado, Ustra desabafa: “Chega de pensarem que enfrentamos estudantes indefesos, que lutavam pela liberdade e contra a ditadura!” (Ustra, 2011: 566), e enfatiza raivosamente: “fomos nós que lutamos para manter a democracia no Brasil, regime que tanto prezamos” (Ustra, 2011: 565).

Note-se que, ao mesmo tempo em que os relatos procuram desqualificar ideias e propósitos, descrevem os supostos terroristas como indivíduos inteligentes, articulados, com capacidade intelectual para a “intimidação coercitiva de natureza psicológica”, bem como para “amedrontar a população, testar o seu amadurecimento e o grau de aceitação dos movimentos, selecionar líderes ativistas para o recrutamento, incentivar a desobediência civil e até mesmo testar a capacidade repressora da autoridade legal” (CIE, 1987: 293), desgastando os órgãos de segurança. Tal descrição procura convencer o leitor de que, diante de um inimigo tão sagaz, a atuação ‘firme’ das Forças Armadas era imprescindível.

Refletindo sobre o tema, Frota (2006: 642) aponta a falta de um trabalho estatal de cooptação ideológica, como fator facilitador da escalada da esquerda. Indica como erros cruciais do regime a negligência em relação à propaganda dos valores revolucionários,

particularmente voltada para as camadas mais desfavorecidas e para a juventude, a quem se deveria dedicar uma ação de “*catequese cívica*” que atingisse a consciência, a “*esfera espiritual*”. Passarinho, em consonância com a ESG, concorda

Defendíamos o princípio de que a segurança interna não era assunto privativo das Forças Armadas, cabendo-nos o esclarecimento da opinião pública sobre a realidade do comunismo mundial, o desmascaramento das infiltrações, a identificação das organizações de fachada. (PASSARINHO, 1997:168)

Também o CIE comenta os erros cometidos em relação à comunicação com a sociedade, sobretudo via imprensa, “*cuja colaboração era indispensável para que os fatos fossem apresentados de forma a ser obtida a compreensão da opinião pública e a manutenção da cooperação da população na defesa dos interesses do país*” (CIE, 1987: 456)²².

Os ‘fatos’, nesse caso, são as acusações de tortura que recaem sobre os órgãos de repressão. O coronel Ustra (2011: 183), o mais ressentido, não esconde sua decepção frente àquilo que considera falta de reconhecimento da sociedade, sobretudo na atualidade: “*já nessa época [década de 1960], os direitos humanos e o próprio direito à vida tinham apenas uma direção: a esquerda*”. Tendo atuado na linha de frente da repressão, sente-se injustiçado pelas acusações de tortura que recaíram sobre ele após a redemocratização, fato que justifica seu posicionamento e os ataques às iniciativas como a da instalação da Comissão da Verdade.

Tortura: versões para o inaceitável

Ao recuperar o tema mais polêmico que envolve, em especial, o governo Médici, os memorialistas assumem uma posição completamente defensiva.

Frota (2006: 87) reconhece a possibilidade de ter havido excessos, porém é enfático ao afirmar que nunca houve tortura enquanto prática sistemática dos órgãos de repressão. Tratar-se-ia de “*imputação caluniosa e desmoralizadora, de orientação marxista*” reproduzida no país, até hoje, alimentando o revanchismo contra as Forças Armadas.

Em sintonia com esse discurso, Passarinho (1997: 381) nega que a tortura, para ele uma prática indefensável, tenha sido uma “*política do governo*”. Defende nominalmente o

²² Contrariando o discurso que aponta falhas na comunicação com a sociedade, é necessário destacar o intenso trabalho propagandístico que caracterizou o governo do presidente Médici. Como parte da estratégia de cooptação cívica e de legitimação do regime, a propaganda oficial procurou despertar o ufanismo dos cidadãos, destacando a conquista do tricampeonato mundial de futebol, o sesquicentenário da independência (1972) e os ‘avanços’ alcançados pela política econômica que, supostamente, construía o ‘Brasil grande’. O resultado desse trabalho pode ser verificado na relação entre crescimento econômico e apoio político, visível nos números eleitorais obtidos pela Arena, com destaque para as eleições parlamentares de 1970, quando o partido garantiu a maioria das cadeiras do Senado e da Câmara.

presidente Médici e o general Frota, e o Exército de forma geral, alegando que os militares trabalhavam em condições desvantajosas e que isso, eventualmente, favorecia a ocorrência de erros e até mesmo de ações clandestinas por parte de torturadores, sempre corrigidas pelas autoridades quando evidenciadas. Tal declaração depõe contra o governo, uma vez que sugere a falta de controle do Estado sobre órgãos e/ou indivíduos ligados, direta ou indiretamente, aos órgãos de repressão.

O CIE contribui com a perspectiva de Frota e Passarinho, afirmando ser *“natural que tal virulência provocasse reações idênticas, porque, para quem estava envolvido com o problema, tratava-se de matar ou morrer”* (CIE, 1987: 680), portanto, enquanto reação, tratava-se de uma *“ação legítima e oposta do estado agredido”* (CIE, 1987: 805). Já Ustra (2011: 320), com a autoridade de quem comandou diretamente as forças de repressão (e a presunção de quem se considera um verdadeiro herói), deixa claro que, para ele, esse não é um tema que diz respeito à sociedade, pois *“só quem estava frente a frente com os terroristas, dia e noite, de arma na mão, arriscando sua vida nos pode julgar”*. Na atualidade, tal afirmação poderia ser dirigida a interlocutores específicos: os membros da Comissão Nacional da Verdade²³.

Procurando justificar as ações do governo, mas adotando um discurso mais ponderado, Hugo Abreu afirma que

Não há como negar a existência da ação vinda do exterior, oriunda do comunismo internacional, impulsionando a atividade subversiva no país, mas também não podemos deixar de reconhecer que, aqui dentro, o arbítrio e a violência da repressão, própria da natureza das operações anti-subversivas, ajudavam a alimentar o terrorismo. Formou-se, assim, um círculo vicioso, do qual o Brasil só veio a sair em 1974. (ABREU, 1979: 200)

Geisel, não se permitindo julgar os meios utilizados para o combate à oposição, afirma que *“a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões”* (D'Araújo; Castro, 1997: 225). É veemente ao afirmar que era necessário reprimi-la e, assim como Frota e Passarinho, acredita que tenham ocorrido excessos por parte da repressão, atribuindo-os às emoções que envolvem os militares na ação direta de uma luta que define como uma guerra

²³ No último dia 10 de maio, o coronel Ustra depôs na Comissão Nacional da Verdade. Na ocasião, a Comissão revelou a descoberta de um documento oficial e secreto, produzido pelo próprio Doi-Codi, que apontou 50 mortes de presos no interior do Destacamento do II Exército, entre 1970 e 1975, período em que Ustra esteve no comando do órgão. O coronel, que conseguiu na justiça o direito de permanecer calado, não se conteve e, exaltado, negou as acusações, afirmando que as mortes ocorreram em combates de rua.

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/justica-da-brilhante-ustra-direito-de-ficar-calado-na-comissao-da-verdade.html>. Acessado em 13.05.2013.

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/durante-depoimento-de-ustra-comissao-aponta-50-mortes-no-doi.html>. Acessado em 13.05.2013.

civil. Nesse caso, nota-se uma contradição explícita, pois uma vez aceita a tortura como eventualmente necessária, torna-se uma estratégia previamente aceita e não simples reação emocional.

O ex-presidente não dedica maior atenção ao tema, o que sugere a intenção de não polemizá-lo, uma vez que no momento em que dava os depoimentos aos pesquisadores do CPDOC (início da década de 1990), a questão dos direitos humanos no Brasil tomava vulto. Limita-se a fazer uma afirmação relevante: *“O fato é que a subversão acabou. Quando assumi o governo, havia ainda casos isolados em que a linha-dura se engajava, mas o problema do Araguaia tinha acabado. O de Caparaó estava extinto. No Sul, as ações do Brizola também tinham cessado”* (D’Araújo; Castro, 1997: 224).

O próprio coronel Ustra, que entre 1970 e 1974 chefiou o DOI-CODI do II Exército/SP, afirma que Geisel

recebeu o governo com a guerrilha urbana bastante atenuada, com as organizações (...) que optaram pela luta armada militarmente derrotadas e politicamente desarticuladas, tendo muitos subversivos refugiados no exterior, outros presos e alguns mortos. (USTRA, 2011: 435)

Além dele, o CIE (1987: 805) destaca que, *“em 1974, as organizações subversivas (...) tinham sido derrotadas na forma de luta que escolheram – a luta armada – estando neutralizadas no campo militar e extintas mesmo na sua maioria”*.

Essa também era a visão de Passarinho (1997: 425), segundo o qual Médici *“deixou o país pacificado. (...) O terreno ficou preparado para o sucessor realizar o que a Médici o destino negara”*, ou seja, *“entregar o País em pleno estado democrático”* (Passarinho 1997: 421). Aliás, na avaliação de Passarinho, essa decisão já estava atrasada. Para ele, a demora de Médici foi um erro, pois *“o momento seria precisamente o adequado. Estávamos em lua-de-mel com o ‘milagre’”* (Passarinho, 1997: 421).

Chega-se, assim, à sucessão presidencial. À exceção de Frota, os demais testemunhos reforçam a justificativa apresentada para a escolha de Geisel como sucessor, algo que poderia soar estranho, uma vez que se tratavam de militares de alas diferentes. Questionado a esse respeito, Geisel cita uma colocação que teria sido feita por Médici, tecendo conjecturas acerca dos possíveis candidatos: *“Como não há nenhum problema grave na área militar, nem o país está suficientemente tranquilo para o governo de um civil (...), acho que, para administrar o país e seu desenvolvimento, o melhor nome mesmo é o Ernesto”* (D’Araújo; Castro, 1997: 258).

Portanto, a eliminação da suposta ameaça revolucionária comunista aliada à prosperidade econômica do ‘milagre’ contribuíam para “minar os fundamentos da

autojustificação do regime com base na excepcionalidade das circunstâncias” (Linz; Stepan, 1999, 102), ou seja, eliminavam as bases de sua legitimação, garantindo maior solidez à decisão em favor da abertura.

Nesse contexto, Geisel é eleito e, ao assumir em 1974, entendeu que o país estava pronto para iniciar o retorno à normalidade política pretendida desde Castelo Branco. Dessa avaliação nasceu o projeto de distensão ‘lenta, gradual e segura’, tendo se transformado no mais importante ponto de dissenso entre militares moderados, agora no controle do Estado, e os linha-dura. Desse modo, o governo Geisel tornar-se-á um momento crucial para o regime militar brasileiro.

3.4 A Abertura Política (1974-1979): o ápice da disputa pelo poder entre ‘duros’ e ‘moderados’ e sua expressão memorialista entre os militares

O período da abertura é abordado com particular atenção em algumas das obras aqui tratadas, em especial, os depoimentos de Geisel, Frota e Abreu. O nítido embate memorialista que se observa, cotejado pela análise, ilustra, de maneira muito rica, o confronto entre os dois mais influentes grupos que se formaram no Exército, a partir de 1964, e que disputaram, permanentemente, o controle político do Estado: moderados e linha dura.

O embate no campo da memória reforça nossa percepção de que o período 1974-1979 foi o auge dessas divergências internas; momento absolutamente decisivo para os rumos do regime militar. Tal percepção decorre da relevância que os depoentes atribuem a esse período, mas também do significado e do impacto que as medidas e os acontecimentos desse curto espaço de tempo tiveram no subsequente processo de redemocratização.

À frente de ambos os grupos, identificamos dois líderes efetivos. De um lado, o general Ernesto Geisel, Presidente da República e ligado à ala dos moderados; de outro, o general Sylvio Frota, líder da linha-dura, nomeado e exonerado do posto de Ministro do Exército (1974-1977) pelo próprio Geisel, a quem se remete, particularmente, no título de sua obra, *Ideais Traídos*. Interessante assinalar que, na elaboração de suas obras, o testemunho dos demais militares analisados orbitam, em geral, em torno dessas figuras centrais.

Após o governo de dois generais ajustados com a ala mais radical – Costa e Silva e Médici -, a ascensão de Geisel representaria a alteração nas diretrizes políticas do país. Apesar de se dizer comprometido com os ‘ideais revolucionários’ – algo repisado, mas pouco esclarecido -, o presidente Geisel traz a proposta de distensão para a agenda política,

acirrando os embates internos, uma vez que não havia consenso em torno da decisão, algo que fica muito nítido no confronto das obras.

O projeto de abertura: uma decisão polêmica

O dissenso em torno da abertura é característico das diferentes avaliações da realidade nacional do período, particularmente no que se refere à luta armada, aspecto determinante para o apoio ou a crítica ao projeto do presidente recém-eleito.

Para Geisel e seus aliados chegara o momento de priorizar o desenvolvimento e devolver o poder aos civis. Em seu depoimento, afirma, categoricamente, que essa parcela dos militares estava “*cansada da permanência do Exército no poder, da responsabilidade de governar*” (D’Araújo; Castro, 1997: 402), por isso era a favor da abertura.

Esse desejo de “*desembaraçarem-se do poder*” (CIE, 1987: 295) teria sido mote de um pronunciamento do general Souto Malan, chefe do Estado-Maior do Exército, no final de 1971, “*propugnando pelo desengajamento controlado das Forças Armadas do processo político*” (CIE, 1987: 593). Desse modo, com a ascensão de Geisel “*reafirmava-se o propósito da Revolução de 1964 – caminhava-se para a institucionalização gradativa como desejo nacional e por decisão dos dirigentes revolucionários*” (CIE, 1987: 759).

Corroborando, afirma Passarinho

Entendo que foi o resultado de uma fadiga do poder, que se somou a pressão de base surgida com a eliminação da camisa de força da *pax romana* [em referência à gestão Médici], mas **que o Estado comandou como sujeito da ação**²⁴, e não como objeto dela. Desde o início, os generais-presidentes expressavam a intenção de restaurar o estado de direito democrático. A contestação armada, dirigida pelas diversas facções em que se atomizou o movimento comunista, retardou a distensão. (PASSARINHO, 1997: 476)

A legitimação desse discurso pode ser encontrada nos preceitos defendidos pelos próprios militares, conforme apontado: sua incompatibilidade com a vida político-partidária, a defesa do ideal democrático e da unidade institucional, esta última nitidamente ameaçada pelas disputas internas. Além disso, vale salientar que, nesse contexto, já surgiam as primeiras manifestações políticas de oposição ao regime, a exemplo do resultado das eleições legislativas de 1974, que sinaliza o crescimento do MDB.

Geisel enfatiza que, além dele, também o general Golbery – um dos mais importantes representantes da ESG e mentor da proposta de abertura – e outros oficiais a eles ligados

²⁴ Grifo nosso, não consta do original.

estavam cientes da existência de focos de luta armada. Entendiam, entretanto, que os mesmos encontravam-se enfraquecidos e desestruturados, em virtude da eliminação dos focos mais importantes, percepção reforçada na narrativa do coronel Ustra. Esses resultados levavam a crer que a segurança do país estava garantida. Para diminuir o risco de uma nova escalada da esquerda armada, pretendiam controlar o processo, avançar de maneira cuidadosa, lenta e gradual, sem um prazo rígido e prefixado.

Segundo o presidente, a meta era garantir ao país uma “*democracia relativa*” (D’Araújo; Castro, 1997: 395), eufemismo para um governo que, mesmo acenando com a revogação de leis autoritárias e flexibilizando o regime, criava mecanismos para reprimir e manter o controle das tendências mais radicais.

Questionado a respeito dessa adjetivação, Geisel recupera a atitude conservadora dos militares, mencionando uma suposta incapacidade ou despreparo do povo brasileiro, atrasado e ignorante, para a participação política efetivamente democrática, situação que, segundo eles, acaba por favorecer manipulações e prejudicar a governabilidade. Entende a democracia dita plena como um projeto a ser alcançado, no Brasil, num futuro longínquo. Tal incapacidade também justificaria o papel de sujeito exercido pelo Estado na condução do processo de abertura, apresentado de forma recorrente como uma “*decisão dos dirigentes revolucionários*” (CIE, 1987: 759).

Interessante como, mais uma vez, o discurso nos remete ao Tenentismo e à sua perspectiva de um governo pelo povo, mas sem o povo, o que nos acena para a viabilidade de novas frentes de pesquisa sobre a relação entre os dois momentos da atuação militar na política brasileira, conforme sugerido anteriormente.

Sempre enaltecendo o altruísmo dos militares, a eficiência dos órgãos de segurança e das Forças Armadas (e, em contrapartida, teorizando sobre as razões do fracasso e os erros cometidos pela esquerda), conclui o CIE que

ao fim de dez anos de processo revolucionário, o país experimentara o período de crescimento mais duradouro e a níveis mais elevados de sua história. **Eliminar também as atividades da subversão armada**²⁵. Estavam, pois, criadas todas as condições para buscar saldar os compromissos iniciais da Revolução. (...) Era preciso, agora, restabelecer-se as franquias democráticas e encontrar fórmulas adequadas ao desenvolvimento político. (...). (CIE, 1987: 802)

Devemos ressaltar que os depoimentos de Geisel, Passarinho e do CIE enfatizam que a abertura foi uma decisão deliberada dos militares que dirigiam o Estado, relegando, assim, em suas memórias, as pressões populares ao esquecimento.

²⁵ Grifo nosso, não consta do original.

Contra-pondo-se, Frota avalia que a decisão pela abertura foi precoce, um erro, resultado da análise equivocada da realidade nacional, tendo em vista que *“a subversão, no início do ano de 1975, continuava contida, mas não estava debelada”* (Frota, 2006: 128). Na tentativa de fortalecer sua tese quanto à inadequação do projeto de abertura naquele momento, o general Frota faz uma apresentação bastante ampla dos eventos e das ações que caracterizaram a luta armada no Brasil, cujas primeiras manifestações remontam a 1965, evoluindo, segundo sua visão, para um clima de verdadeira guerra civil entre 1969 e 1972.

Em relação ao tema, o CIE (1987: 757) pondera que o posicionamento receoso dos militares (ligados às atividades de segurança) frente às propostas de reinstitucionalização gradativa derivava do fato de que *“seus conhecimentos sobre essa ameaça eram diferentes e por isso julgavam que esse não era ainda o momento do Estado desfazer-se da ‘armadura’ ”* (CIE, 1987: 757). Note-se que essa justificativa do Centro para o comportamento de uma parte do Exército, contradiz sua afirmação citada anteriormente (vide página 79), de que as atividades de subversão estavam eliminadas. Além disso, sugere certo alheamento da cúpula que dirigia o Estado quanto à real extensão da ameaça ‘subversiva’, situação derivada da autonomia excessiva dos órgãos de segurança, que estavam sob forte influência da ala militar mais radical.

Cabe ressaltar, ainda, que a argumentação do CIE mostra-se inconsistente frente à declaração do coronel Ustra (2011: 435), que chefiou importante órgão de repressão e segurança (DOI/CODI do II Exército/SP) entre 1970 e 1974. Segundo ele, Geisel *“recebeu o governo com a guerrilha urbana bastante atenuada, com as organizações (...) que optaram pela luta armada militarmente derrotadas e politicamente desarticuladas, tendo muitos subversivos refugiados no exterior, outros presos e alguns mortos”*. Tais inconsistências fragilizam a justificativa da linha-dura para a oposição ao projeto de retorno à normalidade constitucional, inclusive sugerindo que as informações produzidas pelos órgãos de segurança, nesse contexto, poderiam estar a serviço dessa posição, sendo, portanto, passíveis de manipulação.

Para Hugo Abreu, nomeado Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República por Geisel ainda em 1974, o país não estava completamente pacificado, mas a subversão fora esmagada - vitória que todos atribuem ao governo Médici -, não configurando problema de relevo ao projeto de abertura. Para ele, o arbítrio necessário para a defesa dos ideais democráticos no governo anterior, não mais se justificava; essa posição é compartilhada por Passarinho, que assumiria um novo mandato de senador pela Arena, em 1975.

Sob governo Geisel, uma suposta escalada comunista é pretexto da linha-dura

Pelas inconsistências observadas, é fácil perceber as dificuldades da linha-dura em sustentar sua argumentação contra a distensão política com base na atuação da guerrilha. Diante disso, o grupo passa a valorizar, em seu discurso, uma suposta recomposição das forças de esquerda, um pretexto para justificar a oposição ao governo Geisel e, quiçá, também as pretensões políticas de Frota e seus aliados. Tal posicionamento revela que esse grupo não quer se sujeitar à realidade, visto que a mesma não mais justifica a intervenção militar.

Nesse sentido, Frota destaca o ressurgimento de manifestações de oposição, envolvendo diferentes setores da sociedade, com destaque para UNE, clero progressista, imprensa, OAB e MDB. Segundo ele, acoitados por um discurso em defesa dos presos políticos e da anistia, da revogação do AI-5, da liberdade de imprensa entre outros, esses indivíduos passaram a fazer pronunciamentos contestatórios e até ofensivos ao movimento de 1964 e ao governo militar.

Para Frota, essas manifestações eram o sintoma nítido do trabalho clandestino e obstinado do PCB, que estaria se infiltrando nos segmentos político, operário, religioso e intelectual, e estimulando a retomada das ações antigoverno. Paralelamente a essa atuação por ele denominada 'liberal', vislumbrava outra estratégia adotada pelo partido, denominada 'nacionalista', que consistia em infiltrar-se no governo de tal maneira que fosse possível dominá-lo renunciando à violência.

Segundo o general, a explicação para essa nova escalada da esquerda estava, justamente, na perspectiva democrática acenada pelo governo, que pelas suas próprias características criava fendas permitindo o domínio comunista gradativo, de acordo com as orientações do Movimento Comunista Internacional.

Note-se que, mais uma vez, o Exército é apresentado como o condutor das massas, percebidas como informes, ingênuas e destituídas de projeto político. Tal concepção é recorrente e marcante nas narrativas estudadas.

A percepção de Frota quanto à escalada comunista é reforçada pelo CIE, segundo o qual

uma possível abertura política era vislumbrada e movimentava os 'exilados'. (...) Ex-terroristas e subversivos rearticulavam-se no exterior, na expectativa de que pudessem surgir oportunidades de retorno e de nova atuação política no país que proclamavam 'agora deverá ser pacífica'. (CIE, 1987: 758)

Novamente contradizendo-se em relação à desarticulação das organizações de esquerda, o Centro (CIE, 1987: 841) identifica, no período de 1974 a 1979, uma nova fase em sua estratégia, denominada fase de “*equilíbrio estratégico*”. Nesse momento, valendo-se da liberdade com a qual acenava o governo, os opositores estariam partindo para uma “*verdadeira operação psicológica*” (CIE, 1987: 842) levada a efeito por intensa propaganda, que abusa no uso de termos como “*direitos humanos*”, “*liberdades democráticas*”, “*tortura, torturados e torturadores*”, “*estado de direito*”, “*ditadura militar*” e “*órgãos de repressão*” (CIE, 1987: 845), fragilizando a crença nas instituições e sensibilizando a sociedade em favor de seu projeto de tomada de poder. Em última análise, aproveitavam-se de garantias legais e democráticas “*para tramar e investir contra essa mesma democracia*” (CIE, 1987: 824).

O discurso recorrente e contraditório se enquadra perfeitamente naquilo que O’Donnell e Schmitter (1988a: 35) chamam de “*esquizofrenia ideológica*”, ou seja, uma incoerência entre as práticas repressivas e cerceadoras que defendem e adotam e o discurso de ênfase na defesa da democracia liberal.

Como principal contendor de Geisel no que se refere às ações da esquerda, Frota constrói sua argumentação como o roteiro de uma obra de suspense. Descreve os supostos sinais da ameaçadora estratégia comunista utilizando afirmações como “*uma inteligente, pertinaz e maliciosa obstinação marxista de invadir e espionar o ambiente democrático*” (Frota, 2006: 220), “*infiltra-se em todos os níveis, colhe informações e domina todo o organismo social*” (Frota, 2006: 364) e “*atingindo as agitações e intranquilidade pública níveis iguais, se não superiores, aos de 1964*” (Frota, 2006: 149). Seu objetivo é criar, ao longo da obra, uma atmosfera de desconfiança e tensão. Num crescente, essa tensão tende a sensibilizar e envolver o leitor frente à ‘*iminência*’ do perigo, justificando o posicionamento contrário à proposta política de Geisel.

Reconhecendo as agitações existentes no meio estudantil durante os primeiros anos do governo Geisel, chama a atenção, no depoimento de Hugo Abreu, as referências aos órgãos de informação.

Desde o início de 1977, vinham os órgãos de segurança e informações acompanhando, com certa apreensão, os sintomas de agitação latente no meio estudantil (...) um problema que se agravava dia a dia. (...) As informações fornecidas pelo SNI davam conta de um movimento nacional de agitação nos moldes do de 1968 que acabaria ‘encostando o governo na parede’ e levando-o a tomar medidas mais drásticas’. (ABREU, 1979: 64-65)

Como mencionamos anteriormente, pode-se observar que a perspectiva de ameaça iminente envolvendo o setor estudantil é, *a priori*, uma leitura dos órgãos de informação, sob controle da linha-dura, portanto, de antemão contrários ao governo e ao seu projeto de

distensão e, obviamente, necessitando de uma justificativa para tal oposição. Para Abreu (1979: 67), então ministro do governo Geisel, era importante, sim, conter tais agitações, “*serenar os ânimos*”; entretanto, defendia que se evitasse o uso de violência, uma vez que identifica os agitadores como ‘estudantes’ e não como ‘comunistas’, como o fazem Frota e o CIE. Devemos destacar, nesse caso, que a escolha dos termos na construção narrativa resultará em efeitos discursivos bastante diferentes aos ouvidos do interlocutor.

As críticas da linha-dura ao pragmatismo da política externa de Geisel

Outro importante alvo de críticas da linha-dura ao governo de Ernesto Geisel foi a política externa, sobretudo por ter reatado relações diplomáticas com a China, reconhecido o governo socialista de Angola e adotado uma posição parcimoniosa em relação ao governo cubano.

Na visão de Frota, essas medidas contribuía para a criação de um clima favorável à ação dos grupos terroristas atuantes no Brasil, até mesmo os mais “*virulentos*”, a exemplo do PC do B. Para o general, essa postura revelava a completa “*falta de coerência com os postulados revolucionários de 1964*” por parte do governo Geisel (Frota, 2006: 191).

Ponderando sobre tais críticas, Hugo Abreu assume posição fundamentalmente contrária à do general Frota. Para melhor avaliarmos o peso de seu posicionamento na análise que faz da realidade nacional, devemos considerar que não se trata da opinião do ministro Hugo Abreu, uma vez que sua exoneração se deu em janeiro de 1978 e o depoimento em questão data de 1979, o que lhe garante grau relativo de neutralidade e revela ser mais um posicionamento pessoal.

Em seu depoimento, reafirma o acerto da mudança na política externa do país. Para ele, o governo mostrou maturidade e garantiu projeção e repercussão internacional favorável ao país, recusando-se a ser subserviente a qualquer nação do mundo, inclusive aos Estados Unidos.

Explicitando esse posicionamento, Geisel declara que sua política externa tomava por base os interesses comerciais e estava em compasso com a posição antiimperialista, anticolonialista e antirracista do governo brasileiro; afirma que, “*embora fosse solidário com os Estados Unidos na política contra o comunismo, não era caudatário deles*” (D’Araújo; Castro, 1997: 342).

A nova orientação era agora pautada pelo “*pragmatismo responsável*” (Abreu, 1979: 38), que Abreu esclarece nestes termos:

respeitados os compromissos assumidos e os direitos das demais nações, a política internacional do Brasil deverá ser pragmática, isto é, a atitude a ser adotada pelo nosso país, em qualquer caso, será aquela que melhor atenda aos interesses do povo brasileiro (ABREU, 1979: 39)

O ministro Hugo Abreu entendia que o governo não poderia negligenciar o potencial econômico-comercial da China comunista. No que se refere às nações africanas, em particular a Angola, afirma que “*a ação diplomática do Brasil, naquele episódio, passará à História como uma das mais argutas e firmes atuações do Itamarati nos últimos anos*” (Abreu, 1979: 55).

Quanto a Cuba, esclarece que a abstenção da diplomacia brasileira derivou da compreensão de que “*nada justificava que se hostilizasse a opinião da maioria da área militar, que eu sabia contrária a qualquer medida simpática a Cuba*”. Para ele esse posicionamento revelava que a área revolucionária - ultrapassada, que ignorava o novo cenário internacional - estava “*ainda muito impressionada com o papel desempenhado pelo governo de Fidel Castro como exportador de comunismo e subversão para a América Latina, inclusive para o Brasil*” (Abreu, 1979: 39, 40).

Confrontando suas declarações, e comparando o potencial das relações comerciais do Brasil com China e Cuba, vemos que a decisão da diplomacia brasileira – em favor da China - derivou, definitivamente, de interesses econômico-comerciais e não político-ideológicos, o que levou o governo Geisel a colocar a opinião da área militar em segundo plano. No caso de Cuba, devido à sua irrelevância comercial, o posicionamento do governo revelou-se estratégico: uma vez que os ganhos para a área econômica seriam nulos, não se justificava o confronto com a linha-dura. Fica nítido que o pragmatismo dos moderados os levava a ignorar, quando conveniente, a obsessão da linha-dura.

A abertura sob pressão

Numa avaliação precisa das pressões que sofria em relação ao projeto de abertura, Geisel constata: “*Se, de um lado, eu tinha que atender ao problema político, ao problema da liberdade de expressão, às prerrogativas próprias da democracia, de outro lado, eu tinha que atender ao setor revolucionário*” (D’Araújo; Castro, 1997, 400). E conclui: a “*luta se travava em duas frentes*” (D’Araújo; Castro, 1997: 420).

Sobre os militares mais radicais, de uma ala das Forças Armadas que pretendia impedir o processo, afirma que era necessário conter sua intransigência. Segundo ele, “*com essa obsessão da conspiração, das coisas comunistas, da esquerda*” (D’Araújo; Castro, 1997: 377) os setores radicais do Exército exigiam a manutenção de um sistema repressivo exageradamente forte e atuante, em descompasso com as pretensões políticas do governo. Sobre a atuação desse grupo de inconformados com a abertura, Passarinho (1997: 433) é sarcástico: tratar-se-ia de uma “*aventura obscurantista, uma espécie de estertor de moribundos*”. A afirmação de Passarinho nos remete, novamente, às dificuldades da linha-dura para apreender a superação da realidade que justificou a intervenção militar em 1964 e que agora se esgotara; a obsessão por manterem-se no controle do Estado os cegava para o cenário nacional e para as demandas da sociedade.

Na mesma medida, Geisel aponta, com especial relevo, que o imediatismo de alguns segmentos da sociedade em favor da redemocratização ameaçava o projeto ‘lento, gradual e seguro’, tornando a situação do governo ainda mais complexa.

O presidente Geisel acredita que a oposição político-partidária presente no parlamento não tenha compreendido sua proposta de liberalização paulatina. Interpretando-a como fraqueza, iniciou duros ataques ao governo, particularmente depois das eleições de 1974, com o avanço do MDB (para o presidente, apenas o primeiro desdobramento da abertura). Geisel alega que, durante seu governo, procurou não interferir na liberdade do Legislativo e que, em decorrência da falta de sensibilidade para o importante momento político vivido pelo país, os parlamentares, muitas vezes, se excediam, ferindo sensibilidades militares e obrigando-o à repressão. Apesar disso, reconhece a necessidade e as vantagens do diálogo com as forças político-partidárias de oposição, pois caso garantisse uma atuação conciliadora, essas elites políticas poderiam se transformar em importantes aliados do projeto de abertura ‘pelo alto’.

Além do parlamento, Geisel imputa à falta de cautela da imprensa e da Igreja Católica - oposição tolerada - a lentidão no processo de abertura, uma vez que sua atuação agressiva, a radicalização de suas propostas e as hostilidades às Forças Armadas fechavam o caminho para o diálogo e exigiam medidas de refluxo do Estado, necessárias para conter os ataques da linha-dura e o fortalecimento do discurso em favor do retrocesso. Vale ressaltar que não aponta a sociedade civil como elemento a ser considerado nessa dinâmica, o que reforça a perspectiva de que o Estado teria sido protagonista do processo de abertura, mantendo pleno controle do mesmo.

Tratava-se de uma situação delicada. Reconhece que era um jogo e que não desejava declarar guerra aberta contra a linha-dura, pois não poderia prescindir do apoio dos militares, sustentáculos do governo. Confessa: *“se eu não agisse contra a oposição com determinadas formas de repressão, inclusive com a cassação, eu perderia terreno junto à área militar. Sobretudo na área mais exacerbada da linha dura”* (D’Araújo; Castro, 1997, 390). Admite, entretanto, que era preciso combater os excessos da repressão e ganhar o apoio da sociedade, de modo a fortalecer o projeto de abertura. O desafio do governo era, enfim, mostrar-se forte, porém não intransigente.

Desse modo, a perspectiva de controle do processo, que inúmeras vezes é destacada nas narrativas, torna-se passível de discussão, visto que “a liberalização não se coloca como uma iniciativa unilateral do poder, ao contrário, ela é proposta como uma ação transitiva que envolve e deve comprometer, necessariamente, os demais poderes do Estado e as principais forças do campo oposicionista” (Velasco e Cruz e Martins, 1983: 46,47).

Afirma Geisel que o governo teria buscado alargar sua base política através do fortalecimento do diálogo com setores chaves, como a OAB e a Igreja²⁶. Entretanto, as ações e as críticas políticas feitas por clérigos progressistas, imiscuindo-se em assuntos de Estado, defendendo opositores e fomentando a subversão, revelavam, segundo Geisel, a infiltração comunista no clero e provocavam retrocessos. Essa temática é bastante explorada pelo CIE (1987), que cita nominalmente a liderança de D. Paulo Evaristo Arns à frente de uma resistência pacífica contra a repressão. Além disso, o órgão critica a Teologia da Libertação e sua suposta proximidade e colaboração para a disseminação da ideologia marxista e comenta a atuação da juventude católica enquanto célula subversiva²⁷. Justifica sua preocupação

²⁶ Em relação a essa última, Geisel identificou, na presença de autoridades religiosas – não cita nomes - em sua cerimônia de posse, uma expectativa positiva em relação a seu governo. Apesar de não entrar em detalhes sobre o assunto, Geisel afirma que Golbery já havia conversado com ‘D. Arns’ sobre a distensão.

²⁷ A atuação e o posicionamento da Igreja Católica em relação à Ditadura Militar já renderam inúmeros estudos acadêmicos que, em linhas gerais, destacam dois aspectos.

Uma primeira perspectiva aponta o apoio da instituição ao golpe de 1964 e ao regime subsequente, visto seu compromisso no combate ao comunismo. Sobre o tema, ver MOTTA, R. P. Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917- 1964). São Paulo: Perspectiva, 2002; RODEGHERO, C. S. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: EDIUPF, 1998; GUISSOLPHI, A. J. O Movimento do Rosário em Família, estratégia anticomunista no Brasil dos anos 60. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

Outra abordagem, mais explorada, investiga os constantes conflitos do regime militar com a chamada ‘ala progressista’ do clero católico. Nesse caso, as pesquisas apontam que esse segmento da Igreja - em consonância com as diretrizes definidas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), posteriormente fortalecidas pela Conferência Episcopal de Medellín (1968) - estimulava a organização e a mobilização popular contra as injustiças sociais e as diferentes formas de opressão. Destaque-se a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) e da Comissão Pastoral da Terra. Essa atuação, estreitamente vinculada à Teologia da Libertação, teria sido interpretada pelo Estado autoritário como ameaçadora e subversiva.

alertando para os “*desvios que a ideologia marxista provoca nesses propósitos cristãos, com o apoio do clero progressista, visando à consecução de seu objetivo de tomada de poder*” (CIE, 1987: 870).

Outra questão preocupante para Geisel era a relativa autonomia dos órgãos de informação e repressão, ponto bastante sensível nas divergências entre Frota e Geisel e também ressaltado pela historiografia. Para o presidente, a criação de órgãos como o CIE, o Cenimar e o Cisa afetou a cadeia de comando e gerou divergências, pois sua atuação extrapolava o âmbito militar, interferindo em questões políticas da alçada exclusiva da presidência da república. Apesar de citar os serviços de informações das três Armas, Geisel destaca particularmente a atuação e o poder do CIE, subordinado diretamente ao ministro do Exército, denotando, assim, a supremacia dessa instituição na intervenção militar. Declara ter sido contra a criação do órgão - obra do governo Costa e Silva - e critica sua independência, fato que fortalecia o Ministro do Exército, Sylvio Frota, seu principal oponente.

O Exército sob ‘ataque’: o caso Wladimir Herzog

Agitando ainda mais o caldo político de meados da década de 1970, o Brasil passaria a ser alvo de denúncias no exterior, particularmente na Europa.

Ao final da década de 1960, frente ao recrudescimento do regime, a resistência à ditadura radicalizou-se e inúmeros religiosos (muitos, declaradamente adeptos do socialismo) envolveram-se nos movimentos de guerrilha, resultando em prisões e mortes.

Nesse contexto, em que as denúncias de violência e tortura contra opositores se intensificaram, observou-se uma tendência menos conciliadora por parte da cúpula da instituição (CNBB - Comissão Nacional dos Bispos do Brasil). Segundo Scott Mainwaring (apud Löwy, 2007: 310), a ‘combinação de uma nova identidade institucional com as novas condições sociais, políticas e econômicas explicam essa mudança’. A partir de então, a Igreja tornou-se importante interlocutora entre a sociedade e o Estado, em defesa dos direitos humanos e de um modelo econômico mais justo. A literatura sobre o tema destaca a atuação de vários religiosos como d. Hélder Câmara, d. Paulo Evaristo Arns, d. Aloísio Lorscheider, d. Pedro Casaldáliga, frei Betto e frei Tito.

Considerando o peso desse embate, Serbin (2001) ressalta a criação da Comissão Bipartite, no início da década de 1970. Trata-se de uma comissão não oficial que tinha por objetivo estabelecer o diálogo entre as altas hierarquias católica e militar, o que revela o interesse de ambos no entendimento mínimo.

Em meio à extensa produção bibliográfica sobre o tema, destacamos: SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra. Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura**. São Paulo: Cia das Letras, 2001; CIRANO, Marcos. **Os caminhos de Dom Hélder. Perseguição e Censura (1964-1980)**. Vol. 2. Recife: Ed. Guararapes, 1983; BOFF, L. **Teologia do Cativo e da Libertação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980; Leonardo BOFF. **A Teologia da Libertação - balanços e perspectivas**, São Paulo: Editora Ática, 1996; ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra o Estado**. São Paulo: Kairós, 1975. LÖWY, M. **As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação**. In: FERREIRA, J. e REIS, D. A. *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964-...)*. Vol. 3. RJ: Civilização Brasileira, 2007. FREI BETTO. **Batismo de Sangue - Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. RJ: Civilização Brasileira, 1982; ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

Para o CIE, tratava-se de uma alternativa à derrota militar da oposição. Procurando enaltecer a ditadura, esclarece essa nova estratégia:

tinha-se a nítida impressão que seus mentores já percebiam a falência da perspectiva de alcançar o poder pela luta armada e que sofriam, mais do que com os reveses impostos aos grupos terroristas, com os êxitos que o governo brasileiro ia alcançando nos campos econômico e social. (CIE, 1987: 596)

Os governos militares brasileiros eram apresentados como regimes de opressão, responsáveis por impingir torturas aos presos políticos, em desrespeito às liberdades individuais e aos direitos humanos. Entre os denunciadores apontados por Frota (2006) e pelo CIE (1987) estão a **Anistia Internacional**, a **Frente Brasileira de Informações** (FBI), que tinham em suas fileiras diversos asilados brasileiros, e o **Tribunal Bertrand Russel**, que condenou o Brasil por crimes contra a humanidade. Essa “*guerra psicológica*” (CIE, 1987: 581), descrita como verdadeiro trabalho de “*desinformatzya*”²⁸, destacando ‘tendenciosamente’ temas de forte apelo emocional, em pouco tempo, criava “*o condicionamento psíquico desejado na população*” (CIE, 1987: 461,462).

Para Frota, sempre em tom apaixonado, eram “*vis e covardes imputações feitas a homens que, sem medir esforços nem temer perigos, lutavam pela preservação do regime democrático*”²⁹ e pela conseqüente tranquilidade da família brasileira” (Frota, 2006: 128). Mais uma vez, insiste em caracterizar o regime como ‘democrático’, ao mesmo tempo em que se opõe ao projeto de abertura e defende a manutenção de uma estrutura repressiva.

Em tom mais ameno, mas na mesma direção, afirma Geisel: “*para mim, no meu conceito, a Anistia é um organismo tendencioso e infiltrado pela esquerda, destinado a explorar essas questões. Não dou à Anistia a credibilidade que se lhe procura dar como organismo internacional*” (D’Araújo; Castro, 1997: 232). Essa percepção é compartilhada pelo CIE, visto que, segundo ele, estariam disseminando uma

verdade própria, unilateral e distorcida sobre os fatos relacionados com o processo revolucionário-terrorista desencadeado no país (...), permitindo denegrir e enxovalhar seus algozes – os órgãos de segurança – buscando, nessa fase, combater o ânimo de seus integrantes, destruir sua moral e acuar-los (...). (CIE, 1987: 845,846)

Em contrapartida, destoando de Geisel, de Frota e do CIE, Hugo Abreu (1979: 59) declara, ao avaliar o Brasil do período e as denúncias apresentadas: “*nós não temos*

²⁸ Segundo Argolo (2012: 305): ‘Desinformação – do russo desinformatzya, designa as estratégias destinadas a manipular a verdade. Disseminada geralmente por meio de exercícios de sondagens (...), publicidade associada ou não a corporações privadas, difusão de boatos, etc. Para a consecução dos objetivos são utilizados artifícios de retórica: mentiras, omissão deliberada sobre os fatos, analogias, eufemismo, adjetivação, *satanização*, uso de metáforas (...). Um dos aspectos pontuais para a consumação desse esforço é o apelo ao medo’.

²⁹ O destaque em negrito não consta do original.

democracia, nós realmente não respeitamos os direitos humanos de nossos cidadãos (...)”. Trata-se da única declaração, entre os autores analisados, a reconhecer abertamente essa realidade, sem preocupar-se com justificativas ou com alegações que minimizem os abusos cometidos pelo Estado.

Em defesa do Exército e, em última análise, do governo, Frota repete inúmeras vezes e com veemência, ter inibido possíveis ações violentas por parte de militares de baixas patentes. Tanto ele quanto o CIE enfatizam que esse trabalho de desmoralização das forças de segurança, em especial das Forças Armadas, feito pelos comunistas que almejavam sua completa extinção, deve ser compreendido como uma necessidade premente para sua nova estratégia rumo à tomada do poder, devendo ser considerada com atenção e responsabilidade.

Contribuindo com essa ‘onda difamatória’, em 1975, o governo enfrentou o caso Herzog. Negando a denúncia de tortura, Frota destaca a exploração política do fato por diversos setores da oposição, em especial clérigos e parlamentares de esquerda, que intensificaram as críticas e a pressão sobre o governo em favor da dissolução ou da restrição das atividades dos órgãos de segurança – tachando-os de *“ninhos de irresponsáveis e sádicos torturadores”* (Frota, 2006: 223).

A intensa campanha desferida contra o Exército, seu alvo principal, configurava, na perspectiva dos ‘linha-dura’, um discurso perigoso visto sua clara pretensão de sensibilizar o leitor, de mexer com suas emoções de modo a interferir no comportamento social e de influenciar sua postura política. Na visão do general Frota, essa estratégia da oposição, aproveitando-se do caso Herzog, apresentava grande potencial desestabilizador, podendo fragilizar ainda mais o regime e, dessa forma, ampliar os espaços de atuação comunista.

Discutindo o tema, afirma o CIE que foram incontáveis os casos de tentativas de suicídio nas prisões impedidas pela eficiente atuação dos responsáveis pelas carceragens, muito bem orientados por seus superiores. Os casos excepcionais, segundo o Centro, permitiam à esquerda uma abordagem generalista, parte importante da estratégia da guerra psicológica. Nesses casos, lamenta: *“se conseguiram uma missa, com toda pompa, em memória do suicida, o que não era difícil dado o empenho dos prelados ‘progressistas’ na ‘desinformatzya’ estava selada a culpa do órgão de segurança aos olhos da população”* (CIE, 1987: 833).

Considerando essa suposta facilidade de manipulação da opinião pública, o CIE faz uma crítica à atuação dos órgãos de segurança e, em última análise, dos governos militares, no que tange à comunicação social. O órgão destaca a relativa ‘ignorância’ em que era mantida a

população acerca das ações terroristas, em função da censura imposta aos meios de comunicação, sobretudo durante a vigência do AI-5.

Desse modo, aprecia, apesar de se garantir certa tranquilidade, criava-se uma falsa sensação de segurança, dificultando a compreensão e cooperação tão indispensáveis nessa luta. Para o Centro, isso foi um equívoco fatal, pois além de abrir espaço para pressões em favor de maior liberdade política, predispunha a população a aceitar, como verdadeiras, falsas versões que denegriam irreversivelmente a imagem do governo - descrito como mais uma *“brutal ditadura militar latino-americana”*, *“contumaz violador dos direitos humanos”* (CIE, 1987: 466) - e dos órgãos de segurança e informação, *“algozes dos subversivos”*.

Seria um *“trabalho de massa”* traiçoeiro e mentiroso, que objetivava à *“deturpação e (...) desmoralização das instituições e dos valores morais e espirituais da nacionalidade”* (CIE, 1987: 812), atingindo, por fim, as Forças Armadas, seu objetivo central, por julgarem-nas o maior obstáculo ao seu projeto de poder (CIE, 1987: 456,457).

Na avaliação de Frota, ao contrário do que esperavam os militares profundamente indignados com a exploração política do caso Herzog, Geisel recusa-se a aplicar o AI-5, ainda vigente, para punir parlamentares ‘injuriosos’ (a exemplo de Francisco Leite Chaves, acusado de envolvimento com o PCB, e que teria feito um discurso altamente ofensivo ao Exército). Para ele, essa atitude, considerada permissiva, não apenas estimularia novas agressões, como de fato ocorreu, mas enfraqueceria as forças fundamentais do regime. A inflexão do discurso de Frota traduz a crescente tensão entre ele e o presidente Geisel; sua narrativa é construída de modo a convencer o leitor de que o ministro estava sendo impelido à reação antigoverno.

Avaliando a questão, Hugo Abreu, que centrou seu depoimento no processo que culminou na exoneração do general Frota, sinaliza que a morte de Herzog é o início do processo de deterioração nas relações do ministro com o presidente. Destaca, com simpatia e adesão, a determinação de Geisel no combate à violência dos órgãos de repressão, pois, segundo ele *“não era possível continuar tolerando tais abusos ou relaxamentos”* (Abreu, 1979: 107). Mais uma vez denotando considerar exageradas as reações de Frota e seu grupo, mas tentando aquietar os ânimos, pondera sobre o discurso de Chaves Leite e conclui: *“analisando o fato a distância, não há tanta inconveniência. O que o senador pedia era o afastamento do Exército de problemas não condizentes com seus altos desígnios”* (Abreu, 1979: 110).

Importante destacar que, apesar de ter-se tornado uma questão emblemática no processo de abertura³⁰, Jarbas Passarinho não dedica a ela uma única linha de sua narrativa. O ‘esquecimento’, nesse caso, pode nos indicar o quão constrangedor foi o evento para o governo e para as Forças Armadas que, possivelmente, preferem riscá-lo da história nacional.

A demissão do general Ednardo D’Ávila Melo

A sociedade ainda não havia superado a comoção pela morte de Herzog e um novo caso abala o país. A morte do sindicalista Manoel Fiel Filho, em 1976, seria a gota d’água para a exoneração do general Ednardo D’Ávila, comandante do II Exército/SP, fato com potencial para desencadear graves e perigosos efeitos políticos, conforme revelam os depoimentos.

Para Frota, a demissão do general deve ser imputada às pressões da esquerda sobre o governo, que muito preocupava os radicais da linha-dura, pois conforme afirma Hugo Abreu, *“ficava claro para todos que a demissão do comandante do II Exército era uma espécie de punição, em consequência da morte de Manoel Fiel Filho”* (Abreu, 1979: 111).

Geisel via o estado de São Paulo como um ponto sensível ao projeto de abertura, em virtude do grau de ‘virulência’ da esquerda que ali atuava e, por decorrência, dos excessos cometidos pela repressão; era importante pacificá-lo. Em sua narrativa, não nega que a repetição desses casos de mortes de indivíduos sob a tutela do Estado fomentava as pressões e críticas da oposição civil (não da esquerda), uma vez que, apontados como violência arbitrária criava ‘heróis’. Além disso, o presidente – que afirma ter aceitado sem contestar o resultado do inquérito sobre a morte de Herzog - chega a supor que esses casos tenham sido uma estratégia de militares da ala radical para desestabilizar o processo de abertura, justificando o pretendido refluxo.

Visivelmente contrariado com o desfecho desse episódio, Frota entende que o presidente Geisel *“no iminente choque político-militar, fez sua opção pelos políticos”* (Frota, 2006: 172). O general acusa o presidente de vilipendiar as Forças Armadas e denuncia seu objetivo de *“subjugar o Exército, reduzindo sua influência, e fortalecer-se junto aos políticos”* (Frota, 2006: 174), visando a garantir apoio para o projeto de liberalização do regime. Em sua capacidade para manobras políticas, afirma Frota, Geisel tornava-se cada vez

³⁰ O ato ecumênico realizado na Catedral da Sé, em SP, foi a primeira grande mobilização popular desde a assinatura do AI-5, em 1978; estima-se que reuniu oito mil pessoas.

mais político e menos militar, postura que depõe contra sua pessoa e revela seu caráter oportunista.

Note-se que o encaminhamento de sua interpretação dos fatos depende muito das considerações valorativas que apresentou no início da obra; nelas encontramos a sustentação de sua narrativa. Genro e Abrão (2010: 19,20) destacam que “a recuperação da memória não se faz (...) sem o confronto de valores”, isso porque carrega uma apreciação moral (Cardoso, 2005). Nesse sentido, desqualificar Geisel, retratá-lo como oportunista pode despertar emoções negativas no leitor o que, segundo Castells (2009), têm peso expressivo no posicionamento político dos indivíduos; trata-se de uma abordagem capaz de garantir a adesão à sua versão.

Insistindo sempre na mesma argumentação, Frota defende que a exoneração do general Ednardo D’Ávila comprova o poder de persuasão das esquerdas junto ao governo, bem como o processo de fragilização da instituição militar - preterida em seu propósito de salvaguardar a nação - em favor dos problemas relacionados com a distensão política, que passam a ser prioritários para o governo. Em outras palavras, “*no confronto da repressão com a subversão, o governo decidiu-se pela subversão, desprestigiando, por conseguinte, o general D’Ávila Melo*” (Frota, 2006: 228).

O ministro do Exército destaca, nesse contexto, o papel da imprensa que, através de ‘marxistas infiltrados’, teria explorado maldosamente os fatos, publicando notas que atingiam a honra do general e do Exército, acirrando a insatisfação dos militares, ao mesmo em tempo que contribuía para sua paralisação ou extinção.

O governo, em sua opinião dirigido por homens de frágeis princípios morais e mais comprometidos com seu projeto político, não inibia tais declarações “*menos por temor do que pela oportunidade de colher lucros eleitoreiros em publicação tão insultuosa em relação ao Exército quão bajulatória ao presidente Geisel, ali incensado como ‘o autor do grande safanão na linha-dura’*” (Frota, 2006: 232).

Segundo relato de Frota (2006: 231), a reação nos meios militares foi intensa, chegando próxima da sublevação: “*Recebi pressões, partidas das mais diferentes áreas, para que me demitisse e tomasse a frente de uma reação contra o governo, que estava traindo a Revolução, insultando o Exército e estimulando a subversão*”.

Em que pesem todas as divergências anteriores entre Frota e Geisel, a crise que culminou com a exoneração do general D’Ávila Melo poderia ser considerada o primeiro

grave choque entre ambos que se tornou público. As observações de Abreu corroboram a versão de Frota, aproximando o leitor da crise iminente.

Entre os oficiais-generais de menor posto (divisão e brigada), grande número demonstrava insatisfação com o modo pelo qual fora demitido o general D'Ávila Mello. Falava-se muito em que o ministro 'havia sido ultrapassado' e devia reagir, e na desmoralização de um general de quatro estrelas, que atingia todo o Exército. (ABREU, 1979: 112)

Para Hugo Abreu, o ministro Frota, mesmo apoiando a decisão presidencial, saiu enfraquecido do episódio junto aos subordinados. Muitos deles consideraram que o mesmo se submeteu ao presidente e não defendeu o Exército. Por outro lado, Frota teria sido acusado por aliados de Geisel – o grupo 'palaciano' -, de aliciar o Exército contra o presidente, o que também contribuiu para o desgaste da relação de ambos.

Vale destacar uma observação de Abreu acerca do episódio:

Hoje, passados mais de três anos, estou certo de que o acaso talvez tenha salvo o presidente Geisel de haver sido deposto na ocasião. Se o general Frota tivesse tido conhecimento, no sábado ou no domingo, do que acontecera em São Paulo [referindo-se ao caso Fiel Filho], não sei qual teria sido sua atitude. É possível que tivesse sido contaminado pela reação iniciada no exército contra o ato de Geisel. E, sem o apoio de Frota, seria de todo impossível segurar a reação que se esboçava. (ABREU, 1979: 113)

A declaração do general - que considera o fato "*a primeira das grandes crises militares que abalaram o governo Geisel*" (Abreu, 1979, 111) – traduz a gravidade desse momento e revela certa fragilidade do governo. Além disso, ressalta o grau de lealdade dos comandados de Frota à sua liderança, com real potencial para abalar a autoridade do próprio presidente e, por extensão, o projeto de abertura.

Seguindo a tendência de toda a obra, novamente Frota demonstra certo deslocamento da realidade, ao explicar os fatos recorrendo à tese da conspiração. Na avaliação do então ministro do exército, essa crise envolvendo o II Exército e seu desfecho teriam sido planejados, contribuindo com o intento do governo de neutralizar a oficialidade no que tange aos assuntos políticos, angariar o apoio das esquerdas e da opinião pública ao presidente Geisel, que, ao final, "*sensibilizou as multidões, atraiu-lhe a benevolência dos setores religiosos radicais e aplausos dos opositores*" (Frota, 2006: 238). Segundo ele, o apoio desses setores ao projeto de abertura dependia do afastamento de lideranças militares ditas radicais por seu posicionamento moral e ético firmes em defesa dos ideais revolucionários.

Geisel, de seu posto de presidente, afirma que se tratava de uma situação delicada. Reconhece que, para salvar o projeto de abertura havia a necessidade de equacionar as divergências e os excessos cometidos por ambas as partes. Isso exigia muita cautela e flexibilidade por parte do governo, cujas decisões, incompreendidas, eram interpretadas como

fraqueza e dubiedade de posição, rendendo duras críticas. Essa flexibilidade, afirma, não é sinônimo de fraqueza moral, mas uma necessidade imposta pela atividade política: “*Querer fazer política com rigidez? É absolutamente impossível*” (D’Araújo; Castro, 1997: 400).

Ao rebater essas acusações, o presidente parece não se importar muito com o julgamento da opinião pública, como se reconhecesse as críticas como inerentes ao jogo político, como o fardo ‘natural’ do cargo que ocupava.

Segundo a narrativa de Frota (2006: 363), com o tempo, o alvo principal dessa operação política de neutralização das forças de segurança seria ele próprio, ministro do Exército, à medida que vinha se transformando em um “*ponto de universal convergência de todos os que temiam a desmoralização do sistema revolucionário e a crescente ameaça comunista*”. A fala indica a existência de um expressivo grupo, no meio militar, que se opunha ao projeto do governo. Na perspectiva desse grupo,

corríamos o risco de perder o controle da situação e dar azo aos marxistas para reiniciarem, com êxito, suas atividades, através das costumeiras agitações. O exército deveria, paulatinamente, transferir os encargos de segurança interna, mas isto exigiria tempo e um planejamento exequível. Fazê-lo naquele momento, seria uma temeridade, uma precipitação imperdoável (FROTA, 2006: 132).

Citando como exemplos os governos de Castelo Branco, Costa e Silva e Médici, Frota afirma que todos foram obrigados a recuar em seus propósitos redemocratizantes, sendo levados à manutenção e até à expansão do aparato repressivo, em virtude da percepção de que pelas sendas abertas “*penetraram os subversivos e terroristas, atingindo as agitações e intranquilidade pública níveis iguais, se não superiores, aos de 1964*” (Frota, 2006: 149). Logo, avalia que abrir mão desse aparato, de maneira irresponsável, poderia ter consequências muito sérias e levar a um recrudescimento ainda maior.

A tese da ‘esquerdização’ do governo Geisel

Desde que assumira, em 1974, Geisel procurou fortalecer a lógica que norteou sua administração - mais desenvolvimento e menos repressão -, partindo da premissa, defendida pela ESG, de que era necessário combater problemas sócio-econômicos para solapar as condições que favoreciam a disseminação do comunismo. Tal orientação era definida como de “*amplitudes democráticas*”, subordinadas “*ao desenvolvimento e à eliminação das tensões, que tolhem o progresso da nação e o bem-estar do povo*” (Frota, 2006: 147,148).

Ao avaliar o governo, e revelando as dificuldades enfrentadas nesse contexto para sustentar a legitimidade do regime militar³¹, Frota recorre ao mesmo argumento, a essa altura bastante desgastado: o combate ao comunismo.

Assim, ressalta que eliminar as tensões não poderia significar ser benevolente com o comunismo, tido como uma ameaça ainda real. Para ele, a decisão pela abertura expunha a personalidade pretensiosa de Geisel e de seu grupo, que ignoravam a opinião de outros núcleos da administração, como as Forças Armadas e o Congresso Nacional, bem como a conjuntura nacional e os imperativos de segurança. Afirma que sua tolerância para com os inimigos do regime seria fatal para o projeto revolucionário – cujo conteúdo, cabe ressaltar, é apontado de maneira muito superficial e generalista. Insiste em afirmar que esse grupo havia traído os ideais mais puros dos longínquos anos 1920 e que seu oportunismo e pragmatismo faziam sucumbir valores fundamentais do pensamento militar.

Contrariamente, afirma Passarinho (1997: 460) que, ao mesmo tempo em que o governo encaminhava reformas liberalizantes, procurava criar “*instrumentos indiscutivelmente ágeis e eficientes contra a ação subversiva, onipresente e sempre apta a manifestar-se, por todos os meios*”. Em outras palavras, o presidente não estaria sendo irresponsável, negligente ou benevolente, como afirmou Frota.

Insistindo em sua tese, Frota identifica o agravamento dessa situação, na medida em que, segundo ele, no início de 1977, a infiltração comunista atingia, escancaradamente, setores das administrações públicas federal e estadual. Cita um documento ao qual teve acesso, e que consta de anexo, no qual Francisco Julião, conhecido líder comunista, teria afirmado em 1975, no México, que o Brasil, sob a administração Geisel, mudava de fisionomia, que “*o general Ernesto Geisel está convencido de que o Brasil deve abraçar o pluralismo ideológico e inclinar-se para onde se inclinam os povos da América Latina (...)*”, e, literalmente, declara: “*Geisel já está contando com a colaboração de elementos nossos, em certos ministérios*” (Frota, 2006: 137,138).

Tendo denunciado tal situação, constatou que a mesma já era de conhecimento do então chefe do SNI, general João Baptista de Oliveira Figueiredo. Encontrava, portanto, um governo complacente, que permitia a esses elementos “*que permanecessem intocáveis em suas atividades desagregadoras*”, atitude que não o teria surpreendido, pois “*sabia de seus pendores esquerdistas (...)*”. (Frota, 2006: 364).

³¹ Importante destacarmos que, ao final da década de 1970, a retração da economia mundial contribuía para o esgotamento do modelo desenvolvimentista do regime militar. Internamente, os problemas se aprofundavam, com o crescimento da crise econômica, da inflação e o retorno das greves. Essa conjuntura alimentava conflitos e tensões, corroendo o discurso legitimador sustentado pelos ‘avanços’ do milagre.

Essa afirmação é crucial na interpretação dos militares linha-dura acerca da decisão em favor da abertura implementada pelo presidente Geisel: **esquerdização**. Para Frota, essa tendência, perceptível desde o início de seu governo, em pouco tempo tornar-se-ia uma *“obsessiva marcha para a esquerda”* (Frota, 2006: 118), afirmação que atinge o grau máximo de intensidade retórica de toda a obra, seu clímax. A constatação, afirma, não era especulação, mas decorria de *“fatos incontestáveis”* (Frota, 2006: 558), a exemplo da política externa do pragmatismo responsável, adotada pelo governo.

Descrevendo-o como um paranoico, Geisel comenta, irônico, as denúncias de Frota sobre a infiltração comunista em seu governo. Afirma que, em função dessa postura, passou a analisar com maior crivo as informações que lhe chegavam pelas mãos do ministro, pois *“frequentemente eram apaixonadas, nem sempre eram isentas”* (D’Araújo; Castro, 1997: 368).

Não obstante, Frota afirma que as denúncias de esquerdização não derivavam somente dessas medidas nos campos da política interna e externa, mas de declarações que poderiam dirimir qualquer dúvida, tais como a citada a seguir, de Geisel para o então Ministro do Exército: *“tu sabes perfeitamente que eu não sou infenso às esquerdas...”* (Frota, 2006: 367).

Declaração tão incisiva esclarece a tese-título de seu livro – Ideais Traídos - de que a revolução estava sendo traída, uma vez que, sendo uma de suas finalidades principais justamente o combate ao marxismo, nada mais incoerente do que ser conduzida por um governo a ele obsequioso. Para Frota, eram indícios irrefutáveis de que o país, *“havia tempos (...) tornara-se UM PAÍS QUE VAI PARA A ESQUERDA”*³² - parafraseando propaganda do governo Médici -, *“lema mais adequado às tendências dos homens do governo Geisel”* (Frota, 2006: 556).

O ministro do exército salienta, ainda, que a repercussão negativa desse quadro no exterior já podia ser sentida, a exemplo do Chile de Pinochet - segundo Frota (2006: 274), um governo *“adepto fervoroso da democracia”* -, onde pairavam dúvidas acerca da orientação política do governo brasileiro, conforme pode verificar em viagem oficial feita a esse país, em 1976.

Verifica-se, portanto, que as divergências entre ambos se ampliavam com o passar dos anos, pois, na perspectiva de Frota, eram fundadas em uma polarização ideológica. Destaque-se que, como Ministro do Exército, Sylvio Frota tornava-se cada vez mais influente dentro das Forças Armadas, vindo a tornar-se a liderança decisiva da linha-dura, em função de um

³² O destaque em caixa alta é do próprio autor.

comportamento e de uma postura cujo radicalismo era compatível com os anseios desse grupo.

Quando o assunto era o combate aos comunistas, a incompatibilidade era ainda mais nítida. Isso porque, para Frota e seus aliados, era imprescindível continuar um trabalho intensivo de repressão, uma vez que consideravam a atuação dos chamados terroristas, ainda naquele momento, como altamente ameaçadora.

Contra-argumentando, e sem negligenciar o perigo, já bastante atenuado, representado pelos radicais de oposição, Geisel dirige ao ministro um questionamento ilustrativo do ponto crítico que suas relações atingiam:

se o comunismo está sendo combatido desde 1935 e nós já estamos além de 1970 e ele está cada vez mais forte, cada vez mais poderoso, então o método de luta que estamos adotando não serve, está errado! A solução atual de matar, de esfolar, de brigar não serve (...). (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997: 365).

O 'diálogo', pelo tom incisivo e impaciente do presidente é indicativo da crise política que se avizinhava, momento que se revelará decisivo para a própria abertura. Julgando que a ameaça comunista estava sob controle – ou que a estratégia da repressão estava equivocada, como afirmou -, o governo insistia em priorizar o desenvolvimento em lugar da segurança, visto entender que o combate ao comunismo também passava pelo problema econômico e social. Essa formulação teórica, que nos remete à ESG, explicaria os investimentos realizados com a implementação do II PND, a partir de dezembro de 1974.

Rebatendo as críticas de Frota à sua política econômica - acusada de ser estatizante, de encaminhar o país para um capitalismo de Estado, antessala do comunismo -, Geisel afirma que o *“Estado tem que dirigir”* (D'Araújo; Castro, 1997: 253). Para ele, a intervenção estatal na economia, assumindo funções e estimulando setores que não podem ser sustentados pela iniciativa privada, não denota adesão ao comunismo; ao contrário, trata-se de um caminho imprescindível para o desenvolvimento de um país cuja trajetória histórica é de atraso e dependência, logo, é uma estratégia anticomunista. Note-se que, mesmo quando a discussão aborda questões econômicas, o que sobressai é a disputa ideológica.

Diante de tamanhas discordâncias, Frota entendia que a fidelidade ao presidente *“importava na infidelidade à Revolução, visto que seu procedimento chocava-se ideologicamente com o pensamento basilar do Movimento de 1964, que era e é de combater o comunismo e seus comparsas da luta ascensional ao poder, isto é, os homens de esquerda”* (Frota, 2006: 629).

Trata-se de um embate inesgotável. As divergências, inconciliáveis, irremediavelmente levariam ao choque entre ambos, visto que contaminaram o processo de sucessão presidencial, transformando-a no momento derradeiro para os rumos da distensão.

O embate final: a exoneração de Frota e a sucessão presidencial de Geisel

O momento crítico da disputa política entre o presidente da república e o ministro do Exército, cuja tensão crescente é facilmente observada, foi a sucessão presidencial. É possível apreender essa luta pelo poder, cujos protagonistas foram Ernesto Geisel e Sylvio Frota, como o auge da dissensão, iniciada em 1964, entre moderados e duros. Para a linha-dura, era o momento limite na tentativa de reverter os avanços políticos rumo à liquidação da ditadura. A exoneração de Frota, em outubro de 1977, simbolizaria a derrota dessa pretensão.

Geisel afirma que a questão sucessória era parte imprescindível do projeto de abertura, percepção confirmada pelo destaque que Frota e Hugo Abreu dispensam ao tema. Sem nenhuma dúvida, entende-se que controlar a escolha do sucessor garantiria a perpetuação de seu grupo político à frente do poder, dando continuidade à distensão.

Nessa perspectiva, Geisel analisa algumas reformas políticas que realizou, com destaque para a aprovação da Lei Falcão (1976) e do Pacote de Abril (1977). Segundo ele, objetivavam diminuir as áreas de tensão e garantir melhores condições para o futuro governo, projetando o desfecho do processo de abertura. Enfatiza que foi preciso vencer resistências e mesmo posturas desafiadoras da oposição presente no Legislativo.

Sem nenhuma ênfase, cita a revogação do AI-5. Entendia que “*o país não podia continuar a viver eternamente num regime anormal*” (D’Araújo; Castro, 1997: 398), sendo necessário criar condições para a anistia, a ser decretada em breve. Importante percebermos a correlação direta, estabelecida pelo presidente, entre o fim do AI-5 e a anistia, que despontam como componentes centrais da distensão. Além disso, a falta de entusiasmo ao comentar o tema nos permite avaliar as diferenças expressivas quanto ao significado do AI-5 (e de sua revogação) para o Estado e para a sociedade. Para o Estado, trata-se, apenas, de mais uma medida de caráter jurídico rumo à normalidade democrática. Para a sociedade, a revogação do Ato que se tornou símbolo da opressão abria espaços para um novo padrão de comportamento político, o restabelecimento de sua condição de sujeito capaz de interferir nos rumos da política nacional.

Comentando tais reformas, particularmente a extensão do mandato presidencial para seis anos, Passarinho (1997: 451) adota um discurso bem mais direto: tratava-se de “*medida cautelar, inspirada na lição das eleições de 1974*”, ou seja, uma estratégia contra o avanço político-eleitoral da oposição, uma ameaça às pretensões políticas de Geisel que, ao que parece, não tinha pleno domínio do processo. Desse modo, reconhece as eleições como expressão da vontade popular e empenha-se em esvaziar esse instrumento de participação e pressão política.

Para Frota, as reformas comprovam, mais uma vez, a falta de ética e o oportunismo de Geisel. Segundo ele, o presidente teria emperrado todas as possibilidades de negociação com a oposição acerca da reforma do Judiciário, de modo a levar a solução do problema ao fechamento do Congresso Nacional e, à revelia deste, garantir a aprovação do Pacote de Abril. Corroborando com o argumento, declara Hugo Abreu:

Desde março, o grupo palaciano começou a criar condições para a edição do Pacote de Abril (...) criando uma série de óbices contra qualquer acordo com o MDB para a votação da Emenda constitucional relacionada com a reforma do Poder Judiciário. (Abreu, 1979: 86,87).

Nestas circunstâncias, denuncia Frota, o presidente teria aprovado as medidas que garantiriam o continuísmo, sobretudo em virtude da extensão do mandato presidencial para seis anos e da criação do ‘senador biônico’. Para o general Frota (2006: 460), mais uma jogada estratégica “*da cavilosa contra-revolução branca do general Ernesto Geisel*”, agindo como os governos totalitários, que “*fabricam as leis para assegurar sua permanência no poder*” (Frota, 2006: 347).

Geisel afirma que, após consultar lideranças militares e políticas, se convenceu da inviabilidade de uma candidatura civil. Em vista dos desafios que se avizinhavam, declara abertamente: “*o problema fundamental na escolha do meu sucessor, com a abertura que se pretendia fazer, era assegurar a continuidade dessa ação e, bem assim, assegurar ao novo governo a indispensável estabilidade*” (D’Araújo; Castro, 1997: 412).

Com esse intento, Frota salienta que o presidente teria realizado inúmeras manobras, algumas delas descritas em sua obra. O termo ‘manobra’, citado repetidas vezes, tem a clara intenção de atingir a imagem do presidente. Afirma que desde o início de seu governo, precocemente vislumbrando a sucessão, o general-de-brigada João Baptista de Oliveira Figueiredo, Chefe do SNI, já era candidato potencial e preferido por Geisel.

As alegações de Frota soam críveis, sobretudo quando se atenta para a data em que foi definida a candidatura de Figueiredo: janeiro de 1978. Ao comentar as citadas reformas políticas realizadas entre 1976 e 1977, Geisel declara que tais medidas foram aprovadas

visando a “*habilitar politicamente o país para que o novo presidente pudesse enfrentar o problema da abertura e assim governar*”. Enfatiza esperar que o futuro governante tivesse condições de “*continuar no caminho de acabar com os resquícios próprios da revolução*” e que foram aprovadas “*com o conhecimento do Figueiredo*”³³ (D’Araújo; Castro, 1997: 394,395). É provável que, desde então, Geisel o avaliasse como possível sucessor, sem considerar o posicionamento das Forças Armadas.

Contra a indicação de Figueiredo havia a questão hierárquica, cujo peso nos meios militares é decisivo. Segundo a ESG (2009: 71, v. 2), além da disciplina, a hierarquia é um dos fundamentos das Forças Armadas. São elementos “*garantidores da coesão (...), os pilares das Instituições Militares*”. Ao encontro dessa premissa, declara Frota (2006: 382): sua “*violação (...) tornava-se, na mentalidade militar, inaceitável*”. Assim, denuncia que, pretendendo garantir a Figueiredo a posição necessária para sua ascensão dentro da hierarquia militar, Geisel procurou eliminar empecilhos de ordem moral ou constrangimentos institucionais, manipulando promoções para controlar a composição do Alto Comando Revolucionário, de modo a adequá-lo a seus futuros propósitos políticos.

Para Frota, ao ignorar o critério fundamental do mérito militar na definição das promoções, o presidente agia como político e ameaçava a estabilidade da instituição. Estaria também “*ceifando os verdadeiros revolucionários*” (Frota, 2006: 398), designação que, lamenta Frota, vinha se tornando depreciativa, sinônimo de radical, termo utilizado para definir “*os que não comungavam das ideias de esquerda dos ocupantes do palácio do Planalto*” (Frota, 2006: 389).

Interessante salientar que, a partir desse ponto, a avaliação de Frota quanto às ‘manobras’ realizadas em torno da questão sucessória será reforçada pela narrativa de Hugo Abreu. Este dedica parte expressiva de seu livro a descrever a “*campanha externa para conseguir fabricar a imagem do candidato [no caso, Figueiredo] até então completamente desconhecido do meio político e da opinião pública, e muito pouco conhecido no meio militar*” (Abreu, 1979: 89).

Para reforçar seu depoimento, Abreu descreve inúmeros fatos, denunciando “*atividades subterrâneas*” do chamado grupo palaciano (Abreu, 1979: 88), “*episódios ora grotescos, ora até cômicos, envolvendo intimidação, suborno e mistificação*” (Abreu, 1979: 94). O seu alvo principal é sempre o general Golbery, a quem se refere utilizando termos

³³ Grifo nosso, não consta do original.

pejorativos - falsidade, cinismo, mentiroso – e com uma repulsa moral que transborda do texto. Cabe ressaltar que o depoimento de Geisel sutilmente revela o protagonismo do general Golbery em sua equipe de governo, conforme apontaram Abreu e Frota.

Tecendo considerações sobre a aprovação das reformas de 1976 e 1977, apontadas por Frota como estratégia para o controle da sucessão, afirma:

Tenho quase certeza de que o presidente Geisel não participou da farsa inicial. (...) Assim Golbery impôs sozinho, a toda a Nação, uma série de medidas que atendiam a seus interesses pessoais, aos interesses de seus amigos e talvez mesmo aos interesses de suas estimadas multinacionais. (Abreu, 1979: 69,70)

Diante dessa convicção, teria alertado o presidente sobre as maquinações que envolviam o ministro Chefe da Casa Civil, general Golbery.

Afirmei-lhe que muitas dessas manobras traziam tamanho desgaste à autoridade do presidente que ficava parecendo ser exatamente esta a intenção do grupo, como forma de tornar mais fácil, no futuro, a imposição do nome de Figueiredo como fato consumado. (ABREU, 1979: 129,130)

Nitidamente, sua narrativa evolui de uma postura mais benevolente, quando trata dos primeiros anos do governo Geisel, para uma crítica mordaz, ora indignada, ora incrédula, após a indicação de Figueiredo para a sucessão presidencial.

Chama atenção a defesa que faz de Geisel, supostamente enredado em uma farsa “*maquiavélica, torpe, monstruosa e doentia*”, articulada pelo “*grupo palaciano*” – “*Falcão, Petrônio Portella, Francelino, Marco Maciel, Heitor e Figueiredo*” (Abreu, 1979: 70) - sob a liderança de Golbery.

Segundo o ministro da Casa Militar, general Hugo Abreu, havia uma predisposição quase belicosa por parte da ala moderada em torno da indicação do sucessor de Geisel. Segundo ele, o “*grupo palaciano*” que ele chega a comparar a mafiosos, estava preparado para uma verdadeira “*guerra de extermínio*” (Abreu, 1979: 79) para impor o nome de seu candidato ao presidente e à Nação. Com esse intento, e recuperando os primeiros embates no interior do Exército, destaca que

(...) os próprios elementos do grupo [de Golbery] costumam afirmar que o nome de Figueiredo foi escolhido (...) quando se iniciavam os primeiros passos para a constituição do governo Geisel, ou seja, portanto, no final de 1973 ou princípios de 1974. Alegam que, quando da escolha do sucessor do saudoso presidente Castello Branco, em 1966, eles haviam sido surpreendidos e derrotados pelo grupo que escolheu e impôs a candidatura Costa e Silva. (ABREU, 1979: 77)

Mais uma vez, tende a minimizar o envolvimento de Geisel nessas ‘manobras escusas’, insistindo no fato de que o presidente não tinha nenhum compromisso com qualquer candidatura e que, fazendo uso da prerrogativa que tinha na indicação do sucessor, e dela não

abrindo mão, ordenou, em documento oficial, que fosse postergada a discussão aberta sobre o tema nos meios políticos até o ano de 1978. Por fim, Hugo Abreu (1979: 87) sentencia: “*seu mal terá sido deixar-se envolver pela manobra do grupo, à qual acabou aderindo, no final*”.

Frota, corroborando, afirma:

Tínhamos, o presidente Geisel e eu, um compromisso de honra com a Nação – de não tratar do problema sucessório antes do ano de 1978. Honrei-o até o último instante em que fui ministro. Seus auxiliares diretos, todavia, agiram de forma contrária às suas afirmações públicas. (FROTA, 2006: 451).

O próprio Geisel insiste, com veemência, que teria dado essa orientação, alegando a defesa da estabilidade política e dos interesses nacionais. Tal declaração, entretanto, contrasta com suas afirmações anteriores, quando cita o aval de Figueiredo – tratando-o já então como o sucessor – para as reformas de 1976-1977. A inconsistência das declarações de Geisel reforçam as suspeitas de Frota de que as articulações de bastidores em torno da indicação de Figueiredo tiveram a anuência do presidente.

A importância desse momento para os rumos da política nacional fica muito nítida pelo destaque das narrativas de Geisel, Frota e Hugo Abreu à disputa pela sucessão presidencial, tema que surge nas discussões do período muito precocemente. Trata-se de uma conjuntura decisiva, mas pouco estudada.

Aprofundando o debate, Abreu (1979: 160) destaca que o problema não se resumia apenas aos ardis utilizados para garantir essa indicação, mas passava pela inviabilidade do candidato em questão, pois o “*considerava inteiramente **despreparado** para a função (...). Além de **fraco intelectualmente** e de **pouca cultura** (...) era **omisso** e procedera **deslealmente** para com o Chefe da Nação em várias oportunidades*”. Como se não bastasse, em sua opinião, “*não merecia a confiança das Forças Armadas, não tinha qualquer apoio político ou popular, e estava comprometido com grupos econômicos já engajados em sua candidatura*” (Abreu, 1979: 182), com os quais teria “*compromissos **pouco éticos***” (Abreu, 1979: 157)³⁴. Desse modo, insiste: “*a fragilidade do candidato, como é óbvio, não serviria à pretendida institucionalização política do país*” (Abreu, 1979: 157).

Como se pode perceber pela adjetivação desqualificadora, a aversão à candidatura Figueiredo não era exclusividade da linha-dura. Incluía, nesse caso, o general Hugo Abreu, declaradamente favorável à abertura política e identificado, em outros tempos, como ‘castelista’, situação que foge à lógica da disputa política central. Aliás, é relevante salientar que o depoimento de Hugo Abreu mostrou-se um ponto de intersecção muito interessante

³⁴ Os grifos, em negrito, não constam do original.

entre os depoimentos de Geisel e Frota; num primeiro momento, identifica-se mais com o presidente Geisel e, à medida que a questão sucessória aproxima-se, tende a concordar com a avaliação de Frota, reforçando-a.

O fato é que, apesar disso, Geisel anunciaria, nos primeiros dias de janeiro de 1978, a indicação de Figueiredo, cuja experiência vinha de passagens pelos governos anteriores, inclusive pela direção do SNI, como seu candidato à sucessão. Sua opção é explicada nestes termos:

Tinha uma experiência e uma visão muito grande das coisas, da estrutura governamental, dos problemas nacionais. (...) Não havia ninguém que tivesse tanta identificação com o governo do Brasil (...). Tinha muito bom conceito dentro do Exército e estava identificado com o meu projeto de abertura (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997: 412).

Esse último elemento mostra-se decisivo na escolha, uma vez que *“o compromisso que o Figueiredo tinha (...) era prosseguir na normalização do país”* (D'Araújo e Castro, 1997: 398).

Frota não nega seu desagrado quanto ao nome indicado. Considerava Figueiredo *“um homem mais político do que militar (...) um homem sem convicções”* (Frota, 2006: 460); para ele, sua eleição

seria uma calamidade para a exausta Revolução, a necessitar de uma urgente reintegração em seus lídimos princípios e não de uma fase de concessões ilimitadas, que fatalmente levarão este país a situações difícilímas. O general Figueiredo eleito presidente significaria, ainda, a continuação, à frente dos destinos do país, do grupelho palaciano que, desde 1974, vinha desgastando a Revolução de 31 de março e cuja presença no palácio do Planalto poderia, quando muito, em nome da unidade revolucionária, já bastante abalada, ser tolerada até o fim do mandato de Ernesto Geisel. **Sua permanência no poder seria... catastrófica e inaceitável.**³⁵ (FROTA, 2006: 460)

Está claro que a oposição de Frota ao nome de Figueiredo reflete a oposição ao processo de abertura implementado, segundo o próprio Frota, antes de se esgotarem os propósitos revolucionários, sobretudo no que se refere à estabilização política. Diferente do que se observou até esse ponto da narrativa, Frota explicita sua predisposição para a resistência (conforme se pode perceber no trecho acima), algo que negará com veemência quando acusado de articular um golpe, às vésperas de sua exoneração.

Apesar de reconhecer a autoridade do presidente no que tange à sucessão, e em tom bastante altruísta, Frota afirma que *“não concebia que a escolha definitiva ocorresse sem o conhecimento e anuência das Forças Armadas”* (Frota, 2006: 323); estas, por sua vez, *“não prescindiriam desta participação, visto que eram as responsáveis perante a Nação pelos*

³⁵ O grifo, em negrito, não consta do original.

êxitos e fracassos da Revolução de 1964. (...) Do contrário, seria aliená-las da decisão vital aos destinos revolucionários” (Frota, 2006: 436).

Geisel, por sua vez, tem outra explicação para a oposição de Frota ao nome de Figueiredo. Acusa-o de, desde 1976, articular apoio e preparar o terreno para sua candidatura, à revelia da presidência. Mesmo desautorizado, Frota teria iniciado uma campanha de bastidores, atraindo políticos do Senado e da Câmara; parecia estar decidido a “*ser o candidato dos que eram pela repressão*” (D’Araújo; Castro, 1997: 404). Geisel ironiza: “*Meteram na cabeça do Frota que ele é que tinha que salvar o país do comunismo. Daí ele acabou endossando a campanha para fazê-lo presidente da República (...)*” (D’Araújo; Castro, 1997: 363).

No momento seguinte, demonstrando preocupação, Geisel afirma que os boatos de uma suposta candidatura à presidência do ministro do Exército começaram a ganhar força, tanto nos meios políticos como militares. Abreu (1979: 123) cita os comentários correntes: “*dizia-se haver mais de oitenta congressistas já empenhados e era fácil prever que numerosos adesistas viriam engrossar as fileiras ‘frotistas’ em caso de possibilidade de vitória*”.

Frota, rebatendo as acusações de Geisel e aproximando-se da versão de Abreu, ressalta que o debate acerca da viabilidade do lançamento de seu nome ocorreu à sua revelia: “*(...) no Congresso, começavam a surgir citações mais constantes do meu nome, insinuando a possibilidade de ser candidato à Presidente da República*” (Frota, 2006: 451). De sua parte, salienta: “*nunca disse a ninguém que me julgava presidenciável (...) no entanto fui assediado, sob uma série de argumentos, por amigos, colegas e políticos, para que me manifestasse favoravelmente neste sentido*” (Frota, 2006: 452).

Examinando com atenção o peso político e militar do Exército no golpe de 1964, as lideranças à frente do projeto de liberalização reconheciam que a posição assumida pelo ministro do Exército não poderia ser negligenciada. Para Geisel, as articulações de Frota caminhavam no sentido de tornar sua candidatura uma exigência dos oficiais, o que impossibilitaria uma recusa por parte do Planalto.

Mais uma vez, o depoimento de Hugo Abreu se destaca como o fiel da balança. Por um lado, entende que “*Frota como ministro do Exército era considerado como candidato natural, mas grande parte das notícias sobre sua candidatura eram forjadas pelo próprio grupo cuja sobrevivência dependia da candidatura Figueiredo*” (Abreu, 1979: 119). Apesar disso, pondera, deixando uma dúvida no ar.

É difícil dizer até que ponto o ministro Frota já se deixara envolver por tais articulações e até que ponto eram elas conduzidas à sua revelia. (...) O próprio general Frota me declarou, após ter saído do ministério, que nunca tiveram o seu beneplácito. Creio, contudo, que diante das maquinações e intrigas do grupo palaciano, Frota passou realmente a vetar a tentativa de imposição da candidatura Figueiredo. E, nessas condições, deve ter pensado que o melhor meio de se opor às manobras do grupo seria admitir a sua própria candidatura. Seria, pelo menos, uma forma de criar um impasse para anular a candidatura palaciana. O fato é que Frota sempre desestimulara qualquer articulação de seu nome, mas passou, nos últimos dias, a fazer vista grossa com relação às ostensivas articulações em curso. (ABREU, 1979: 122)

Frota avalia que a possibilidade de ser um candidato natural preferido pelas hostes militares à sucessão presidencial – pretensão que nega peremptoriamente - preocupava Geisel e seus aliados, o que é confirmado pelo depoimento de Hugo Abreu (1979: 80): “*o general Golbery alertava o presidente, inclusive na minha presença, sobre a necessidade de ter cuidado para que o novo ministro do Exército não viesse a se transformar em um novo Costa e Silva*”.

Esse temor é apontado por Frota como responsável pelas articulações sigilosas para desmontar sua imagem enquanto ministro, transformando-o em elemento perturbador e justificando uma possível exoneração. De acordo com Frota, que descreve esse momento de maneira muito rica, o objetivo era expô-lo à execração pública por meio de intrigas e calúnias orquestradas pelo ministro Chefe da Casa Civil, general Golbery, o “*magô da abertura*” (Frota, 2006: 501), e por outros assessores inescrupulosos do Planalto.

Hugo Abreu (1979: 114) menciona tais articulações: “*a imprensa era incentivada [pelo grupo palaciano] a apresentar o nome de Frota como provável sucessor de Geisel, enquanto o grupo denunciava tal manobra, por eles feita, como de iniciativa do ministro do Exército*”.

Interessante citar que essa estratégia, denominada ‘balão de ensaio’ no jargão jornalístico, também teria sido utilizada para testar o grau de aceitação ao nome de Figueiredo. Segundo Frota, a prévia eleitoral teria sido organizada pelo jornal Correio Brasiliense³⁶. O resultado, desfavorável a Figueiredo, nunca fora divulgado pela imprensa para evitar o desgaste do candidato preferido por Geisel. Na sua visão, mais uma manobra de Golbery e seus aliados.

Nesse ambiente, afirma Frota, alimentavam a ‘imprensa marxista’ com informações distorcidas sobre ele. Retratavam-no como negligente, como alguém que colocava em risco a

³⁶ Segundo depoimento de Frota (2006: 441-442), a urna foi apreendida e encaminhada ao Ministério da Justiça. Antes disso, porém, jornalistas teriam feito a contagem, revelando Frota à frente de Figueiredo na votação dos parlamentares. Tais informações teriam sido transmitidas a ele por meio do serviço de informações do Exército.

autoridade do governo. Acusavam-no de fazer campanha e de negociar apoio à sua futura candidatura, chegando ao ‘cúmulo’ de insinuarem um plano de golpe que, afirma categoricamente, nunca existiu. Para ele, o governo procurava convencer a todos de que se tratava de eliminar a “*última pedra no caminho da democracia*” (Frota, 2006: 511). A indignação e o ultraje tingem as páginas de seu depoimento.

Corroborando essa linha interpretativa, Hugo Abreu enfatiza que “*o general Geisel estava envenenado contra seu ministro do Exército*” (Abreu, 1979: 120), o que levava “*as relações entre Geisel e Frota a uma atmosfera irrespirável*”. Para ele, era “*evidente que a situação de suspeição em que se estava vivendo só servia aos interesses de Golbery e seu grupo*” (Abreu, 1979: 115).

Nesse contexto, segundo o general Abreu, entre agosto e setembro de 1977, “*recrudescia a campanha contra o ministro Frota. Consideravam eles ter sido atingido o limite da campanha e, se o ministro conseguisse resistir por mais tempo, acabaria por se firmar, e seria o fim do acalentado sonho de permanência no poder.*” (Abreu, 1979: 91)

Se considerarmos que Abreu era membro do governo e que isso lhe garantia uma visão privilegiada dos embates internos, suas afirmações nos permitem inferir que os planos do Planalto poderiam estar, de fato, seriamente ameaçados por Frota. Este, por sua vez, interpreta o esforço do governo para abortar iniciativas em defesa de outros possíveis presidenciáveis como a confirmação da falta de consenso e do caráter impositivo do nome escolhido.

A sucessão acabaria por se transformar, assim, numa grave crise política. Mais do que isso, seria o momento crucial para a continuação ou o retrocesso do processo de abertura e ápice da disputa entre duros e moderados, cujas raízes encontramos nos idos de 1964.

É importante distinguir a existência de um grupo, já referido por Geisel como parcela expressiva das Forças Armadas, que era indiferente a tais questões. Para esse grupo valia a hierarquia, a disciplina e a obediência aos chefes militares. Isso explica a preocupação do presidente em garantir o apoio de generais e coronéis, situação que se transformaria em um teste à capacidade de liderança dos generais que protagonizavam a disputa.

Com uma clareza que dirime qualquer dúvida quanto ao confronto que se configurava, avalia Geisel:

se o Frota conseguisse que os generais de quatro estrelas e outros viessem a mim e dissessem: ‘O presidente tem que ser o Frota, nós queremos o Frota’, e se eu desse um balanço e verificasse que a maioria do Exército estava contra mim, o máximo que eu poderia fazer era lavar as mãos (...). (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, 405)

Em tais circunstâncias, suspeitando que o Ministro estivesse articulando um dispositivo de apoio a si, não apenas político mas também militar, Geisel confirma ter iniciado um processo de desarticulação, com remoções de oficiais aliados de Frota, justamente para comprometer sua capacidade de liderança: *“Eram dois generais da sua confiança, um deles muito radical (...). Numa emergência, numa dificuldade, se eu tivesse um problema maior com o Frota, eles ficariam do lado dele”*³⁷ (D’Araújo; Castro, 1997: 374). O desfecho inevitável seria a exoneração do ministro.

Com esse objetivo, afirma Abreu,

Na primeira semana de outubro de 1977, conseguiram os articuladores da candidatura Figueiredo envolver definitivamente Geisel em sua rede de intrigas. Estava o presidente pronto a jogar uma cartada que poderia levar o Brasil, inclusive, à guerra civil, mas que, se desse certo, limparia o caminho que levaria a oligarquia dominante à colimação de seu acalentado sonho de perpetuar-se no poder. (ABREU, 1979: 123,124)

Sem tecer maiores comentários sobre essas manobras, apontadas insistentemente por Hugo Abreu, Geisel resolveu demitir o ministro do Exército, em 12 de outubro de 1977 (a própria data escolhida é alvo de desconfiança, visto ser feriado nacional). Justifica a atitude dizendo que ambos estavam incompatibilizados e afirma ter sido uma decisão pessoal, essencial para manter a coesão e o apoio do Exército e das Forças Armadas ao presidente, declaração que denota insegurança quanto à sua capacidade de arregimentar o apoio do segmento militar não envolvido com questões políticas. Em última análise, tratar-se-ia de uma atitude em defesa do projeto de abertura.

Desse modo, antecipando-se a possibilidade de reação à saída de Frota - que entendia remota ou frágil -, reconhece ter mobilizado oficiais do Exército e da Aeronáutica com capacidade para defender a sede do governo em Brasília.

Ressalte-se que Geisel descreve o evento com o menosprezo que se dedica a algo que deve ser esquecido; abordagem que, contrariamente, revela a importância do momento para os destinos do país. Preocupa-se em passar uma impressão de tranquilidade e segurança que, entretanto, contrasta com as medidas preventivas que tomou, como também, com o relato revelador de Hugo Abreu, que nos remete a um diálogo travado com o presidente, dias depois.

‘O senhor sabe que o general Frota poderia ter assumido o governo no dia 12? Não sei o que aconteceria depois, mas ele teve possibilidade de fazê-lo’.

‘Mas como?’ – perguntou Geisel.

Minha explicação foi a seguinte: ‘ele tinha controle sobre a maioria da tropa sediada em Brasília: bastava-lhe cercar o Palácio do Planalto e cortar as ligações deste com o exterior. Nessa situação ele informaria a todo o Brasil que prendera o

³⁷ Sobre a movimentação dos generais Mário O’Reilly de Sousa e José Luis Coelho Neto, aliados de Frota.

*presidente Geisel e assumira a presidência. Um manifesto bem feito consolidaria politicamente a situação.*³⁸ (ABREU, 1979: 151)

Segundo o general Frota, esse temor quanto a uma possível reação não era infundado, a ponto de o governo incitar oficiais à indisciplina, impedindo-os de comparecer à reunião do Alto Comando do Exército, convocada pelo ministro recém-demitido, fato confirmado no relato de Hugo Abreu. Assegura Frota que “*o que ele temia não era a fraqueza dos generais, mas a de seu governo, se examinado à luz dos preceitos da Revolução de 1964*” (Frota, 2006: 535).

Na ocasião, tendo sido procurado por vários oficiais favoráveis à resistência, já como ex-ministro do Exército, Frota avalia como elevada a possibilidade de um golpe dentro do golpe. Não se tratava, segundo ele, de uma fidelidade pessoal ao ex-ministro, mas de um ideal superior: “*salvar os postulados revolucionários que submergiam lentamente num pântano moral, debilitados pela infiltração marxista*” (Frota, 2006: 535). Em tom apoteótico, afirma que seria uma ação para “*impedir que a Revolução de 1964 morresse naquele dia*” (Frota, 2006: 522). Em contraste com a narrativa de Geisel, a descrição de Frota amplifica os eventos e lhes atribui dimensões ‘épicas’.

Mais uma vez aproximando-se de Frota, Hugo Abreu destaca a decisão do presidente como um fato altamente perigoso, sobretudo pela inevitável vinculação que se faria com a questão sucessória. Em função disso, teria alertado o presidente que um posicionamento em favor da candidatura Figueiredo (ou de qualquer outra, à revelia das Forças Armadas) “*não seria aceito pelo Exército. Seriam de esperar reações: desde atos de indisciplina até ações armadas*” (Abreu, 1979, 130). Para ele, era fundamental que a área militar estivesse convencida da desvinculação dos fatos, procurando, assim, evitar o que poderia levar a uma guerra civil.

Como ministro da Casa Militar, o próprio Hugo Abreu empenhou sua palavra nessa desvinculação. Não obstante, denota dúvida, pois afirma que o afastamento de Frota era um “*verdadeiro golpe branco*” articulado pelo grupo de Golbery.

Em sua narrativa, Abreu deixa transparecer que, nessa ocasião, viveu um conflito interno e ponderou a possibilidade de deixar o governo, uma vez que “*não podia fazer concessões em matéria de princípios morais*” (Abreu, 1979: 129). Apesar disso, permaneceu no cargo, mas preocupou-se em explicar o apoio a Geisel. Em tom de alarme, avaliou que sua permanência era fundamental para garantir a estabilidade do governo. Além disso, imputou

³⁸ O destaque em itálico é do próprio autor.

seu posicionamento à confiança que depositava em Geisel, pois “*o relacionamento em alto nível que (...) mantinha com o presidente não (...) dava margem para admitir que ele estaria representando uma farsa*” (Abreu, 1979: 129).

Mais uma vez, procura inocentar o presidente e, por extensão, a si mesmo. Para ele, a situação vivida por Geisel era um clássico caso de “*isolamento do poder: por mais que ele se esforçasse, os fatos não chegavam, eram muitas vezes distorcidos pela interpretação dos assessores*” (Abreu, 1979: 159); o presidente tornara-se “*prisioneiro de sua influência*” (Abreu, 1979: 180), no caso, de Golbery.

Ao narrar o episódio de sua própria exoneração a 3 de janeiro de 1978, quando Geisel confirmou o nome de seu sucessor, Abreu manifesta arrependimento e tristeza. A indicação de Figueiredo, nas condições em que se dera, o levava a concluir “*que o presidente Geisel, a quem servira e respeitara por quase quatro anos, [o] havia enganado*” (Abreu, 1979: 161).

A partir desse ponto, seu relato passa a ser um *mea culpa* cheio de ressentimentos.

Seu procedimento posterior mostra que o presidente iludiu a nação: o afastamento do general Frota era um ato político ligado ao problema da sucessão presidencial e visava a afastar um obstáculo à escolha do general Figueiredo como candidato oficial à presidência. (ABREU, 1979: 162)

Revelando a angústia que perpassa seu depoimento, contraditoriamente, afirma mais adiante:

até hoje não me convenço de que Geisel estivesse de acordo, como pretendem alguns, com as manobras do grupo. Embora eu tenha acusado Geisel de ter faltado à palavra empenhada e de ter deixado de cumprir compromissos publicamente assumidos para com a nação, não creio ter ele descido ao nível das manobras do grupo que se está assenhoreando do poder. (ABREU, 1979: 205)

Quanto a Frota, mais uma vez alegando seu profundo apreço pelos valores militares - a disciplina e a lealdade -, justifica sua negativa à resistência, visto que ao presidente cabia a prerrogativa de nomeá-lo e demiti-lo. A iniciativa para a resistência - extralegal, ainda que legítima - caberia aos generais de Exército. Nada ocorreu. Em sua avaliação, lamentavelmente, a contaminação política sofrida pelo Exército, ao longo dos últimos anos, teria substituído os ideais pelos interesses. Sua decepção inclui o general Hugo Abreu, a quem se refere nestes termos: “*ele me traíra e transformara-se no executor implacável das medidas para derrubar-me*” (Frota, 2006: 603).

Após a análise desses acontecimentos, Frota conclui que a articulação ‘mentirosa e difamatória’ em torno de sua suposta candidatura

foi uma manobra muito bem engendrada pelo grupelho do Planalto. Criava a incompatibilidade entre o presidente e o ministro; justificava uma vigilância mais

rigorosa do SNI (...) sobre o general Frota; revelaria os simpatizantes do ministro a tempo de neutralizá-los; serviria para dar a qualquer atitude, tomada pelo ministro, de rejeição ao candidato do Planalto, o caráter de interesse pessoal, desvirtuando-a. (FROTA, 2006: 458).

Hugo Abreu, convencido de que deveria ser leal à Nação e aos ideais de 1964 e não podendo se omitir frente às ações desse grupo de “*usurpadores espúrios e nefastos*” (Abreu, 1979: 174, 162, 169), destaca que, após sua exoneração do posto de ministro, adotou uma postura de aberto confronto com o grupo palaciano, inclusive passando a apoiar a candidatura de Euler Bentes à presidência da república. Mesmo sofrendo perseguições, denuncia que

Não é verdadeira a versão dada pelo próprio presidente Geisel, (...) de que havia consultado líderes políticos, militares e empresários, e chegara a um consenso a respeito do nome de Figueiredo. Repito: isto não é verdade. Ninguém foi consultado. A escolha foi pessoal e dela só participaram o general Golbery e alguns de seus parceiros. Não houve consulta: houve conchavo (ABREU, 1979: 163).³⁹

Bastante revelador, nesse caso, é o fato de que, por ocasião da publicação de suas memórias, em maio de 1979, Hugo Abreu ficou preso por cerca de vinte dias. Segundo Frota (2006: 605), a ordem do então ministro do Exército se justifica “*menos pelo teor das narrativas do que pelas denúncias e acusações nele contidas*”.

Por fim, Hugo Abreu faz declarações bastante contundentes em defesa do estado de direito democrático. Para ele “*só a realização de eleições diretas em todos os níveis pode restabelecer a legitimidade do poder, acabando com o espetáculo vergonhoso da seleção de áulicos e apadrinhados*” (Abreu, 1979: 185). Antecipando-se aos fatos, ainda em 1979 passa a defender “*que o Congresso restabeleça as eleições diretas em todos os níveis, pois é essa a aspiração nacional*” (Abreu, 1979: 208).

A atenção dispensada pelos depoimentos de Geisel, Frota e Hugo Abreu aos acontecimentos que marcaram o desenvolvimento e o desfecho da crise sucessória de 1979 traduz a importância decisiva desse momento no processo político vivido pelo país. O desfecho em questão teria a capacidade de fragilizar, quiçá eliminar definitivamente, as pretensões da linha dura.

Na mesma medida, a desvalorização (ou ‘esquecimento’) da temática na obra do coronel Ustra e do CIE poderia indicar a não ‘contaminação’ das baixas patentes por questões de ordem política (ou mesmo sua exclusão). Para esse segmento, os problemas seriam práticos e objetivos e se resumiriam ao combate à subversão.

³⁹ O destaque em itálico é do próprio autor.

Ao retomar a questão de fundo nesse embate político - a disputa entre ‘duros’ e ‘moderados’ -, novamente a posição de Hugo Abreu merece atenção. Para além da disputa pelo poder, aponta que o que estava em jogo era a própria instituição militar, contaminada pelo conflito político ideológico. Tendo isso em vista, acena como ideal “*a solução de um candidato civil (...). Tal solução preservaria melhor a coesão das Forças Armadas, facilitando o seu desengajamento da política e a redemocratização do país*” (Abreu, 1979: 160,161), fala que está em consonância com declarações anteriores do CIE (vide página 58).

Analisando a questão sob o prisma político, Jarbas Passarinho reconhece o peso da dissidência - cujas origens remontam ao governo Castelo Branco - nos resultados alcançados pelo movimento de 1964. Expressando um quê de frustração, afirma: “*a Revolução perdeu-se no meio do caminho e chegou ao fim marcada pela impopularidade e renegada por muitos que se bateram por ela, no começo cheios de entusiasmo*” (Passarinho, 1997: 238).

Após sua exoneração, agora como observador e não como membro do governo, o general Frota analisa a sucessão presidencial. Insiste em denunciar artifícios e partidarismos em busca de apoio político à candidatura Figueiredo, apresentado como homem sem nenhuma expressão nas fileiras do Exército e promovido a General-de-Exército por força da conveniência política e não do mérito militar. Empossado, continuaria pelos ‘descaminhos’ da abertura.

A Lei da Anistia: um divisor de águas

Ao recuperarmos o encaminhamento do projeto de distensão de Geisel, é possível identificar três pontos cruciais e elucidativos da estratégia adotada, revelada pelo próprio presidente. O primeiro deles foi a revogação do AI-5, em 1978, que eliminou o suporte jurídico da repressão militar; uma medida indispensável para os pretendidos avanços no campo político. Em segundo lugar, a vitória no embate sucessório, imprescindível não apenas em função do necessário controle do processo, mas também para que um terceiro e decisivo passo rumo à normalização fosse garantido, nesse caso, a aprovação da lei da anistia, em 1979.

Ao permitir a libertação de presos políticos e o retorno de exilados, a Lei da Anistia se transformou em um divisor de águas nesse conturbado processo. A partir dessa decisão - que pode ser compreendida como um sinal concreto de recuo político dos militares (fato que

muito desagradou aos linha-dura) - abriu-se espaço para um novo jogo político, com a recomposição das forças sociais. A redemocratização tornaria-se irreversível.

O peso dessa medida se revela no debate que gerou, não apenas nos primeiros meses do governo Figueiredo, conforme podemos observar nas obras analisadas, mas também nos governos subsequentes, até os dias atuais.

Concentrando a atenção nas versões que nos são trazidas pelos depoimentos estudados, pode-se afirmar que a lei transformou-se no ponto mais sensível da gestão do presidente Figueiredo.

Jarbas Passarinho (1997: 481), que caracteriza a Campanha da Anistia como “*um forte movimento popular*”, descreve os embates do governo com a oposição e critica a atuação do MDB, acusando suas lideranças de agirem demagogicamente, com interesses puramente político-eleitorais.

Procura esclarecer a posição do governo, citando trechos de uma mensagem do presidente, segundo o qual a anistia deveria ser pacificadora, paralisando os processos em curso “*para evitar traumas à sociedade com o conhecimento de eventos que devem ser sepultados em nome da Paz*” (Passarinho, 1997: 483). Assim como ignorou, em sua narrativa, o caso Herzog, mais uma vez o coronel se posiciona em defesa do ‘esquecimento’.

Comentando a Campanha Nacional da Anistia em tom de escárnio, o CIE retoma seu tema central – o terrorismo subversivo –, dando destaque à atuação do clero.

Adentrando no país no bojo da campanha pela anistia, deixavam subjacente em suas mensagens a ‘candura’ dos terroristas, apresentados como ‘angelicais defensores da sociedade democrática. Valendo-se do invencível tropismo das massas para a mentira, (...) particularmente se apresentada sob forma mística, não lhes faltou sequer esse efeito, obtido por meio dos teólogos da ‘libertação’ que chegaram a comparar os terroristas ao Cristo que ‘passou pela terra fazendo o bem, foi perseguido, torturado e morto’. Na ideia-força da ‘resistência democrática’ punham, de forma subliminar, a tese constante das esquerdas de que o recurso à violência, à luta armada, havia lhes sido imposto como única alternativa deixada pelas forças da ‘ditadura militar’. (CIE, 1987: 846)

Uma vez aprovado, o projeto foi alvo de duras críticas, às quais os depoentes procuram responder. Defendendo o projeto aprovado e procurando convencer o leitor de que era a ‘anistia possível’ naquele momento, Passarinho argumenta:

O Governo não podia ceder, até porque tinha compromisso com o seu ‘público interno’, com militares e civis que correram risco iminente de vida no combate ao terrorismo e não entendiam a anistia irrestrita (...). Se não por pressão dos órgãos de segurança, certamente o presidente tinha de avançar cautelosamente se queria ter bom sucesso, pois, ao contrário da ilusão oposicionista de que o governo estava cedendo ‘impotente à grita popular’, havia consideráveis áreas de resistência à anistia irrestrita, que seria conquistada, ainda por iniciativa do Presidente Figueiredo, mais adiante, dentro do planejamento estabelecido: gradual e seguro. (PASSARINHO, 1997: 486, 488)

Percebe-se que, mesmo após a derrota sofrida por ocasião da sucessão presidencial, a ala militar radical ainda tinha um importante peso nas decisões governamentais. Em contrapartida, a sociedade continuava em desvantagem, relegada enquanto força política.

Ao comentar a exclusão dos acusados de *“crimes de sangue”* pela anistia, Passarinho (1997: 483) se apropria de uma fala de Figueiredo, e justifica a medida, afirmando que o terrorismo *“não se volta contra o governo, o regime ou mesmo contra o Estado. Sua ação é contra a humanidade e, por isso, repelida pela comunidade universal que sanciona, como indispensáveis, leis repressivas de que se valem países de mais alta formação democrática”*. Quanto à anistia de terroristas ‘colaboradores’ do Estado, nem uma única palavra.

Na avaliação de Ustra (2011: 445), não obstante as restrições da lei aprovada pelo governo, a já citada omissão na batalha das comunicações e o respeito à lei da anistia foram prejudiciais aos militares. Dessa forma, segundo o coronel, devido a uma inversão de valores, *“a anistia, claramente, tornou-se via de mão-única, em direção às esquerdas e aos esquerdistas vencidos na luta ideológica. Não se tornou conquista do povo brasileiro, como sonharam seus formuladores, mas instrumento de um revanchismo imoral”*; logo, não pacificou o país. Assim como Passarinho, Ustra também entende que pacificação é esquecimento.

Apesar de afirmar que não pretende contrapor-se ao ‘inimigo’, o tom da narrativa de Ustra incita ao confronto aberto. A revolta e a indignação em relação à sempre recorrente temática da subversão e, no momento de seu relato, à proposta de instalação da Comissão da Verdade distinguem seu texto dos demais, tornando a narrativa algo obsessiva.

Esse suposto revanchismo é denominado pelo CIE (1987: 852,853) de contra-ofensiva, segundo ele possível graças ao *“aprimoramento democrático”* do governo Figueiredo. Para o Centro, ao permitir o retorno dos banidos, a anistia criou condições para a posterior infiltração desses indivíduos em diferentes segmentos da sociedade, incitando greves *“de nítido cunho político”*. Na mesma medida, teria dado condições para que esses indivíduos ascendessem a cargos eletivos, a partir das eleições de 1982, infiltrados no PMDB e, posteriormente, no PT.

Como se pode perceber, apesar da polêmica inesgotável, as obras são relativamente breves na avaliação que apresentam da anistia; algumas nem sequer comentam o tema, a exemplo de Hugo Abreu e Sylvio Frota. Essas ‘ausências’ reforçam a tese de que o momento crucial da abertura foi o embate Geisel-Frota. Vencida essa batalha, o processo seguiria um curso presumível rumo à redemocratização.

CAPÍTULO 4

ANOS 1980: TRANSIÇÃO E REDEMOCRATIZAÇÃO INCONCLUSAS

Contrastando com o relevo dispensado pelos estudiosos do tema a determinados fatos ocorridos ao longo do governo Figueiredo (1979-1985), as narrativas estudadas, particularmente de Geisel e Frota, assumem uma postura de desvalorização e até mesmo de descaso em relação ao período⁴⁰. Isso fortalece a percepção de que o intervalo entre 1974 e 1979 é o mais denso da abertura.

Frota interrompe sua narrativa na eleição de Figueiredo, sem mencionar qualquer evento posterior; talvez pretendesse evitar o constrangimento de comentar fatos indefensáveis. Quanto a Geisel, limita-se a breves considerações sobre fatos específicos, conforme apontaremos.

Análise mais atenta é apresentada pelo coronel Jarbas Passarinho, contrariando o entendimento sugerido pelo ‘descaso’ de Geisel e Frota. Para o coronel, ainda havia *“obstáculos sérios a vencer, não só da direita insatisfeita, mas igualmente da esquerda alvoroçada, pensando que a liberalização consentida era uma fraqueza confessada e insustentável do regime”* (Passarinho, 1997: 477).

O controle da abertura em xeque

No contexto de corrosão do cenário econômico nacional e do conseqüente agravamento das condições sociais que marcaram o país na ‘década perdida’, Passarinho (1997: 475) destaca as agitações no meio trabalhista, cujo início remonta aos anos de 1978-1979. Acusa lideranças (com destaque para Lula e Ulysses Guimarães) de incitar os trabalhadores do campo e da cidade a invasões de propriedades e a uma espécie de *“desobediência civil”*, que ameaçava a transição pacífica. Interessante salientar que, ao comentar as greves que eclodiram ao final de seu governo, Geisel declara sem nenhum sobressalto: *“Era o primeiro ônus da distensão. Eram fatos desagradáveis, mas que faziam parte da liberdade que a distensão procurava assegurar”* (D’Araújo; Castro, 1997: 399).

⁴⁰ Hugo Abreu não se enquadra nesta observação, pois sua obra data de 1979.

Passarinho critica a oposição ‘oportunista’ e, particularmente a esquerda que, segundo ele, valendo-se da intensa crise econômica, agiam de modo a indispor o governo junto à população, procurando fragilizá-lo e desestabilizar a abertura.

Seu discurso encontra eco na abordagem do CIE, que adverte quanto à existência, nesse momento, de uma situação crítica que denomina “*fronteira incerta*”:

Existia, como é fácil perceber, uma coincidência muito grande entre os objetivos buscados pelo governo, os quais seriam os da sociedade brasileira, e a maioria dos objetivos das organizações subversivas. Havia pressões justas e legais no sentido de se promover a redemocratização e as organizações subversivas jogavam uma partida fácil, pois exploravam o direito de discordar, inerente à própria democracia (CIE, 1987: 847)

Para o coronel Passarinho, que procura enaltecer a lealdade do governo Figueiredo ao projeto de abertura, “*o engano dos radicais antigovernistas era supor (...) que o regime estava nos estertores, quando o realístico seria admitir que estava senhor da situação e cumprindo, fase a fase, o que se tinha traçado para chegar à democracia plena*” (Passarinho, 1997: 506). Apesar de todos os focos de pressão, insiste no discurso do controle exercido pelo Estado, como que não aceitando a ocupação dos espaços de atuação política pelos novos atores sociais que (re)surgiram ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Quanto aos “*bolsões sinceros mas radicais*” (Passarinho, 1997: 459) – expressão que atribui ao presidente Geisel para referir-se a militares e civis contrários à abertura -, Passarinho teria alertado o presidente Figueiredo, afirmando ser “*imperativo não armar o braço da direita*”, ou seja, não oferecer “*pretextos aos inconformados com a extinção do regime autoritário*” (Passarinho, 1997: 478).

Em função da polêmica gerada nos meios militares pela aprovação da lei da anistia, e do simbolismo que a medida carregava – a redemocratização como algo irreversível - infere-se que o pretexto já estava dado, garantindo terreno fértil para as reações dos ‘inconformados’, o que nos remete ao episódio do Riocentro e das explosões de bombas na OAB e em bancas de revistas.

Riocentro: o estertor da ‘linha-dura’

Apesar da inadvertência de Frota em relação ao governo Figueiredo sugerir que, para a linha-dura, a batalha contra a abertura estava encerrada, o início da década de 1980 seria marcado por mais uma tentativa de barrá-la.

Analisando o episódio do Riocentro, ocorrido no RJ em 1º de maio de 1981, Passarinho (1997: 498) classifica como um “*ato terrorista*” que colocou a abertura à prova. Ele, que conhecia “*a vocação democrática*” do Exército, afirma que, “*com absoluta certeza, (...) não foi obra dos comandantes responsáveis pela disciplina no Exército, mas de grupos inconformados*” (Passarinho, 1997: 509), de “*grupos devotados a inviabilizar a marcha da abertura liberalizante (...)*” (Passarinho, 1997: 498). Essa afirmação denota o potencial investigativo de um trabalho futuro, que possa recuperar a visão das baixas patentes sobre o período, bem como a autonomia e iniciativa dos subordinados, conforme sugere o coronel.

Interessante salientar que o CIE ignora completamente o fato (sua narrativa salta da anistia em 1979 para as eleições de 1982), o que talvez se explique pelo fato de os militares envolvidos serem elementos da “*comunidade de informações*”⁴¹, conforme assinalou Passarinho (1997: 507).

Quanto ao coronel Ustra (2011: 442-443), dedica apenas cinco linhas de sua narrativa ao tema. Cita que “*uma bomba explodiu dentro de um carro, no estacionamento do Riocentro*” e que “*as únicas vítimas foram dois militares do exército que se encontravam no carro*”. Além de nada esclarecedor ao leigo, a narrativa tem algo tendencioso. Em primeiro lugar, é absolutamente descritivo, fugindo das considerações emotivas e do tom indignado que adotou, ao longo de toda sua obra, ao tratar da morte de militares. Outro aspecto que chama atenção é a escolha da palavra ‘vítima’, que sugere agressão de outrem.

O posicionamento de ambos contrasta, de maneira patente, com o relevo que deram ao ‘terrorismo de esquerda’ ao longo das obras. Também nos remete ao debate acerca da neutralidade, da seleção, das intenções e conveniências que permeiam o ato de escrever sobre o passado.

Para Geisel (D’Araújo; Castro, 1997: 435), que esperava ter encerrado o problema da repressão, o atentado do Riocentro foi “*uma nova explosão reacionária contra a abertura*”. Declarando, literalmente, sua indisposição para embates políticos no momento em que dava seu testemunho, afirma que houve conivência e corporativismo na decisão de não apurar o fato, atitude que, segundo ele, revela o temor do governo quanto às reações nos meios militares e a influência de lideranças políticas da linha-dura (Mário Andreazza, Jarbas Passarinho, Delfim Neto) junto ao presidente.

Conforme assinalou Passarinho (1997: 509), o desfecho dessa crise marcou o esgotamento do radicalismo da linha-dura: “*o fato concreto é que depois disso nenhuma*

⁴¹ Os militares mortos, um capitão e um sargento, serviam no DOI do I Exército.

manifestação contrária à abertura passou senão de panfletos sem penetração nas tropas” (Passarinho, 1997: 509), o que sugere que os mesmos estivessem, a partir de então, prontos para voltar à caserna.

Sucessão presidencial: a pressão popular e o retorno dos civis ao poder

Após o restabelecimento das eleições diretas para governadores, em 1982, novamente a sucessão presidencial passou a ser o foco central da vida política do país, com destaque para o envolvimento da sociedade civil na campanha Diretas, Já!

Para Geisel, a instabilidade observada no processo sucessório foi decorrência da pouca ingerência do então presidente, que deveria fazer uso de sua prerrogativa para impor um candidato e conduzir a sucessão de modo mais seguro. Avalia que a situação era frágil, passível de propostas golpistas de prorrogação de mandato⁴² e cancelamento de eleições.

Reforçando essa percepção, afirma Passarinho (1997: 519) que *“a indecisão do Presidente Figueiredo, ou seu silêncio ‘obsequioso’, deixava livre a movimentação dos candidatos”*. Dedicando-se um pouco ao tema, o coronel traz detalhes acerca do racha no PDS, dos debates acerca dos possíveis candidatos do partido e do papel desagregador de Paulo Maluf, revelando o fracasso do presidente para impor um candidato ‘confiável’.

Nesse contexto, a eclosão da campanha pelas eleições diretas para presidente é entendida por Geisel como mais uma ação radical e irresponsável da oposição, querendo atropelar a transição e colocando-a em risco. Interessante salientar que não comenta a mobilização popular ou a euforia da campanha e nem cogita qualquer chance de sucesso. Faz uma avaliação em tom de desprezo.

Em que pesem todas as divergências entre ambos, no que tange à participação política dos cidadãos na estrutura política nacional nota-se uma interessante aproximação das narrativas de Geisel e Frota. Consideram o povo brasileiro atrasado, sem capacidade intelectual para discernir e fazer escolhas adequadas, sujeito a toda ordem de manipulação e cabresto. Adotam, claramente, postura elitista e conservadora quando o assunto é o controle do Estado.

A desvalorização da campanha pelas diretas indica, também, a secundarização das demandas populares no que se refere ao caminho aceito para a transição rumo à normalidade

⁴² Segundo Passarinho (1997: 519), que não oferece elementos esclarecedores, ‘o governador Leonel Brizola defendia a prorrogação do mandato do presidente por dois anos’.

democrática, devendo esta ser conduzida pela classe dirigente. A escolha desse fato para o esquecimento revela a intenção de salvaguardar uma memória elitista.

Centrar a narrativa em lideranças (como eles próprios) que encarnam um papel redentor facilita a aceitação de suas motivações e condutas. Outrossim, reconhecer a força dessa mobilização revelaria a perda de controle do processo durante o governo Figueiredo, fragilizando o argumento de que a abertura foi decisão do governo, que a teria conduzido plenamente até o final.

A abordagem é oposta àquela apresentada pelos especialistas, tais como Linz e Stepan (1999), Canclini (1997) e Sader (1988), que destacam a importância dos movimentos sociais no alargamento da vida democrática e o caráter aglutinador e autônomo da campanha pelas eleições diretas, expressão do amadurecimento político do cidadão comum.

A análise da campanha também aproxima as narrativas do CIE e do coronel Ustra. O Centro (1987: 855), mesmo afirmando a validade e a legitimidade do movimento, considera a campanha pelas eleições diretas um *“momento crítico da transição para a democracia”*, o apogeu do sectarismo dos comunistas que, valendo-se da liberdade no intento de corrompê-la, buscavam *“incentivar uma crise político-institucional, para através dela derrubar a ‘ditadura militar’ e tomar o poder de forma revolucionária”* (CIE, 1987: 855). Segundo o órgão, o que evitou a ameaça foram os *“adiantados entendimentos entre o governo e as oposições, em particular seu candidato à Presidência da República e a determinação do Presidente Figueiredo”* (CIE, 1987:855).

Da mesma forma, o coronel Ustra, seguindo a ideia fixa que marcou toda a obra, não se preocupa em apresentar uma análise mais ampla do momento. De maneira bastante limitada defende que, para a esquerda:

era a oportunidade de desacreditar o movimento de 1964, de omitir seus êxitos e exagerar seus erros. Era necessário impor à Nação e à sociedade que a abertura política tinha sido concedida pela pressão da esquerda, e não por um objetivo político da Contra-Revolução, acelerado durante o governo Geisel em razão da derrota de todas as organizações que optaram pela luta armada para conquistar o poder e implantar o marxismo-leninismo. Era preciso convencer a Nação e a sociedade que a esquerda lutava ‘novamente pela liberdade’ e que o governo, acuado, apenas cedia. (USTRA, 2011: 443,444)

Em contrapartida, Jarbas Passarinho faz uma avaliação tímida, porém um pouco mais próxima da apresentada pela historiografia; revela surpresa frente ao crescimento da campanha e ao envolvimento da população.

O que começou em Goiânia, num comício de certo vulto, Ulysses Guimarães empolgando os assistentes – e que foi o motor fundamental para a expansão do movimento – transformou-se em coqueluche nacional. A massa popular, cada vez

mais entusiástica, demonstrava o cansaço com o resíduo político de 1964, que, ao seu tempo, galvanizara a Nação. A fadiga do poder era incontestável. Se a mensagem permanecesse no Congresso, seria fatalmente modificada para as eleições imediatas. Tancredo, que se mostrara inicialmente incrédulo, fortaleceu a campanha popular. (PASSARINHO, 1997, 526-527)

Chama atenção a insistência na tese da “*fadiga do poder*” por parte dos militares, fato que os teria levado à decisão de passá-lo às mãos dos civis, por meio de uma transição controlada. Essa perspectiva explica a afirmação que segue a respeito da emenda Dante de Oliveira: a proposta “*era destinada ao arquivo, tal a sua inviabilidade*” (Passarinho, 1997: 519). A rejeição da emenda no Congresso Nacional acaba por confirmar o prognóstico conservador e, assim, determinou o retorno do poder aos civis via Colégio Eleitoral.

Contrariando as expectativas da sociedade em relação ao governo do presidente eleito, Tancredo Neves, conforme assinalam os estudiosos do tema, os memorialistas lhe dedicam breves considerações.

Geisel (D’Araújo e Castro, 1997: 447) afirma que, apesar de não lhe ser simpático e condenar seu passado, considerava-o um político habilidoso; como administrador, no entanto, “*não deixou nada, deixou um vazio*”. Declara que havia resistências isoladas a seu nome entre os militares mais radicais, aqueles para quem “*a revolução devia continuar ad infinitum*” (D’Araújo e Castro, 1997: 442). Tal afirmação, em estágio tão avançado da abertura, nos dá uma vaga noção das resistências existentes à proposta de Geisel, nos idos de 1974.

Com uma avaliação mais positiva, Passarinho destaca a aceitação desse nome, que “*passou a ser encarado como uma (...) possível solução pacificadora*” (Passarinho, 1997: 500), afirmação que reforça a tese da transição negociada.

A Redemocratização inconclusa (1985-1989)

O momento derradeiro do regime militar, com a passagem do poder aos civis, é descrito pelo coronel Passarinho (1997: 528) de maneira melancólica, para o quê contribuiu a saída do presidente Figueiredo pela garagem do Palácio do Planalto. Segundo ele, “*não foi um gesto de quem foge às escondidas, mas de quem se rende ao imperativo das circunstâncias*”.

Nesse contexto, e diante de uma nação perplexa, a morte do presidente eleito abalou politicamente o país, e provocou um debate tenso envolvendo a legalidade da posse do vice-presidente, José Sarney.

Remetendo o leitor à ameaça que pairava, mas sem maiores detalhes, Passarinho (1997: 528) deixa no ar a suspeita de que havia ações de bastidores contra a legitimação da posse: “*Figueiredo, se é que aceitou o conselho dos juristas, esvaziou qualquer ação que visasse a impedir a posse do dr. José Sarney. Pode-se imaginar a crise institucional que daí derivaria*”. O único comentário pessoal a respeito é de Geisel (D’Araújo; Castro, 1997: 448), que revela certa irritação com a instabilidade gerada. É enfático: “*bastava ler direito a Constituição e interpretá-la devidamente para ver que ele tinha direito (...). Era realmente o substituto legítimo*”.

Observa-se que o período inicial da redemocratização (1985-1989) não recebe muita atenção dos autores. Os relatos tendem ao empobrecimento à medida que se aproximam da atualidade. Limitam-se a menções superficiais de fatos isolados; talvez a proximidade temporal prejudique a análise ou constranja o observador⁴³.

Diante dessa constatação, optou-se por fazer deste último item apenas um adendo indicativo de temáticas que poderiam ser aprofundadas, oportunamente. A decisão deriva de dois aspectos que se destacam nas obras analisadas: o papel das Forças Armadas no governo democrático e o suposto revanchismo da esquerda, principalmente após a eleição de Lula. O debate nos parece pertinente para as reflexões a respeito da consolidação da democracia no Brasil.

Em relação ao primeiro aspecto, o coronel Passarinho (1997: 533) defende que o papel que as Forças Armadas tinham até então deve ser preservado, do contrário, “*proporcionaria, a movimentos armados, a conquista do poder, ocupando pura e simplesmente o país*”. Geisel (D’Araújo e Castro, 1997: 460) também não polemiza, mas não abre mão das tradicionais prerrogativas militares: “*a missão das Forças Armadas é a que está na Constituição. Não há nada mais fora disso*”. Nenhum dos narradores, entretanto, comenta as pressões que exerceram sobre os constituintes, conforme apontam Skidmore (1988) e Oliveira e Soares (2000), para a garantia do papel pretendido.

Quanto ao ‘revanchismo da esquerda’, é tema de destaque nas obras do coronel Ustra e do CIE. Ao discuti-lo, o coronel assume um tom incisivo, particularmente quando avança pela análise do primeiro mandato do presidente Lula. Os últimos capítulos de sua narrativa são dedicados à crítica da lei dos Desaparecidos Políticos, das “*injustas indenizações pagas*

⁴³ A exceção seria o relato de Jarbas Passarinho, que avança um pouco na narrativa e destaca alguns aspectos do governo Collor de Melo, período que ultrapassa a proposta deste trabalho.

às famílias de criminosos”⁴⁴ e à defesa das “vítimas do terrorismo”⁴⁵, segundo ele, heróis ignorados pelo Estado e pela sociedade. Para o CIE (1987: 918), essa situação se explicaria pelo fato de que “no Brasil, haveria uma tendência à inversão de valores (...)”. Sem dúvida, a temática sai fortalecida com a instalação, no governo atual, da Comissão da Verdade, cujos resultados devem ser alvos de muitas discussões no futuro próximo.

Nesse momento, entretanto, em virtude da natureza do trabalho ora desenvolvido, nos parece pertinente apenas resgatar uma última afirmação do coronel Passarinho (1997: 546): “o verdadeiro problema de um governo, em cada período, está em apreciar a dose de passado que se pode tolerar no presente, e a dose de presente que se deve deixar subsistir no futuro”.

Trata-se de um tema delicado, com potencial para interferir na cultura política nacional. Entretanto, entendemos que o passado não deve ser ‘tolerado’, mas conhecido e debatido no presente. Desse modo, ao contrário do que afirma o coronel e em favor da superação de nossa arraigada tradição autoritária, a história que deve ‘subsistir’ no futuro não deve ser prerrogativa de regimes ou de governantes.

⁴⁴ Entre as páginas 486 e 497 apresenta levantamentos sobre mortos e desaparecidos e sobre indenizações.

⁴⁵ Entre as páginas 512 e 521 há uma extensa lista com informações a respeito dessas vítimas e dos supostos responsáveis pelas mortes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados quase trinta anos do retorno à normalidade democrática, a ditadura e seu legado ainda são alvos de intensos e apaixonados embates, em particular no campo da memória, no qual devemos considerar que “o jogo nunca está definitivamente disputado” (Reis, 2004, 30).

As inesgotáveis controvérsias sobre o período sempre nos colocam novas possibilidades de investigação sobre o tema e, nesse cenário, procuramos contribuir com um contraponto aos estudos que, até hoje, privilegiam a memória dos opositores da ditadura.

Apesar de focalizarmos o período entre 1974 e 1985, as narrativas memorialistas estudadas nos impeliram à recuperação de pontos sensíveis aos militares, ao longo da primeira década pós-golpe. Vislumbrar esses elementos nos permitiu não apenas perceber as origens das fissuras entre ‘duros’ e ‘moderados’, mas demonstrar que a etapa da distensão política foi o ápice dessa disputa.

No contexto do golpe, mesmo convergindo quanto às motivações e à necessidade de intervenção militar para a derrubada de João Goulart, a análise aponta a ausência de projeto prévio como a raiz das divergências no interior do Exército. Essa problemática também se revela na imprecisão quanto ao nome adotado pelos militares para o fato ocorrido em 31 de março de 1964. Entendemos que não se trata apenas de uma denominação, mas da falta de clareza quanto aos objetivos da intervenção, fato que se revela como ponto de partida dos dissensos.

Contribuindo para o acirramento da disputa, durante o governo Castelo Branco, o debate envolveu a legalidade e a duração do regime. Para os moderados, a intervenção deveria ser breve e o menos arbitrária possível, posicionamento contestado pelos duros, que defendiam maior liberdade de atuação em defesa dos objetivos revolucionários.

A ascensão de Costa e Silva, em 1967, marca o fortalecimento da linha-dura e o recrudescimento do regime para fazer frente ao radicalismo da oposição. Esse processo culminou na assinatura do AI-5, o que contrariou as pretensões dos castelistas: a intervenção se estendeu e sua face mais cruel ficou exposta, sem constrangimentos, durante a gestão Médici.

Ao tratarem dos ‘anos de chumbo’, os depoimentos focalizam com particular atenção o tema da tortura, o que se explica por sua relevância nas obras memorialistas da esquerda. Em geral, os narradores negam que ela tenha sido adotada como prática corriqueira,

assumindo a defesa dos militares e das medidas de exceção adotadas. Entretanto, reconhecem que, eventualmente, casos isolados de abusos possam ter ocorrido, sem a anuência do Estado. Interessante salientar que, entre os militares de alta patente, como Geisel, Frota, Abreu e mesmo Passarinho, percebe-se certo constrangimento e até uma indisposição para o debate sobre o tema. Pelo posicionamento que assumem sugerem que o mesmo deveria ser esquecido, o que contrasta frontalmente com o enlevo dos estudos históricos.

Cabe ressaltar que, ao longo da primeira década, mesmo havendo pontos divergentes entre os dois segmentos do Exército, a convicção em torno da necessidade de combater a suposta ameaça comunista, a crença no papel de condutor a ser exercido pelos militares e a alegada incapacidade política do povo garantiram a convergência necessária à legitimação da ditadura. Adotam, assim, um discurso contraditório e dissimulado, verdadeira “esquizofrenia ideológica” segundo O’Donnell e Schmitter (1988a: 35): o inevitável recrudescimento do regime em defesa de um suposto ideal democrático que soa inalcançável.

Entretanto, as discordâncias inicialmente mais sutis transformam-se em verdadeira guerra aberta a partir do retorno da ala moderada ao poder, com a eleição de Ernesto Geisel. A posse de Geisel, em 1974, é apontada pelos depoentes como o marco inicial da abertura, fato que está em consonância com a literatura especializada.

A análise da produção editorial memorialista de militares que estiveram à frente do Estado brasileiro, entre 1974 e 1979, revela-nos que a abertura é o período mais intenso no que se refere ao choque entre moderados e duros. Corroborando esse entendimento, verifica-se que o embate político no interior do Exército resultaria, mais tarde, em veemente disputa memorialista entre Ernesto Geisel e Sylvio Frota, protagonistas do processo. O diálogo tenso que estabelecem em suas narrativas é revelador do confronto real que vivenciaram.

Na mesma medida, a liderança que exerceram é confirmada pelo caráter complementar das narrativas dos demais autores analisados, contrapontos enriquecedores da análise, particularmente o relato do general Hugo Abreu. Com suas narrativas, essa tríade nos remeteu aos bastidores do poder e das tramas que envolviam os altos escalões à frente do Estado nacional.

O destaque atribuído ao período da abertura decorre não apenas da atenção dispensada ao mesmo pelos memorialistas, mas também do nível de tensão que a disputa entre Geisel e Frota atingiu. Tendo em vista a importância da sucessão presidencial para o avanço ou recuo no processo de liberalização, o embate sucessório, segundo as narrativas, transformou-se no momento crucial e ápice da luta entre moderados e duros. Os relatos nos dão a dimensão do

choque. Segundo os depoentes, o episódio da exoneração do então ministro do Exército - e possível candidato à presidência apoiado pela linha-dura, general Sylvio Frota (1977) -, deixou o Brasil na iminência de um confronto militar direto entre os dois segmentos do Exército, fato que levaria o país a uma guerra civil, conforme apontaram os narradores.

Além disso, devemos considerar o peso de iniciativas como a revogação do AI-5 (1978) e a assinatura da Lei da Anistia (1979), segundo Geisel, decisões estreitamente vinculadas entre si. Com tais medidas – tomadas como pilares da transição - o governo garantiu a eliminação do sustentáculo jurídico da ditadura, quase de maneira irreversível, e abriu espaços para a vazão das demandas dos novos atores políticos.

Confrontados com tais decisões - e uma vez esgotado o clássico discurso em favor do recrudescimento do regime por temor à guerrilha – os militares da linha-dura apelam para a tese da conspiração, denunciando uma suposta ‘esquerdização’ que estaria contaminando o Estado desde 1974.

A intensidade e o potencial desestabilizador dessa disputa – que chega a ameaçar a unidade institucional, conforme aponta Hugo Abreu (vide citação à página 114) - nos permitem, também, questionar o propalado controle exercido pelo Estado sobre o processo. As dificuldades enfrentadas diante do radicalismo de uma ala do Exército revelam um elemento inconfessado da distensão: a incapacidade crescente de dominar uma estrutura criada pelo próprio regime. Referimo-nos aos órgãos de repressão, que mesmo nos estertores da ditadura atentaram contra o avanço da liberalização no episódio do Riocentro; uma atitude extremista e descolada da realidade.

Em que pesem essas iniciativas em favor do retrocesso, a eleição de Figueiredo define a vitória dos moderados, anulando as pretensões dos radicais. Os relatos desinteressados dos principais contendores - Geisel e Frota – acerca do novo governo, além de reforçarem, mais uma vez, o caráter decisivo dos acontecimentos que marcaram o intervalo entre 1974-1979, sugerem que, a partir de então, o retorno dos militares aos quartéis é iminente, assim como a redemocratização.

Por fim, um último obstáculo ameaça o projeto de transição negociada: a mobilização popular de 1984 em favor da realização de eleições diretas para a presidência, em 1985. Na contramão da historiografia, os memorialistas negam a autonomia da campanha e a possibilidade de interferir no desfecho da transição. A negligência frente ao tema denota sua certeza quanto à inaptidão política do povo, retratado como incapaz.

Restará para trabalhos futuros o aprofundamento dos estudos acerca do governo Figueiredo, bem como do período 1985-1989, abordados com nítido demérito pelos memorialistas. No que se refere ao pós-1985, o descaso pode ser interpretado como uma dificuldade desses oficiais militares de lidar com os novos tempos. De fato, reconhecer a importância desse contexto, marcado pela emergência de novos atores sociais, demandaria rever os próprios posicionamentos.

Destaque-se, também, a necessidade de novas pesquisas acerca da Escola Superior de Guerra que, apesar de ser apontada como responsável pelas concepções doutrinárias do regime militar, não é uma unanimidade entre os depoentes.

Outro aspecto que despertou interesse é a relação sugerida, repetidas vezes, entre o golpe de 1964 e o movimento tenentista. Os autores analisados valorizam muito sua participação e destacam a influência ideológica e os valores que herdaram dessa experiência. Assim, entendemos que uma pesquisa mais minuciosa sobre os levantes da década de 1920 poderia enriquecer a compreensão do discurso e do comportamento do grupo que esteve à frente do golpe de 1964, assinalando uma temática interessante para pesquisas ulteriores. Cabe ressaltar que já identificamos obras memorialistas⁴⁶ produzidas por alguns de seus líderes.

Além disso, a negligência dos autores analisados em relação às baixas patentes abre uma lacuna instigante para futuros estudos. Os relatos de Ustra e do CIE revelam uma tendência: as articulações políticas do período de liberalização parecem não ter atingido esse segmento, profundamente envolvido no combate à subversão. Em contrapartida, nos chamam a atenção para o fato de que o olhar das baixas patentes sobre a ditadura e sobre a abertura nos chega filtrado pelas interpretações da oficialidade média e dos comandantes dos órgãos de repressão. Esse filtro dificulta a construção de um painel realmente significativo do posicionamento dos militares subalternos, pesquisa que poderia ser muito enriquecedora.

A investigação mais profunda sobre o período é necessária, visto que a experiência da ditadura militar ainda persiste na vida do país, tanto para os que apoiaram o regime quanto para os que a ele se opuseram. Como ocorre invariavelmente com nações que vivenciaram a superação de um regime ditatorial via transição pelo alto, também o Brasil não atingiu plenamente o regime democrático.

⁴⁶ Gomes, Major Brigadeiro Eduardo. **Campanha de Libertação**. SP: Martins, 1946. Távora, Juarez. **Uma vida e muitas lutas. Memórias**. Volumes 1, 2 e 3. RJ: Biblioteca do Exército e José Olympio. 1973.

Assim, a Nova República foi construída sobre os escombros da ditadura. Comprometida com o esquecimento e com a tentativa de impor à sociedade uma pacificação forçada, alimentou ressentimentos de parte a parte, ignorando feridas e cicatrizes que vêm à tona sempre que se busca compreender a história recente do país, comprometendo a consolidação da democracia.

Desse modo, o país vive embates para superar o legado do regime, inclusive no campo da memória. Em todas as obras analisadas observam-se preocupações em denunciar e combater um suposto revanchismo contra as Forças Armadas que, na perspectiva dos militares, grassa pelo país. Cabe ressaltar que essa preocupação foi apontada por vários autores como motivação principal para os testemunhos que se dispuseram a registrar.

A instalação da Comissão Nacional da Verdade, no atual governo, é uma iniciativa que busca trabalhar as questões pendentes, sobretudo no que tange aos direitos humanos. Em função disso, tem sido alvo de muitas polêmicas por parte dos militares apontados como responsáveis por arbitrariedades e violências de toda ordem. Contudo, o aprofundamento da investigação trará valiosas contribuições para a afirmação da transparência política, dos valores democráticos e dos direitos humanos no país. Nesse sentido, vale ressaltar que a proposta disseminou a criação de outras comissões, nos âmbitos estadual, municipal e até mesmo institucional – a exemplo da Universidade de São Paulo -.

Para além desses avanços, a Comissão da Verdade, que trouxe a questão da memória para a pauta dos debates nacionais, vem reconhecer e formalizar o direito à memória no Brasil, um direito concernente a todos os povos e muito caro aos regimes democráticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, H. **O outro lado do poder**. RJ: Nova Fronteira. 1979.
- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. SP: Boitempo, 2004.
- ANDRADE, Régis de Castro. Brasil: a economia do capitalismo selvagem. **Revista Lua Nova**, nº 57, 2001.
- AQUINO, Maria Aparecida de. Mortos sem sepultura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- ARGOLO, J. A. Terrorismo e Mídia. RJ: E-papers, 2012. Disponível em <http://books.google.com.br/books?id=NE7KSrosDd0C&pg=PA305&dq=%E2%80%98desinformatzya%E2%80%99&hl=pt-BR&sa=X&ei=1sWTUYihK6my0QG3rIDQDQ&ved=0CDQQ6AEwAA#v=onepage&q=%E2%80%98desinformatzya%E2%80%99&f=false>. Acesso em 15.05.2013.
- ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução de Andréa Dore, revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- ARTURI, C. S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, nº 17, p. 11-31, 2001.
- BARBOSA, M. A. R. Direito à memória e à verdade. **Revista Direitos Humanos**. Brasília, DF, n 1, p. 26-33, 2008. Disponível em: <http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/revistadh1.pdf> . Acesso em: 23 de março de 2012.
- BIELSCHOWSKI, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4. ed. RJ: Contraponto, 2000.
- BOFF, L. **Teologia do Cativo e da Libertação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.
_____. **A Teologia da Libertação - balanços e perspectivas**. São Paulo: Ática, 1996
- BRASIL. Centro de Informações do Exército. **Orvil**. As Tentativas de Tomadas do Poder. 1987. Disponível em http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf. Acesso em: 12 de setembro de 2011.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. Manual Básico. Vol. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: ESG, 2009, reimpressão 2010.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). 2010. Revista e atualizada – Brasília: SDH/PR. Disponível em <http://www.sedh.gov.br/pndh/pndh3.pdf>. Acessado em 13.04.2012.
- BRESSER-PEREIRA. Da crise fiscal à redução da dívida. In: João Paulo dos Reis Velloso (org.). **Dívida Externa e Desenvolvimento**. RJ: José Olympio, 1990, p.16-46.

_____. A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol. 21, n. 1, p. 3-23. Brasília, 1991.

CANCLINI, Nestor. **Consumidores e Cidadãos**. RJ: UFRJ, 1997.

CARDOSO, C. F. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru. SP: Edusc, 2005.

CARDOSO, I. Narrativa e História. **Revista Tempo Social**. SP, 12(2), p. 3-13. 2000.

CARVALHO, B. G. de. Verde-olivas carmesins? Militares subalternos, radicalização política e historiografia política no Brasil. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6. ed. SP: Paz e Terra, 1999. vol.1.
_____. **Communication Power**. New York: Oxford University Press, 2009.

CASTRO, A. B. de; SOUZA, F. E. P. de. **A economia brasileira em marcha forçada**. RJ: Paz e Terra, 1985.

CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO. O papel do BNDE na industrialização do Brasil: Os anos dourados do desenvolvimentismo, 1952-1980. vol 4 (4), p. 159-191, 2010.

CHARTIER, R. A 'nova' história cultural existe? In: LOPES, A. H.; VELLOSO, M. P.; PESAVENTO, S. J. (orgs). *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. RJ: 7 Letras, p. 29-43, 2006.

CIRANO, Marcos. **Os caminhos de Dom Hélder. Perseguição e Censura (1964-1980)**. Vol. 2. Recife: Ed. Guararapes, 1983.

COUTO, R. C. **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura: Brasil 1964-1985**. 4. ed. RJ: Record, 2003.

D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. (Orgs). **Ernesto Geisel**. 3. ed. RJ: FGV, 1997.
_____. **Visões do golpe. A memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. RJ: Contraponto, 1997.

DELGADO, L. de A. N. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964/2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

DINIZ, E. A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura. **Dados**, RJ, vol. 28, n. 3, p. 329-346, 1985.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

EARP, F. S. e PRADO, L. C. O 'Milagre' Brasileiro. Crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda 1967-1973. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/milagre_brasileiro.pdf. Acesso em: 11 de outubro de 2011.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. SP: Edusp, 2000.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"**. SP: Hucitec, 1979.

FICO, C. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. RJ: Record, 2001.

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. 4. ed. SP: Contexto, 1994.

_____. **Linguagem e ideologia**. 5. ed. SP: Ática, 1997.

FREI BETTO. **Batismo de Sangue** - Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. RJ: Civilização Brasileira, 1981.

FROTA, S. **Ideais Traídos**. 2. ed. RJ: Zahar, 2006.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. RJ: Paz e Terra, 1996.

GABEIRA, F. **O que é isso companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada. As Ilusões Armadas**. SP: Cia das Letras, 2002.

GENRO, T.; ABRÃO, P. (2010). Memória Histórica, justiça de transição e democracia sem fim. In: *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais. Disponível em: http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/2011livro_OXFORD.pdf Acesso em: 26.03.2012.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOMES, Major Brigadeiro Eduardo. **Campanha de Libertação**. SP: Martins, 1946.

GORENDER, J. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. SP: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991)**. 2ª edição. Tradução Marcos Santarrita. 39ª reimpressão. SP: Cia das Letras, 2008.

IANNI, O. A Sociologia e o mundo moderno. **Revista Tempo Social**. SP, 1, p. 7-27, 1989.

KINZO, M. D. G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **Perspectiva** [online]. São Paulo, vol.15, nº 4, p. 3-12, 2001.

KOTSCHO, R. **Explode um novo Brasil**: Diário da campanha das Diretas. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LAMOUNIER, B. **Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor**. In: LAMOUNIER, B. (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. SP: Sumaré, p. 13-36, 1990.

LA TAILLE, Yves de. **Formação Ética**: do tédio ao respeito de si. Porto Alegre: Artemed, 2009.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 5. ed. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LINZ, J.; STEPAN, A. **A Transição e Consolidação da Democracia. A Experiência do Sul da Europa e da América do Sul**. Tradução de Patrícia Q. C. Zimbres. SP: Paz e Terra, 1999.

LÖWY, M. **As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação**. In: FERREIRA, J. e REIS, D. A. *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964-...)*. Vol. 3. RJ: Civilização Brasileira, 2007.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia. Jornalismo como produção social da segunda natureza**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

MARTÍN-BARBERO. J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 4. ed. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. RJ: UFRJ, 2006.

MARTINS FILHO, J. R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia Historia**. Belo Horizonte, n. 28, p. 178-201, 2002.

MEYER, M. e MONTES, M. L. **Redescobrimo o Brasil**: a festa na política. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

MIGUEL, L. F. Segurança e Desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da Segurança Nacional no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**. Dinamarca: Universidad de Aarhus, n.5, p. 40-56, 2002.

MOISÉS, J. A. Dilemas da Consolidação Democrática no Brasil. **Lua Nova**. SP, nº 16, p. 47-86, 1989.

MOTTA, R. P. Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917- 1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOURA, Tereza Vaz de; SILVA, Marcelo K. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba. vol. 16, p. 43-54, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985**. SP: Atual, 1998.

NERY, V. E. Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, p. 113-121. UEL/Londrina, 2010.

NEVES, T. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 abril. 1984.

NUNES, E. de Oliveira. **A gramática política do Brasil**: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. 4. ed. RJ: Garamond, 2010.

O'DONNELL, G. **Análise do autoritarismo burocrático**. Tradução de Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____; SCHMITTER, Ph. C. **Transições do regime autoritário**: primeiras conclusões. São Paulo: Vértice, 1988a.

_____. **Transições do regime autoritário**: América Latina. São Paulo: Vértice, 1988b.

OLIVEIRA, E. R.; SOARES, S. A. Brasil: Forças Armadas, direção política e formato institucional. In: D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. (orgs). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. RJ: FGV, 2000, p. 98-124.

PASSARINHO, J. Um híbrido fértil. 4. ed. RJ: Expressão e Cultura, 1997.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, RJ, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRADO, L. C. D. 2011. O desenvolvimentismo autoritário de 1968 a 1980. O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras / Ricardo Bielschowsky [et al.]. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Caixa Econômica Federal. Disponível em:

http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109261240050.LivroCAIXA_C_0.pdf. Acesso em: 6 de novembro de 2011.

PRADO JR, C.; FERNANDES, F. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. 1. ed. SP: Expressão Popular, ©2000.

PRZERWORSKI, A. Ama a incerteza e serás democrático. Tradução Roseli Martins Coelho. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, nº 9, p. 36-46, 1984.

QUADRAT, S. V. Muito além das fronteiras. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R, P. S. (orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964/2004)*. Bauru, SP: Edusc, p. 315-328, 2004.

REIS, D. A. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R, P. S. (orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964/2004)*. Bauru, SP: Edusc, p. 29-52, 2004.

REVEL, J. F. **Como terminam as democracias**. RJ: Difusão Editorial, 1984.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODEGHERO, C. S. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

RODRIGUES, A. T. **Diretas Já. O grito preso na garganta**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra o Estado**. São Paulo: Kairós, 1975.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. Experiências e lutas de trabalhadores da grande São Paulo 1970 – 1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, E. R. Um olhar esguiano da abertura. In. TESKE, Ottmar (org.). **Sociologia Textos e Contextos**. Canoas: ULBRA, 2005, p. 219-249

_____. Ideologia e Dominação no Brasil (1974-1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra. **Sociedade e Estado**. Brasília, vol.22, nº 1, p. 153-185, jan/abr 2007.

SANTOS, J. F. **O que é o Pós-Modernismo**. SP: Brasiliense, 2006.

SANTOS, R. B. dos. **Movimentos sociais urbanos**. SP: Editora Unesp, 2008.

SCHILLING, F. Memória da resistência ou a resistência como construção da memória. In: PADRÓS, E. et. al. (orgs). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Conexão Repressiva e Operação Condor. 2. ed. revista e ampliada. vol. 3. Porto Alegre: Corag, 2010. Disponível em: http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/volume4_abertura_revista_e_ampliada.pdf Acesso em: 26 de março de 2012.

SCHULZ, J. **O exército na política. Origens da intervenção militar, 1850-1894**. SP: Edusp, 1994.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**, tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Golbery do Couto e Silva. **Geopolítica e Poder**. RJ: Editora UniverCidade, 2003.

SILVA, H. R. de. Rememoração/Comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, SP, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

SIMMEL, G. **Questões Fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Tradução de Pedro Caldas. RJ: Jorge Zahar, 2006

SINGER, A. **Collor na periferia: a volta por cima do populismo?** In: LAMOUNIER, B. (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. SP: Sumaré, p. 135-152, 1990.

SKIDMORE, T. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SOARES, G. A. D.; D'ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. (Orgs.). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1995.

_____. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOUZA, A. de; LAMOUNIER, B. **A feitura da nova Constituição: um reexame da cultura política brasileira.** In: LAMOUNIER, B. (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição.* SP: Sumaré, p. 81-104, 1990.

SYRKIS, Alfredo. **Os carbonários. Memórias da guerrilha perdida.** São Paulo: Global, 1980.

TAPAJÓS, Renato. **Em câmara lenta.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas. Memórias.** Volumes 1, 2 e 3. RJ: Biblioteca do Exército e José Olympio. 1973

THOMPSON, J. **A Mídia e a Modernidade. Uma teoria social da mídia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TODOROV, T. **Los abusos de la memória.** Tradução de Miguel Salazar. Barcelona: Paidós, 2000©.

USTRA, C. A. B. **A verdade sufocada.** A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. 7. ed. Brasília: SER, 2011.

_____. **Rompendo o silêncio.** 3ª ed. Brasília: Editerra, 1997.

VELASCO e CRUZ, S. C.; MARTINS, C. E. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-História da 'Abertura'. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. de. **Sociedade e Política no Brasil pós-64.** SP: Brasiliense, 1983.

WEBER, M. **Ciência e Política: duas vocações.** Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. SP: Cultrix, ©1967.

_____. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** 4. ed. Tradução de Régis Barbosa e Karen E. Barbosa, revisão técnica Gabriel Cohn, reimpressão. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2000.